



EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200

Conselho Curador **55ª Reunião Ordinária** (Notas Taquigráficas)

Data – 15 de abril de 2015

Hora – 10h

Local – Sede da EBC

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Boa tarde a todos e a todas. Vou dar boa tarde também aos internautas que nos acompanham.

Declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária do Conselho.

Consulto os conselheiros sobre a ata da reunião anterior, se tem alguma consideração.

Conselheiro Paulo.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI –
...contra às forças democráticas e progressistas do país. Então, eu gostaria que constasse e sugiro, não oficialmente, mas pessoalmente, que o Departamento de Jornalismo fizesse, como já fez alguma coisa, sobre a Batalha de Montese e o Dia da Vitória. E colocasse nas rádios o Hino do Expedicionário, que é muito bonito, que diz: “Você sabe de onde venho? Venho do morro, do Engenho, das selvas, dos cafezais;

venho da terra do coco, lá de casa de caboclo, onde um é pouco, dois é bom e três é demais”.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eu conhecia a melodia, não a letra.

Obrigada pela contribuição, conselheiro Paulo.

Antes de prosseguir com a nossa reunião, eu gostaria de informar que tivemos um problema, teremos de fazer uma mudança de pauta agora pela manhã, em relação ao item 4, “Apresentação da pesquisa sobre programas da TV Brasil – Termos de cooperação da Universidade do Rio Grande do Sul e Ouvidoria da EBC”.

Ontem, tarde da noite, onze horas, alguma coisa assim, o nosso Secretário-Executivo recebeu um e-mail da professora Maria Helena Weber, que é coordenadora da pesquisa, informando que não seria possível o comparecimento dela para apresentar a pesquisa por motivos pessoais, saúde, viagem, atividades docentes, problemas técnicos e funcionais graves. Então, depois, no âmbito da Secretaria, vamos resolver esse problema e ver se poderemos marcar uma outra data.

Assim, o Guilherme convidou a nossa ouvidora, que muito gentilmente se propôs a antecipar a participação dela da tarde para a manhã, para não ficarmos com esse tempo ocioso. Agradeço, Joseti. Obrigada.

Vou começar com os informes do Conselho Curador e peço a nossa vice-presidente e a nossa Conselheira Eliane Gonçalves informações sobre a presença dela no Fórum Social Mundial, que se realizou em Túnis, e a missão à Gaza, a nossa conselheira na qualidade de jornalista da Empresa, e gostaríamos muito de ouvir o relato de sua participação.

Conselheira Rita.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Bom dia a todas e todos.

Quero agradecer muito à EBC, ao Conselho Curador, por essa experiência de aproximação muito forte, interessada em atividades da sociedade civil que se mobiliza. Tivemos uma jornada que começou com o Fórum Mundial de Mídia Livre, que foi coberto pela EBC, mas teve participação também nos debates do pessoal que esteve conosco. Distribuímos aí o resultado desse Fórum, que é uma Carta Mundial de Mídia Livre, fruto de um ano de seminários em diversos países, uma consulta pública aberta pela internet, debates na Tunísia. Essa carta traz o que há de comum entre países de culturas diferentes, os movimentos que discutiram conosco na questão da comunicação. Uma dela é que, para a democracia e para participação social nos meios de comunicação, as mídias públicas se transformam numa questão estratégica para o movimento. Isso é bem interessante para trabalharmos.

Na sequência, tivemos atividades do Fórum Mundial de Mídia Livre dentro do Fórum Social Mundial, organizadas em conjunto com o coletivo organizador do fórum no Brasil. Tivemos a presença do Nelson Breve e da Eliane Gonçalves em uma mesa em que se

debateu a mídia pública e o papel da sociedade civil nas mídias públicas. Tivemos lá também a participação de um euro-deputado da Grécia, após as últimas eleições que deram uma mudança no cenário político da Grécia. Ele veio conversar com a gente porque, no período anterior, uma importante mídia pública, uma TV pública, foi desativada e, agora, estava sendo reativada e quisemos saber desse processo.

Então, esse debate também foi importante porque a EBC não estava lá só para cobrir o Fórum Social Mundial, mas dialogar com os movimentos sociais e com as organizações da sociedade brasileira dentro da Casa Brasil. E isso foi visto com muita simpatia pelas organizações que lá estavam. A uma expectativa, realmente, de que a EBC tenha um papel de articulação das agências da América Latina, das agências de língua portuguesa, para um diálogo mais próximo com essas organizações e essas agendas da sociedade civil. As organizações do Fórum Mundial de Mídia Livre se dispõem a colaborar com essa articulação, a promover essa aproximação. Então, há muito trabalho aí pela frente e estamos à disposição.

A próxima etapa que foi muito marcante para quem esteve lá, e tivemos o acompanhamento da EBC aqui e a presença lá com a Eliane e o Marcelo, foi a nossa missão a Gaza. Não chegamos a Gaza, agora é que há uma autorização para um grupo entrar, mas chegamos à Palestina e testemunhamos. O que ouvimos de problemas de controle de um povo por outro, por um Estado opressor, testemunhar isso de perto foi uma coisa muito assustadora.

Não vou me alongar nas experiências que tivemos, mas para se ter uma ideia as casas palestinas são todas marcadas com caixas d'água pretas. Então, de longe você vê quais são os prédios e as casas palestinas, seja em volta de Jerusalém, seja perto dos

assentamentos; e as israelenses, ou não têm isso, porque a água chega direto para as residências, ou se têm caixas d'água, elas são brancas. Então, aquilo foi motivo de pesadelo a Gaza. Tivemos duas pessoas barradas por ter sobrenome árabe.

Agora, quando tivemos autorização para entrar em Gaza, ou seja, dissemos lá o tempo todo que essa missão só terminaria em Gaza, então, mesmo que voltássemos para o Brasil, o nosso objetivo é chegar a Gaza para solidariedade e, também, para observar aquilo que vemos de notícia pelas redes sociais ou pela mídia, para termos um testemunho do que se passa realmente naquela faixa ocupada que, no ano passado, foi um território de massacre. Agora tivemos autorização, mas não tivemos autorização ainda para a integração da equipe da EBC nessa missão, o que causou estranheza. Então, estamos lidando, e vamos ouvir um pouco mais da Eliane sobre isso, com a descoberta de um brasileiro preso lá, em greve de fome, que precisaria vir para o Brasil, já cumpriu a sua pena.

Na verdade, não sabemos, a informação que tivemos lá – para finalizar o meu relato aqui – é que há dois anos não há um jornalista que vá cobrir os temas da Palestina do ponto de vista da Palestina nos espaços da Autoridade Nacional Palestina ou dos movimentos ou dos outros partidos. Todos os correspondentes que ali trabalham vão para Tel-Aviv e trabalham a partir de uma relação com o Estado de Israel.

Assim, percebemos que a comunicação é um fator crucial na situação do Oriente Médio e foi muito importante para nós termos contato com isso e dialogar com o Fórum Social, essa é uma missão do Fórum Social Mundial também, dialogar com outras organizações e contribuir, pelo menos, na esfera da solidariedade entre os povos.

A Eliane pode complementar com a sua visão, como equipe da EBC, que cobriu isso tudo de perto.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Bom dia a todos. Bom dia aos conselheiros e conselheiras, quem está acompanhando, aos funcionários que estão aqui.

Antes tenho de agradecer a Ana Fleck pela confiança, porque, na verdade, o convite para dividir a mesa com o presidente Nelson Breve foi do Conselho, e me foi confiada essa representação.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Nada mais justo, Dra. Eliane.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Agradeço pela confiança.

Venho defendendo, em várias instâncias, que a sociedade civil tem de se aproximar da EBC, para que a EBC possa, de fato, assumir o seu caráter público, então, ela tem de ter um controle social. Acho que o espaço mais nobre desse controle social acontece aqui dentro do Conselho Curador.

Minha fala, no âmbito de um evento em que estava a sociedade civil, foi justamente essa cobrança de que a EBC retorne às origens. Acho que foi um gesto importante a EBC estar lá cobrindo o Fórum Social Mundial, foi um espaço fundamental para a formação da EBC, para transformação dos antigos sistemas públicos, no que temos hoje na EBC. Foi naquele espaço em que se começou a serem

traçadas algumas das linhas, enfim, havia participantes que estavam traçando as linhas que deram origem à EBC.

Então, foi importante como um retorno da EBC às suas origens, mas ainda precisa que a sociedade civil também se aproxime e se aproprie aqui deste espaço público. Então, foi um pouco o recado que foi colocado lá dentro do Fórum, que também precisa passar por uma reflexão, enquanto espaço de debate da sociedade civil também, que tem seus dilemas a serem enfrentados. Assim, há esse agradecimento e um pouco esse recado que levei lá, enquanto Conselho Curador.

Em relação à Palestina, a missão a Gaza, que fui ocupando espaço de jornalista e não como conselheira, cabe aqui um agradecimento à EBC, às figuras do Marcelo e do Américo, que acreditaram, que compraram a pauta e que permitiu a minha ida e a do Marcelo como EBC. Eu já tinha intenção de ir como repórter autônoma e a EBC encampou essa pauta como prioritária.

De fato, há algumas questões que são estruturantes. Há algumas coisas que gostaríamos de aproveitar como estruturantes em relação a essa questão da Palestina. Então, para além do conteúdo, do que eu vi, acho que há algumas questões. Primeiro é aproveitar essa experiência para estruturar a EBC no que diz respeito à questão de segurança, cobertura de áreas de conflito, enfim, uma disposição que me parece bastante interessante da EBC de aproveitar essa experiência. O que funcionou, o que não funcionou, se o seguro de vida segue, se é efetivo na hora em que estamos viajando e numa situação mais conflituosa. Enfim, essas questões que são administrativas que dão suporte para que a comunicação possa acontecer. Então, há uma disposição que me parece bastante

interessante e espero que possamos aproveitar isso para tornar para além do factual, do caso específico.

Em segundo lugar, ainda no campo de estruturação da EBC, o que se colheu de informação lá, eu, como jornalista, vou estruturar. Minha origem é televisão, então, estarei trabalhando com a televisão, com as imagens. Foram três dias de captação efetivos de informação dentro da Palestina. Tirando os trâmites para entrar, os outros cinco dias são para entrar e o restante para tentar sair. Não é fácil entrar e sair. Gastamos muito tempo para entrar e sair. Então, de prática de captação, de entrevistas, foram três dias. Vamos estruturar isso em reportagens para o Repórter Brasil.

Ontem tivemos reunião com o pessoal da Agência Brasil, do Portal e com a Rádio Agência, para que esse material também possa ser estruturado para todos os outros veículos. A conversa me pareceu bastante interessante nesse sentido de integrar, de trabalhar em parceria com outros editores, com outras linguagens que possam multiplicar essa informação que será produzida a partir de agora. Esse processo de se trabalhar em plataformas conjuntas, o conteúdo que é produzido, tem de ser uma prática. É um desafio aqui dentro, podermos multiplicar, não ter retrabalhos, podermos capilarizar a informação por todas as nossas plataformas. Então, são questões mais estruturantes que tenho para colocar aqui.

Em relação ao que vimos na Palestina, a Rita já falou, de fato não é uma realidade singela, é uma realidade bastante dura. É um regime que não consigo dar outro nome senão de *apartheid*. É um regime de *apartheid* e, ao mesmo tempo, de cegueira, principalmente do mundo ocidental, do que acontece ali dentro. Isso faz parte de uma política de comunicação também. Há uma política global de comunicação que nos permite ser mais ou menos cegos em

relação a alguns pontos. O regime de *apartheid* se concretiza em questões muito ricas, muito caras para a sobrevivência de um ser humano.

A Rita falou dessa questão da caixa d'água como marca, na verdade, você tem uma distribuição de água. O cidadão israelense recebe água todos os dias em casa, por isso não precisa de caixa d'água. O cidadão palestino recebe água duas ou três vezes por semana, então, ele precisa criar essa marca. O cidadão palestino não pode andar em todas as rodovias em seu próprio território, segundo acordo de Oslo, que foi firmado em 93, aquele acordo de paz. Você tem rodovias exclusivas para israelenses, para carros de placa amarela; e carros de placas verdes para palestinos. Um carro de placa verde andando em estradas exclusivas pode resultar em prisão de três a seis meses para o motorista.

São informações do cotidiano que não fazem parte das narrativas que vemos sobre a disputa desse território e acho que são importantes serem narradas, a partir dessa experiência. Claro que ouvindo o ponto de vista de Israel, o que faz parte de cobrir, de mostrar as justificativas, mas não dá de deixar de ver que há uma gestão de território ali que tira aspectos básicos da humanidade das pessoas.

Em relação à continuidade da missão e da autorização para a entrada em Gaza, o que aconteceu exatamente no dia seguinte à saída de todos os integrantes da missão da Palestina, ou seja, essa autorização chegou no dia 7, fui informada no dia 9 de que havia a autorização, e no dia 10 escrevi para a assessoria de imprensa de Israel perguntando por que, dos trinta nomes, nove haviam sido vetados, e desses nove nomes, dois são dos integrantes da EBC, que seria eu e o Marcelo, que tivemos os nomes vetados.

Ontem chegou a resposta do consulado de Israel dizendo – minha pergunta era se era só em relação à EBC, ou se outros veículos de comunicação também têm a entrada proibida em Gaza – que de forma alguma havia proibição específica em direção a um veículo de comunicação, como, por exemplo, a EBC. Diz que o Estado de Israel se ocupa da entrada do próprio Estado de Israel, podendo autorizar ou negar essa entrada por razões de segurança; e que todas as proibições que foram feitas, das nove pessoas, são proibições por razões de segurança, não é em relação ao fato de ser veículo de comunicação.

Acabei de ligar para ele antes de vir aqui, perguntando se, no caso, eu e o Marcelo, então, estaríamos vetados de participar por, sei lá, termos sido enquadrados como terroristas. Ele disse que não e abriu espaço e pediu que mandássemos os nomes individualmente de cada um dos nove vetados para checar o que é, inclusive, ele coloca que “para que vocês e EBC possa entrar seria através de nossa missão diplomática que faria todo o processo, requisitaríamos todos os detalhes, com nome completo, função, data de chegada e partida, motivo da visita, para encaminhar às autoridades responsáveis e, quem sabe, viabilizar a entrada da EBC, dando continuidade à cobertura dessa missão”. É isso.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Ou seja, repetir o procedimento, porque fomos lá com uma solicitação do Itamaraty que, inclusive, se pronunciou protestando contra a não entrada dos brasileiros que têm sobrenome árabe, que foram barrados por Israel para entrada na Palestina.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada pelos relatos.

Quero agradecer ao Américo pela sensibilidade de aproveitar também a ida da Eliane ou de comprar a ideia da Eliane. Temos de repetir ou fazer mais essas ações, Conselho/direção/EBC. Isso só vai construir e ajudar na construção da empresa.

Mais uma vez pulei a pauta, apesar de o pessoal da Secretaria sempre me dizer “não troca pauta com ata”, e sempre faço a mesma coisa. Acho que é uma rebeldia contra o formalismo. Mas precisamos aprovar a ata da 54ª Reunião. Alguém tem alguma consideração?

Aprovada a ata.

Rosane.

CONSELHEIRA ROSANE BERTOTTI – Bom dia todas e todos.

Sobre a participação, tanto do Fórum Social e de Mídia Livre e, também, a ida à Palestina, os movimentos sociais também fizeram uma grande participação, acompanharam as duas questões. A CUT, por exemplo, indicou duas pessoas, foram dois jornalistas que acompanharam esse processo, além da participação de dirigentes.

A proposta é que possamos socializar isso, um espaço para que quem não foi, possamos nos apropriar dessas discussões. Então, estamos construindo, junto com os demais movimentos, uma atividade com as pessoas que foram para esse evento para que

possam demonstrar, fazer falas. Há também a ideia de pegar todo o processo, tanto as matérias produzidas, como os vídeos feitos, para que possamos fazer um apanhado de tudo isso e fazer uma distribuição para que conheçamos essa realidade.

Convidar a Eliane, assim que formos chamar essa reunião, chamamos você e a Rita, para que possamos fazer junto esse debate, essa construção.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Rosane.

Mais alguém quer comentar sobre o tema?

O próximo informe é sobre a participação do Conselho Curador no Encontro Nacional pela Democratização da Comunicação que ocorreu nesse último final de semana em Belo Horizonte.

Antes de chamar a Rita e a Rosane, que estiveram presentes, para fazer o relato, vou chamar a Mariana Martins e a Priscila pela Secretaria Executiva do Conselho Curador, que fizeram um *workshop* presencial sobre o Conselho no Encontro Nacional.

Por favor, Mari.

A SRA. MARIANA MARTINS – Bom dia a todas e a todos.

Esse ano, no início do ano, dentro do nosso planejamento da Secretaria do Conselho, elegemos um tema para ser trabalhado,

as câmaras temáticas e pesquisas, para levar durante o ano, praticamente uma ação conjunta da Secretaria com a presidência e vice-presidência, levar a discussão da importância da participação social nas empresas públicas, para que possamos estimular a existência de conselhos dentro das demais empresas, emissoras de comunicação pública, mas também, é lógico, ampliando essa discussão para as comunitárias, para as universitárias, para todas as outras emissoras do campo público que pretendem produzir comunicação pública.

Falar sobre a importância de se ter um conselho curador, de existir essa instância dentro das empresas públicas, para torná-las mais públicas, foi escolhido como nossa missão esse ano. Nada melhor começar essa missão no Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação. Lá existia a oportunidade de oferecermos oficinas autogestionadas e o Conselho optou por fazer esse modelo. Produzimos essa cartilha que está com vocês, que é "Conheça o Conselho Curador". Essa cartilha vai para além, lógico, das atividades autogestionadas que tentaremos fazer ao longo do ano, porque é uma cartilha para dialogar de uma forma geral.

Priscila, que toma conta da comunicação do Conselho, viu que precisamos ampliar a participação da sociedade também. Estávamos chegando a um determinado público e precisávamos chegar a um público maior. A ideia também é que a gente consiga nesses espaços ampliar a comunicação do Conselho Curador. Temos a revista, temos o site, temos as redes sociais, mas entendíamos que chegamos ao limite da nossa comunicação nesses meios e precisamos ampliar. Então, isso também vai se somar a essas atividades, a ampliação com as pessoas com quem dialogamos enquanto Secretaria Executiva do Conselho na divulgação de nossas

atividades, a própria reunião, que é exibida ao vivo em todos os meios toda vez que acontece.

A atividade foi muito bem aceita. A Rita pode falar um pouco. Tivemos participação de pessoas, emissoras públicas, como o pessoal da TV Universitária, de Pernambuco, também TVs comunitárias, pessoal da TV Universitária do Rio de Janeiro, UFRJ, que não tem, mas estão fazendo agora, já estão com pedido de concessão em curso, então, também participaram. Para a gente foi, realmente, produtivo. Conseguimos chegar a um público que esperávamos. O nosso encontro foi no domingo, às nove da manhã, sabíamos que não é o melhor horário, mas tivemos um público bom para o que esperávamos. Essa é uma atividade que vamos continuar fazendo.

Colocamo-nos à disposição das emissoras públicas que querem discutir conselho. Estamos levando a discussão da nossa lei de criação, o que o conselho deve fazer, o que não deve fazer, qual a diferença dos conselhos de administração, fiscal e curador, qual a diferença para ouvidoria, qual a importância de se trabalhar junto, todas essas questões estão sendo abordadas nas oficinas que estamos dando. E nos colocamos à disposição de fazer isso, a princípio, para qualquer emissora que nos convidar. É um projeto da Secretaria junto com a presidenta e vice-presidenta para esse ano. Espero que tenha dado tudo certo.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Elas fizeram um folheto artesanal, porque não havia como fazer de outra maneira. Elas duas fizeram o folheto sobre o Conselho. Depois, vamos pedir uma verba ao marketing para fazer, porque isso aqui foi feito artesanalmente.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Eu queria fazer um brevíssimo comentário sobre essa atividade, com a qual me congratulo. Penso realmente que a organização dos conselhos é uma referência importantíssima para que se promova a democratização da democracia brasileira, que é uma grande reivindicação formulada nas manifestações de 2013. Penso que alguns meses depois o governo acabou fazendo um decreto que promoveu um alvoroço grande nos meios conservadores, nem sei se esse decreto final se concretizou.

Enfim, tenho minhas dúvidas de que se o governo teve realmente interesse, porque ele tem margens legais de criar conselhos nas suas autarquias e nas suas empresas, e a própria demora em substituir aqui os conselheiros evidencia bem o descaso que esse governo trata os conselhos de controle. Mas como penso que isso realmente é uma referência estrategicamente muito essencial, me pergunto se não seria o caso de a gente, através da EBC, divulgar essas experiências nossas, brasileiras, a partir aqui da própria experiência do Conselho Curador, como experiências de outros países, tanto na nossa programação de rádio, como na nossa programação de televisão, encontrarmos formas de estarmos sempre divulgando, através de entrevistas, reportagens, a atividade desses conselhos e a importância deles para que a nossa democracia adquira substância.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Eu iria fazer um informe a propósito disso. Ontem à noite conversei com a Nereide porque eu não estava sabendo da agenda do Fórum dos Conselhos que está discutindo PPA – Participação na sociedade. Eu

pedi a ela que o jornalismo fosse dar ampla cobertura, porque tudo passa, orçamentariamente, por aquilo que está no Plano Plurianual. Nesse momento, estão discutindo quais são as diretrizes que vão nortear o Plano Plurianual e essa discussão está sendo feita por representantes da sociedade que integram os conselhos. A conselheira Rita Freire é a representante do Conselho Curador neste Fórum dos Conselhos, que está discutindo, neste momento, com o Ministério do Planejamento, as diretrizes que irão nortear a elaboração do PPA.

Só para dizer que estamos em linha com esse pensamento e vamos dar visibilidade porque achamos importante essa parte de todo o controle da sociedade sobre os recursos públicos e sobre a Administração Pública.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Passo a palavra para a Rita, que é a nossa representante lá.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – Só para dizer que ontem a Agência Brasil fez, e hoje conversei com a Rita antes do encontro para acertarmos a cobertura geral dos outros.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Só colocar uma questão que achei superinteressante, porque reúne indígenas, representantes mulheres, negros e, também, a Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Sistema Financeiro, das instituições financeiras.

Ontem, na abertura, foi surpreendente ouvir o sistema financeiro falar que o Brasil precisa de investimento em infraestrutura e comparar com a geração de energia elétrica na Alemanha. Seria bem interessante saber como eles vão contribuir, se vão abrir mão dos 40% que esse país arrecada para pagar juros.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI – Água e azeite.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Sobre isso, estivemos, eu e Eliane, na abertura, acompanhamos a apresentação das 21 áreas estratégicas...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Só para não confundir, você está falando dos conselhos?

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Estou falando dos conselhos e volto para o MDC.

Chamou bastante atenção que todo um arcabouço de estratégias de questões prioritárias para resolver no Brasil para os próximos quatro anos, a palavra comunicação não aparece, nem mencionada fora de contexto. É uma palavra, pareceu-me, tabu nesse debate, e quanto mais a mídia pública.

Então, esse debate com outros conselhos, inclusive para levar as preocupações da EBC, não apenas pelo Conselho Curador, mas por outros conselhos, foi uma proposta há duas sessões. A

situação no país não permitiu um planejamento maior desse processo. Então, estamos participando, hoje à tarde volto para lá, porque hoje são grupos de trabalho para ver se conseguimos, pelo menos, que esses grupos introduzam, acenem para a importância do PPA contemplar o fortalecimento da mídia pública. Vamos ver o que conseguimos lá.

Amanhã, deve-se fechar uma proposta da sociedade civil para o PPA que, depois, será seguida de oficinas internas no governo com as várias áreas e, então, haverá um outro encontro entre junho e julho para finalizar a proposta que o governo vai mandar ao Congresso. Então, temos até lá para estar encaminhando e fortalecendo as preocupações.

Eu queria retornar ao MDC, porque chegamos do Fórum de Mídia Livre, da Palestina, já direto para um evento em que levamos a Carta da Mídia Livre. Fomos para um evento que teve uma grande mobilização de preparação no país para discutir a comunicação, essa agenda, pressionar para que ela seja encaminhada pelo governo, pelo Congresso.

Nesse encontro, tinha representantes do Ministério das Comunicações, do Ministério da Cultura, da SECOM e das várias organizações, como movimentos sociais, sindicais. Só a mesa de abertura tinha 40 pessoas sentadas, representantes dos setores que precisariam estar ali na abertura. Mas para a EBC, o MDC deu uma palavra de honra na abertura. Então, aproveitamos, além de tratar de alguns temas com os ministros ali representados, para cobrar a nomeação dos conselheiros e criticar, demonstrar a não valorização da mídia pública. Isso foi bastante aplaudido pelo plenário, porque ali estavam várias organizações que participaram do processo de

consulta e estão na expectativa há um ano para que esses conselheiros sejam designados.

Depois de dois dias, tivemos uma plenária final e, também, a EBC foi cobrada de não estar fazendo cobertura de um evento que estava revertendo o contexto da comunicação no país. Isso foi cobrado no plenário. Então, ficou bem visível que a EBC não estava lá e corroboramos com essa preocupação. Onde os debates da comunicação acontecem e mobilizam, é importante que a EBC esteja atenta a essa cobertura.

A atividade foi muito boa, organizada pela Mariana e Priscila, muito bem estruturada, e gerou um interesse. As pessoas estavam muito interessadas em todo o mecanismo de funcionamento dos conselhos. É uma pena que em dado momento tinha de fechar a sala, senão aquelas pessoas ficariam ali, ou porque queriam fazer conselhos para TV comunitária, ou porque queriam discutir a troca de programas, inclusive, foi solicitado, e lembramos da cartilha que está sendo produzida pela EBC, que a possibilidade de participar programação, de trocar programas com a EBC, também seja mencionado nesse material.

Outra coisa que foi lembrado ali e questionado por que trabalhadores no Conselho Curador não são remunerados, se têm de fazer um trabalho exaustivo de acompanhamento fora de suas atribuições. Com as duas questões levantadas, concordamos que são questões importantes para ou incluirmos uma delas na cartilha, ou nos debruçarmos em relação ao regimento interno.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Pendência. Vamos cobrar a pendência.

Passo a você e, depois, o Nelson pediu para falar.

CONSELHEIRA ROSANE BERTOTTI – Dizer que, para nós, estávamos na linha de frente nesse encontro na organização desse encontro, esse surpreendeu muito. Quarta-feira, no nosso sistema de inscrição, tínhamos 300 inscritos, e na sexta-feira nos deparamos com 582 inscritos. Tivemos 600 pessoas que se inscreveram e participaram como participantes do próprio evento, e tivemos mais 120, entre estudantes, jornalistas, que se inscreveram para fazerem o processo de cobertura colaborativa. Então, nos surpreendeu.

Esse tema, num momento importante para fortalecer a democracia no país. Contamos com a participação da Argentina para colocar sua experiência, Uruguai e, também, a presença e participação do Toby Mendel, consultor da Unesco. Tivemos um bom evento, uma boa participação. Todos os estados do país estavam presentes.

Duas coisas que é importante destacar aqui. Uma é que o evento começou com uma apresentação cultural. Resgatou toda a base da produção cultural de Minas, uma produção que não se vê na TV, produção feita nos bairros, nas comunidades, e não se vê nos espaços da TV. Isso foi uma questão bastante importante. Uma outra questão que, para mim, foi bastante importante é a cobertura integral da TV Minas, que é uma TV pública, e, de forma gratuita, de forma pública, fez a transmissão direta do evento ao vivo pelo site durante todo o momento. Entraram também alguns flashes no jornal da EBC. Confesso que não assisti o de sábado à noite, mas assisti o

que passou na sexta-feira, porque foi reprisado, gravado, pois estávamos no processo do debate da construção.

Não dá para dizer que não teve cobertura da EBC. Teve uma cobertura, sim, da EBC, teve o processo de participação da TV Minas, que foi fundamental e estratégico, porque, se não tivesse transmissão ao vivo, não conseguiríamos ter esse alcance que o evento teve.

Por último, dizer que elaboramos uma carta. A carta já é pública. O eixo central de nossa carta é "por mais direito, por mais democracia, regule já". Ela está disponível no site do Fórum pela Democratização da Comunicação, então, se alguém ainda quiser olhar a carta, está disponível. Agora temos de continuar essa luta, esse debate, porque se queremos fortalecer a comunicação pública e a EBC, esse debate tem de sair de nossos espaços do Conselho e ocupar as ruas. Acho isso uma coisa bastante importante. Agradeço a participação de todos, a cobertura, e seguimos fazendo esse debate.

Outra coisa que eu queria falar é sobre os conselhos. Infelizmente, não temos nenhum espaço de conselho de comunicação no Brasil. Tínhamos o Conselho de Comunicação Social que ficou fechado durante um longo tempo e foi editado, houve um período de dois anos de atuação. Agora terminou o mandato desse Conselho de Comunicação Social, já quase fechar um ano em que terminou esse mandato.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Agosto.

CONSELHEIRA ROSANE BERTOTTI – Até agora esse Conselho não foi renovado. Por mais que não seja ali um espaço daquilo que acreditamos, defendemos que tenha de ter um conselho de comunicação ligado ao Poder Executivo, ligado ao Ministério de Comunicação, que faça o debate da pauta da comunicação. Essa é a nossa proposta, essa é a nossa defesa. Até não chegarmos lá, esse Conselho de Comunicação Social poderia trabalhar nesse papel.

Então, é importantíssimo, porque o Conselho da EBC está cumprindo um papel para além de ser Conselho Curador da EBC, está fazendo esse debate da comunicação pública como um todo, a comunicação como um direito. O Conselho está de parabéns nessa luta e nessa estratégia.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Muito obrigada.

Nelson.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Voltando um pouco naquela questão do PPA, como a conselheira Rita falou da comunicação, que percebemos, só dizer o que estamos propondo para que seja acrescentado como diretriz.

Há uma diretriz que fala em “ampliar o acesso à educação, à cultura”, e estamos acrescentando “à comunicação e à ciência”. Depois continua no original, “ao desporto e ao lazer, com valorização da diversidade, em especial atenção à melhoria da qualidade da educação, enquanto instrumento essencial ao

desenvolvimento”, e estamos acrescentando “e ao fortalecimento da democracia”.

Há uma outra diretriz, essa aqui mais no campo daquilo que consideramos que está mais alinhada aos nossos princípios em parte, faltam outras questões que precisam ser alinhadas, nossos princípios objetivos.

Outra é “promover a inclusão digital, ampliando o acesso à internet banda larga”, incluímos “garantindo o acesso universal à TV digital interativa”, continua no original “e expandindo a oferta e melhoria dos serviços de telecomunicações”, e acrescentamos “e radiodifusão”. E estamos pedindo para que uma diretriz específica seja acrescentada como orientação do PPA, que é “alcançar o desenvolvimento com fortalecimento da democracia, acelerando o processo de inclusão digital por meio da banda larga e da televisão digital interativa, para universalizar o acesso, a criação, a distribuição e recepção de conteúdos educativos, artísticos, culturais, científicos, informativos e promotores da cidadania”. Achamos que essa daqui está mais adequada àquilo que é a nossa missão, a construção de uma rede de comunicação mais plural e mais diversificada no país.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Alguém pediu a palavra?

Eu gostaria de pedir duas coisas. Primeiro que a Eliane e a Rita fizessem um relato por escrito, rápido, não precisa ser um tratado, sobre a experiência de vocês no Fórum e na Faixa de Gaza e mandar para os conselheiros, para podermos participar mais e registrar. Também sobre esse encontro de Belo Horizonte.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Será produzido um vídeo também.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Minha preocupação é que os conselheiros tenham acesso a esse material.

O próximo item da pauta é sobre o grupo de implantação do processo de redistribuição e digitalização de canais de TV. É nome caprichado. Chama-se GIREDD.

Fui contatada pelo André Barbosa que me solicitou o apoio do Conselho em uma luta e ele disse “minha luta”, e eu disse “nossa luta”. Estamos num momento crítico.

Peço a conselheira Evelyn que fale sobre isso. Só explicar em que momento se encontra o GIREDD, quais são as decisões críticas. Depois, o Nilson vai explicar mais detidamente, mas só para ela introduzir o assunto.

CONSELHEIRA EVELYN MACIEL – Achei muito interessante esse documento divulgado pela Superintendência de Relacionamento, a Vice-Presidência de Gestão, porque realmente o apoio do Conselho para essa causa da interatividade é fundamental, mas eu incluiria aqui a multiprogramação, pois precisamos unir esforços. E não vi aqui esse detalhamento que foi feito em relação à interatividade, o que é muito importante para o projeto Brasil 4D, mas a multiprogramação é tão importante quanto, para as emissoras

públicas, apesar de a EBC não ter um projeto próprio de multiprogramação.

Estamos realmente buscando apoio de todas as formas e o GIREC está prestes a tomar decisão sobre o que irá compor essa caixa conversora, que será distribuída para cerca de 14 milhões de pessoas que recebem o Bolsa Família.

Veem que na semana que vem serão três dias de reuniões em que serão analisadas cerca de 120 propostas diferentes dessa montagem, dessa caixa conversora. A disputa principal é que os radiodifusores não querem discutir, não querem ainda se confrontar com a possível mudança no seu modelo de negócios com a chegada da interatividade e essa conexão da televisão com a banda larga.

Então, tem sido feito um esforço hercúleo dos representantes da EBC, principalmente, para que seja considerada essa possibilidade de haver canal de retorno, para ser uma interatividade plena. Realmente, é muito difícil, o jogo lá é bastante pesado. Acho que uma declaração ou uma nota pública do Conselho dirigida ao GIREC, afirmando o interesse de que a interatividade seja plena e não deixando escapar essa possibilidade de acesso à cidadania, que esse projeto Brasil 4D possibilita, acho fundamental.

Eu pediria também para incluir aí a questão da multiprogramação. Acabei de ler aqui a notícia, comentei com a Ima, de que o Ministério da Cultura tem a intenção de regulamentar o uso do canal da Cultura. Quinta-feira, amanhã, deve sair uma portaria, e é em multiprogramação, assim como nós, a rede legislativa atua em multiprogramação, a TV Cultura e, imagino, que outros virão, o Canal da Cidadania e tal.

Então, seria um momento importante porque a multiprogramação também não está tendo o devido espaço nas campanhas. Também estamos numa batalha paralela para incluir a multiprogramação na campanha de divulgação do desligamento do analógico, quais são as vantagens da TV digital. Eles estão escondendo, assim como a interatividade, a multiprogramação tem sofrido esse preconceito por parte dos radiodifusores.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Quem sabe, sabe.

Nilson, por favor, você pode fazer uma breve apresentação. O Silva trabalha com o André Barbosa na condução do projeto Brasil 4D.

O SR. NILSON SILVA – Primeiramente eu gostaria de agradecer, reiterando a fala inicial da Ana Fleck, em nome do André Barbosa, que deveria estar aqui, mas ele está num compromisso externo e passou essa responsabilidade para nossa equipe aqui. Segundo, agradecer, na construção desse projeto, o esforço diuturno da Cristiana Freitas, que está aqui presente, também da Marília Porto, que contribui com o desenvolvimento deste projeto. Sobretudo, a direção da EBC, que tem apoiado desde o início, aqui representado na figura de nosso presidente Nelson Breve, que tem cooperado também e muito para o desenvolvimento dessas atividades.

O objetivo dessa apresentação é, de fato, como disse a conselheira Evelyn, conseguir o apoio de vocês, evidentemente depois do juízo sobre a importância desse projeto que, creio, todos

aqui conhecem, diante das circunstâncias em que ele foi construído. Apresentarei aqui tópicos importantes dessa decisão que levaram ao desenvolvimento da interatividade diretamente e de forma indireta, onde ela estava baseada. É evidente, todos aqui são especialistas e conhecem, então, passarei brevemente por todos eles para que possamos ter uma ilustração com decretos, portarias e outras ações que foram importantes para que chegássemos ao atual nível de desenvolvimento do Brasil 4D.

Inicialmente, vamos colocar onde se remontou toda a história. No ano de 2003, com o Decreto 4.901, ocasião em que foi estabelecido o Sistema Brasileiro de Televisão digital. Aí, destacado em vermelho, os senhores podem observar um elemento importante, trata, primeiramente, da inclusão social, fazendo vinculação com a televisão e, também, sobre preceitos da questão cultural. Hoje, também já tratado aqui em um dos informes, sobre a questão da língua portuguesa, o que acho que é um objetivo também da televisão e sobremaneira da televisão pública.

Há um item a ser destacado, acho que esse não foi na apresentação, mas está aí na cópia com os senhores, o estabelecimento, nesse decreto, do Comitê de Desenvolvimento, em que faziam parte dez ministros. Dez ministérios representados pelos seus ministros que tomaram as primeiras decisões, singulares e importantes decisões, para os caminhos da TV digital no Brasil, inclusive, cooperando com a construção de grupos de estudo que fizeram parte universidades do país.

O segundo decreto, Decreto 5.820, dentre outras disposições, coloca três itens que caracterizam, possibilitaram a questão da TV digital no país. O primeiro deles é a transmissão, do que é mais conhecido, da alta definição que a televisão digital

permite às pessoas receberem nas suas casas. O segundo deles é a transmissão simultânea em dispositivos móveis, dispositivos portáteis. Isso é uma característica também importante. A terceira é justamente a interatividade que, no caso brasileiro, acabou se tornando um grande diferencial, um destaque para o modelo, em razão dos desenvolvimentos que foram feitos e poderemos observar à frente.

Na sequência, em 2007, foi criado o Fórum Brasileiro de Televisão Digital. Esse fórum reúne toda uma cadeia importante para o audiovisual, desde os produtores de transmissores, as emissoras de televisão, os produtores de conteúdo, a indústria de *software* também contribuirá para a importância da interatividade, e os receptores, essas caixinhas, como as que utilizamos no Brasil 4D, ou os próprios televisores.

Esse fórum foi criado com a intenção de cooperar com o Comitê de Desenvolvimento. Desde o estabelecimento do fórum, em 2007, e aí vem o item seguinte, foram criados os normativos ABNTs, que regulam o desenvolvimento da interatividade para a televisão digital, que é conhecido como *software* brasileiro Ginga. Um pequeno destaca aqui do que permite o Ginga, é justamente cada produtor de televisão pode ofertar a sua possibilidade de gerar interatividade. Contudo, um aplicativo que existe no monitor, como exemplo a marca "x", não rodará no monitor na televisão da marca "y". Então, o Ginga, este *middleware*, essa espécie de *software*, permite que um mesmo aplicativo, como o que desenvolvemos aqui no Brasil 4D, ou poderia estar sendo desenvolvido em qualquer outra emissora pública, rodasse em qualquer televisão, que é o que fato aconteceu com o desenvolvimento de nosso projeto.

Então, essas normas da ABNT foram desenvolvidas e editadas entre 2007 e 2010. Ainda existe uma em 2013 que corrige uma das versões, porque elas foram criadas para tratar das linguagens e desenvolvimento, ou seja, é o Ginga Java, Ginga MCL, dentre outras questões, apenas para ilustrar aqui.

Em 2012, como uma medida de reforço do próprio Governo Federal, foi editada a Portaria 4.802, do Ministério das Comunicações, que institui a política – há um nome extenso aí –, vamos chamar, em resumo, de Política da Interatividade, que demonstra um anseio do Governo Federal em estimular essa política. Um dos itens desenvolvidos por essa política e mais conhecido é o Ginga BR.Labs, que o Governo Federal ofereceu, por meio de licitação, 5 milhões de reais para diversas universidades, na sua última versão foram dez universidades, que receberam recursos para desenvolverem aplicativos, e hoje eles têm um repositório, um banco de aplicativos que podem ser utilizados.

Na sequência, depois de 2012, dessa portaria, entra a EBC. Cabe uma lembrança, um fato deveras importante, não foi citado, mas é justamente a criação da EBC no ano de 2007. Suponho eu que dificilmente a interatividade teria acontecido sem esse evento. Em 2012, com o apoio do nosso presidente, iniciou-se o desenvolvimento do projeto Brasil 4D em João Pessoa, ocasião em que se envolveram 17 instituições entre públicas e privadas. A iniciativa privada participou graciosamente com esse projeto, oferecendo transmissor digital, a Câmara esteve envolvida conosco no projeto de João Pessoa, dentre outras parcerias. Esse projeto serviu para confirmar aquilo que se tinha a intuição de que seria possível gerar interatividade, oferecer serviços e políticas públicas ao cidadão.

Na sequência, o projeto de Brasília, que começou em fevereiro de 2014 e continua até hoje, e serviu para confirmar os resultados daquele projeto de João Pessoa que, aliás, um parêntese aqui, teve uma metodologia para aplicação do projeto desenvolvida pelo Banco Mundial que resultou numa publicação que tem sido divulgada e muito acessada por várias universidades, especialistas na área de comunicação, em que se pode aferir os resultados desse projeto. Depois, se tivermos tempo, e for possível por meio das dúvidas, tratamos com mais detalhes.

Agora ainda está em acontecimento o projeto de Brasília. Esse projeto durou durante um ano através de um protocolo de intenções e renovamos agora no começo do ano para mais um ano com um novo governo, o que, para nós, nossa avaliação, significa que, independente da bandeira política, se houve uma identidade da importância do projeto, porque, de fato, ele passa a ser um canal.

Eu costumo dizer que a oferta da informação pública e do serviço público acontecia de duas formas: a primeira é presencial, a pessoa ia a uma agência pública de emprego, ao posto de serviço ao trabalhador, ou serviço médico para marcar uma consulta, com o advento da internet, você pode acessar essas informações de serviço público pela internet, mas como sabemos através de estatísticas, nem toda a população tem acesso ainda. Então, a televisão, que hoje sabemos, está em quase 100% dos domicílios brasileiros, passa ser esse canal. Então, concluindo por que talvez o Distrito Federal tenha interesse e continuar com o projeto, porque enxergou na confirmação dos resultados que foram desenvolvidos na pesquisa desenvolvida pelo Banco Mundial que, de fato, seria mais uma alternativa.

No início de 2014, um evento inaugural das discussões foi justamente a instalação pela Anatel de audiências e uma consulta

pública, a qual a EBC e alguns dos senhores aqui, a própria Câmara esteve presente também e outras entidades que defendem a comunicação, coletivos de comunicação pública estiveram presentes na ocasião, nosso presidente também esteve na tribuna, defendendo os interesses da comunicação pública. Essa audiência seria para ocupação da faixa de espectro dos 700 MHz, em que as emissoras seriam deslocadas do espaço ocupado até o presente momento para outra faixa do espectro, que seria destinada justamente para ocupação das empresas de telefonia celular.

Então, na ocasião, o Nelson defendeu as emissoras públicas, defendeu a questão da multiprogramação, defendeu a questão da interatividade, e isso ajudou a somar forças, começou a dar corpo para vários projetos públicos, dentre eles, também, a interatividade. Na consulta pública e a audiência pública, houve essa defesa formal, seja daqui, seja do fórum, que acataram nossas orientações.

Na sequência, aconteceu a edição da Portaria 481, do Ministério das Comunicações, que, além e outros itens, colocava a especificação e dizia que quando da decisão para a entrega das caixinhas aos 14 milhões de beneficiados do Bolsa Família, na ocasião eram 14 milhões, mas isso pode variar um pouco para mais ou para menos, mas tem sido uma referência nas discussões, ela deveria ter especificações que garantissem a interatividade.

Contudo, eu gostaria de fazer uma observação, essa caixinha aqui tem alguns itens, que é justamente a que consta no nosso projeto. Vou assar para os senhores darem uma olhada. Ela tem um item importantíssimo que é televisores produzidos entre o ano de 2007 a 2010, mesmo em tela plana, mesmo com essa característica que temos nos dias de hoje, nem todos têm recepção

digital, mas existe uma porta HDMI, que é uma forma de conectar. E nessa portaria 481, um dos itens que não constava é justamente essa porta HDMI.

Então, começamos uma nova batalha de discussões, conversando com autoridades da administração federal dentro do próprio fórum, com a indústria, e começou um pouco dessa batalha que a Evelyn colocou aqui das grandes dificuldades que temos enfrentado, mas, felizmente, começamos a ganhar um pouco mais de corpo.

Na sequência, foi publicado o edital da Anatel que deu as diretrizes para todo esse processo. Vamos tratar aqui das questões macro. O edital arrecadou 5,85 bilhões de reais, que foram destinados ao Tesouro Nacional, mas também há no Anexo 2-A a determinação de destinação de recursos necessários para esse processo de remanejamento, ou seja, as emissoras que já tinham feito investimentos para operar nessa faixa de espectro, na especificação do processo de remanejamento, as emissoras que adquiriram transmissores serão ressarcidas. Então, parte dos 3,6 bilhões seria para isso; uma outra parte seria para o processo de comunicação, realização de pesquisas; e uma terceira parte, não necessariamente nessa ordem, para aquisição dessas caixinhas.

No GIRED, um dos itens do edital, existe um dispositivo que trata sobre as características do GIRED, qual a sua competência e qual a sua composição. Composição, um ponto importante a ser destacado, são representantes, um da Anatel; um do Ministério das Comunicações, a Secretaria de Comunicação Eletrônica; quatro representantes das teles, ou seja, as empresas que pagaram para ocupar aquela faixa, isso tem um sentido importante; e quatro representantes dos radiodifusores. Esses têm direito a voto.

Radiodifusores e empresas de telefonia celular, oito no total, têm os seus suplentes. Nós, aqui representados pela Evelyn, temos uma cadeira nessa suplência, e a EBC com seu representante, André Barbosa, também está presente. É onde muitas discussões e brigas são travadas.

Para discutir esses itens que falei, destinação de recursos, sistema irradiante, transmissores, antena, etc., caixinha, Ctabox e processo de comunicação, foram criados três grupos específicos de discussão, grupos técnicos, para auxiliar esses representantes no GIRED. Do grupo que discute as especificações do Ctabox, do filtro, porque será necessário um filtro para que não haja interferência entre o sinal do 4G, que será ocupado, e a transmissão de televisão, dos canais adjacentes principalmente, à faixa que será ocupada pelo 4G, e também da especificação das antenas, é o grupo de recepção. Nesse grupo se discute a caixinha já aconteceram sete reuniões com mais de dez dias de encontros. Digo esse número para se ter uma noção do quão profunda e acirrada tem sido essa discussão.

Daí surgiu o número de mais de 80 propostas, como disse a Evelyn, mas, especificamente para as caixinhas, são oito propostas que estão em pauta. A emissora pública ofereceu duas. Uma que tem exatamente essa configuração que utilizamos hoje no projeto, e uma segunda um pouco mais robusta, em que tem, por exemplo, um *bluetooth*, que possibilitaria para a pessoa utilizar um teclado para facilitar cadastramento, facilitar outras funcionalidades que poderiam ser desenvolvidas. Também há nessa especificação de caixinha mais robusta uma porta internet, ou seja, é tornar essa caixinha uma Media Center.

Por quê? Onde está a importância desse processo e desse projeto? A indústria que tem lutado contra tem uma busca constante

por um absolutismo permanente. Quero criar um produto que seja só para recepção de televisão, logo, qualquer cidadão de classe baixa ou de classe alta, evidentemente, tenha acesso às tecnologias. Então, ele vai criar algo melhor. Se você lança uma caixinha dessa que tem somente recepção digital, que é importante, evidente, mas se você tem a possibilidade de decidir por uma caixinha que é uma central de mídia de interação para várias outras coisas, o cidadão vai querer. E a indústria não, ela quer sempre trocar. Mas o que temos utilizado no processo de discussão da indústria é que, tendo uma caixinha como essa, ela poderá ter novos desenvolvimentos, poderá ofertar essa caixinha para além de uma aquisição pública dos 14 milhões, poder é levar isso para as lojas de varejo, Ponto Frio, Casa Bahia, etc.

Essas as discussões, neste momento, em relação ao GIRED. Será discutido, já dito aqui, nesse grupo técnico, nos dias 22, 23 e 24, o retorno das propostas que foram enviadas para o mercado, cujo número, que temos registrado de empresas, é de 38 que estão analisando e vão ofertar propostas para essas oito caixinhas. E, na sequência, no dia 29, esse grupo, GIRED, está incumbido de tomar a decisão por uma dessas especificações. E aqui é justamente onde entramos para apurar o juízo dos senhores em relação a essa possibilidade.

E por falar em possibilidade, não está aí nesse documento, mas gostaríamos de mostrar que, de acordo com o cronograma de desligamento, que acontecerá entre 2016 e 2018, isso significa a expressão das pessoas que receberão esse conversor digital. Em 2016, serão 2,3 milhões de famílias, que são Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Belo Horizonte, apontadas ali no mapa. Em 2017, acumulados são 4 milhões, passando por outras cidades da região Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em 2018, 5,3 milhões de

famílias até novembro de 2018, e a partir de dezembro de 2018, todo o território brasileiro. Veja aí a mancha de municípios que têm beneficiários do programa Bolsa Família e que poderão ser atendidos pelo recebimento dessa caixinha, recebendo a televisão digital. E, caso venha a ser a decisão pela especificação da caixinha que defendemos e temos trabalhado ao longo desses anos todos, significará a possibilidade de levar a interatividade para todas essas famílias.

Não sei se teremos tempo aqui, mas no Brasil 4D, especificamente, há uma janelinha que mostra, quando você sintoniza a TV Brasil e poderia ser qualquer outra emissora, informando que a interatividade já está disponível. É uma janela de acesso à interatividade. E digo mais, é uma janela de acesso para a cidadania, é uma janela de acesso para a inclusão social, inclusão digital. É um primeiro passo. Nesse sentido é que reforço o interesse de se buscar o apoio de todos os senhores aqui para esse projeto.

O último slide, somente para demonstrar as possibilidades de levar aplicativos de política pública, de informações, de tudo o que possa cooperar com a formação cidadã. Acho que condiz também com a missão dessa Empresa que os senhores cooperam aqui com o crescimento dia a dia, que é criar e difundir conteúdos para a formação crítica das pessoas, educação, ciência, tecnologia e por aí vai.

Agradeço a oportunidade e estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Muito obrigada.

CONSELHEIRA EVELIN MACIEL – Só para complementar, acho que essa proposta é muito boa, de um apoio do Conselho para o presidente do GIRED. Eu queria sugerir também que tratássemos disso com os representantes dos ministérios, para que os próprios ministros também enviassem essa carta de apoio ao projeto. Isso é muito importante.

Buscamos a Ministra Ideli, da Secretaria de Direitos Humanos, buscando uma argumentação de que a telinha de Libras não pode ser diferente da qualidade do restante da tela, então, numa tentativa de buscar mais justificativas para termos o melhor formato do Ginga. Então, solicitamos também que essa Ministra, que não participa do Conselho, enviasse um ofício para o presidente do GIRED. Acho que também vale a pena fazer isso em relação aos ministros que compõem o Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, conselheira.

Só uma coisa para organizarmos o nosso pensamento, do Conselho. Será feita uma nota, uma moção, já existe, assinaríamos juntos ou não? O Conselho faria um ofício ao GIRED. É isso?

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – GIRED, Anatel ou Comunicações.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Ouvi a exposição com atenção. Pode ser pergunta para resposta óbvia para pessoas que estão cuidando desse assunto, mas, por que exatamente esse programa de interatividade se conecta apenas aos que recebem o Bolsa Família?

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – As pessoas que terão acesso à televisão digital poderão fazer as escolhas, podem ter transmissores que estarão no mercado à disposição com essa tecnologia.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – A transmissão gratuita?

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – A gratuita. Se eu contar um pouquinho da história que o Nilson falou bem sinteticamente...

Isso tudo começa com a questão de quando temos a noção exata de que o operador nacional da rede pública digital não vai avançar, o projeto. Isso, de certa maneira, aconteceu quando nos reunimos com a Telebrás depois de terem feito reuniões, EBC, Telebrás, para viabilizar a infraestrutura do operador. Numa determinada reunião com o presidente da Telebrás, diretoria da Telebrás, colocamos: o que é? Vocês vão ou não vão entrar no projeto do operador? Eles disseram que não tinham condições de entrar no projeto do operador de rede.

Então, mesmo a gente tendo previsto no PPA, esse que está em execução agora, o operador de rede, mas sem recursos suficientes, teríamos de levantar esses recursos juntamente com a Telebrás para viabilizar o operador, não seria possível, não teríamos condições. Simultaneamente vem a discussão dos 700 MHz e aí caiu a ficha. Por que o operador não saiu? O operador seria feito na faixa dos 60 ao 69, aí não teria a geração 4G na faixa dos 700 MHz.

Desde então toda a nossa luta foi para dizer o seguinte: reforçar os princípios do decreto, da escolha do padrão da TV digital, entre eles a interatividade. Também há a questão da mobilidade que não resolvemos ainda e a multiprogramação, como a Evelyn falou, mas consideramos que, neste momento, na fase atual em que estamos, o mais importante é a questão da interatividade. Por quê? Fizemos o piloto. Eu disse para o André: as pessoas não acreditam que o Ginga funciona, porque é um experimento de laboratório. Precisamos mostrar em campo que ele funciona.

Foi aí que começou esse projeto-piloto, para mostrar que poderíamos criar algo muito maior do que apenas isso, que, de certa maneira, está naquelas diretrizes alteradas que apresentei para o próximo PPA, que é fazer da tecnologia digital um eixo para promover desenvolvimento com democracia e diversidade. Isso é 4D. A partir dali, mostrar para as instâncias governamentais, as áreas financeiras, as áreas orçamentárias, que isso não era custo, mais gasto para o setor público, mas investimento que poderia alavancar algo muito maior e, inclusive, o desenvolvimento do país a partir daí, porque a indústria da tecnologia, da criatividade, do conhecimento é a que mais cresce no mundo e vai deter a maior fatia do PIB mundial nos próximos 40 anos.

Isso era mostrar às pessoas que era viável. O Ginga é possível e precisamos fazê-lo. Para quê? Para mostrar também para a área governamental que ela pode estabelecer, por intermédio da comunicação pública, isso que o Nilson falou, que é uma janela de diálogo entre Estado e sociedade na casa das pessoas onde está a televisão delas. Era para isso que colocamos lá “desenvolver aplicativos”. E fizemos junto com o Banco Mundial um estudo de impactos socioeconômicos, porque já áreas em que se precisa saber a vantagem econômica que se tem de fazer um investimento social. E mostramos que, efetivamente há um ganho, inclusive econômico, até para essas pessoas.

Por quê? Porque mesmo fazendo com 100 famílias, um universo pequeno em relação a 12 milhões de domicílios, extraímos, por intermédio de economistas da UnB, valores que mostram o ganho potencial, inclusive na geração de emprego, para essas pessoas e na qualificação delas como mão-de-obra, só com um aplicativo que facilitava a vida delas para procurar, pois economizava dinheiro do ônibus, e sabia o que estava sendo oferecido e onde, podendo se organizar melhor a sua rotina de vida.

Ao mostrarmos isso, tornou-se viável, inclusive, que você pudesse ter garantias para a aceleração do processo do apagão analógico. Por quê? A justificativa estava dada para você poder ter essa caixinha na residência de 14 milhões de pessoas, muito mais do que apenas o chamado Bolsa Televisão. Isso não é Bolsa Televisão. Se você quiser, você compra. Custa cem reais. Mas nem todo mundo, e isso estudo mostrou também, tem dinheiro suficiente, pode dispor de cem reais. O bairro em que fizemos o piloto, em João Pessoa, pouco tempo antes, que foi em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social local, as pessoas morriam de fome. Estavam

morrendo de fome naquele bairro. Então, um bairro muito pobre em João Pessoa. E mostrando esse impacto social.

Daí por diante vem toda a nossa luta para dizer que vamos ter de sair desse espectro. Vamos fazer uma boa negociação para que a comunicação pública tenha vantagem, para que o cidadão tenha vantagem com novas possibilidades que se abrem para ele no campo social, discutindo isso com o Ministério da Comunicações.

Infelizmente, talvez tenha sido mal interpretado aquilo que eu disse pelo Ministro Paulo Bernardo, por quê? Nós, discutindo o projeto do operador de rede, encontramos a possibilidade, porque todo mundo diz que não tem espectro, vai sair do espectro e para onde vai? Aqui nessa empresa, primeira vez, o professor Guna, da Universidade de Mackenzie, mostrou o experimento que ele estava fazendo com o digital na faixa do chamado VHF alta, canais de 7 a 13, onde hoje há analógicos, mas vão migrar para o UHF do digital. Ao fazer aquilo, falamos: está aqui um campo; não tem canal para o campo público lá, mas será que a gente não inviabiliza aqui? Vamos propor, fazer testes, ampliar esses testes, porque precisamos estar em igualdade de condições na migração com as emissoras comerciais, senão, mais uma vez, a gente sai atrás.

Se o cidadão, para passar da Globo para a TV Brasil, Canal da Educação, Canal da Cultura, tiver de mudar um botão, vocês imaginam a dificuldade, tem um esforço muito grande para ele fazer esse movimento, qualquer coisa que ele tenha de fazer. Então, é só o controle remoto, se com o controle remoto ele puder passar do VHF para o UHF, estou satisfeito.

Eu disse numa audiência pública da Anatel, fiz um documento a propósito, embora tivesse e fosse possível fazer testes

de VHF alta para a comunicação pública, nós nos sentíamos naquele momento, enquanto comunicação pública, como a população ribeirinha quando se vai construir uma grande hidrelétrica. As pessoas falam o seguinte: o desenvolvimento do país depende de eu tirar você daqui; vou botar você numa casa bem bonitinha; não tem estrada para levar o abastecimento para lá; as coisas são mais difíceis; não vai ter energia elétrica, mas você vai ficar numa casa melhor do que essa na beira do rio. Era aquilo que eu disse na audiência pública da Anatel, que precisávamos fazer os testes para aceitar aquilo. Portanto, vamos pensar melhor antes de fazer essa migração dos 700 MHz, vamos estudar melhor alternativas, para ter espaço no campo público dentro do espectro da radiodifusão.

As coisas foram avançando ao ponto de que queríamos fazer os testes de VHF, pedimos canal de VHF para fazer teste, alguns fizemos em conjunto com o MiniCom, queremos fazer em outras regiões. Antes disso, inclusive, estive com o Ministro Paulo Bernardo, a conversa estava muito boa, e na hora em que falei do VHF para comunicação pública, ele disse: não, VHF está vetado para comunicação pública. Por que, Ministro? Vocês não quiseram. Falei: Ministro, não é que não quisemos, a gente não queria algo desconhecido, a gente queria testar melhor. Ao ponto de, no final do ano, o canal que pedimos para fazer o teste do VHF na região da Grande São Paulo, ele concedeu para um empresário. Está na ata da reunião, mencionado isso, e eu mencionei na reunião passada, um empresário do ramo de educação.

Depois, com a mudança, reverteu. Conversamos com o Ministro Berzoini a esse respeito. Não dava mais tempo de reverter a questão do voto no GIREL, porque as coisas estavam funcionando. Essa questão ainda estamos tentando reverter, de certa maneira, do VHF alto, e acho quem, de certa maneira, conseguimos, porque

ontem saiu uma portaria do MiniCom que dá prioridade aos meios públicos para ocupar o VHF alto, isso, inclusive, é reflexo com a conversa que tivemos na semana passada com o secretário de Comunicação Eletrônica, Emiliano José.

Então, o ambiente para construção desse campo de garantia do espectro está se dando. Uma das questões que era um grande problema para nós, em relação a essa população do Bolsa Família, de certa maneira está resolvido, se o GIRED confirmar aquilo que foi decidido no grupo técnico, que é a antena híbrida. Porque era a situação: a antena VHF é assim, a antena UHF é assim. Se o cara tiver de comprar uma antena, ele vai comprar uma antena que pega as emissoras comerciais primeiro. Então, o fato de ele receber um kit que contemple uma antena híbrida, já garanto nessa comunidade de 14 milhões de domicílios que ele terá um controle remoto que começará com os canais VHF da comunicação pública, de preferência e, depois, vai para os canais de comunicação comercial.

Acho que isso foi um grande ganho nesse momento em que estamos vivendo, das mudanças, das novas ideias. Estamos trabalhando. O Ministro está chegando agora, ainda não consegui passar todas essas informações a ele, mas tenho certeza de que ele terá a sensibilidade de entender a importância dele, inclusive como ministro político, de negociar politicamente com os outros ministros envolvidos para fazer uma coordenação, de forma que possamos avançar nessa situação.

A conselheira Evelyn falou do Canal da Cultura, mas, na verdade, acho que é o da Educação em que saiu a portaria conjunta. TV Cultura? Desculpe-me, achei que era o Canal da Cultura. O Canal da Educação está saindo uma portaria conjunta dos dois ministérios já prevendo a possibilidade do Canal da Educação, Canal da Cultura,

Canal do Governo Federal, que é a NBR, mais o Canal da Cidadania. A TV Brasil não entra no Decreto 5.820, mas ela, como comunicação pública, também tem a preferência, como os demais meios de comunicação públicas existentes no país, locais, estaduais, etc.

Vamos negociar para que fique o mais barato possível ter um campo no espectro de comunicação pública, porque quanto mais próximos estiverem os canais de comunicação pública, mais barato fica para o Estado brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada.

Conselheira Eliane.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Toda vez que entra nessa questão dos 700 MHz eu me sinto uma criança de três anos, mas vamos lá, vou tentar.

A primeira coisa, essa questão do VHF alto, do VHF para o UHF, está lá o terreno, ocupa-se, mas temos um problema que, se não me engano, é a portabilidade, porque precisamos ter antena para pegar. O UHF não dá portabilidade. A gente, nesse mundo aqui, talvez seja importante continuarmos outras brigas, pois sei que o monstro é feroz, o bicho que temos de enfrentar é feroz, mas, enfim, esse aqui é o futuro, não, já é o presente, as pessoas estão assistindo aqui. Então, a história da antena me deixa um pouco preocupada.

Em relação ao Brasil 4D, quero colocar duas questões. Vou dividir minha fala em dois momentos. O primeiro é concordar

com a proposta da Evelyn de apoiarmos o Brasil 4D, a interatividade e a multiprogramação. Apoiarmos porque é marcante. A questão da interatividade me parece bastante interessante, que quem já esteja estabelecido no formato da TV antiga, esteja bastante confortável com ela. A gente não precisa estar confortável com essa posição, podemos avançar. Então, me parece bastante interessante que o Conselho Curador reforce uma construção de um novo modelo, um novo jeito de assistir televisão. Então, concordo aqui e apoio que a gente não apenas assine, mas também interceda junto a outras instâncias, outras esferas.

Aí coloco a segunda questão que para mim é condicionante para essa assinatura. Vou abrir do fundo do coração, do fundo da alma, que sempre vi o Brasil 4D com muitas restrições em relação ao papel, não em relação à função pública, prestação de serviço. É fundamental garantir o acesso das pessoas à interatividade, aos serviços que ela pode ter acesso e que eu já tenho aqui com a minha internet, garantir isso para as pessoas de mais baixa renda. Então, é fundamental. Não questiono isso, mas sempre questionei o espaço de que seja o canal público que carregue isso. Então, ao colocar o canal público carregando essa estrutura, a gente tira, se não tomarmos cuidado, mais uma vez o canal público, que nunca teve espaço. A comunicação é que deve ser não uma prestação do governo, mas da comunidade, da sociedade brasileira.

Minha proposta é que a gente tire em forma de resolução que qualquer apoio ao Brasil 4D signifique também tela dividida. No momento em que se entrar no Brasil 4D, na interatividade, você continua tendo acesso à programação da TV Brasil, senão ela some da tela, no momento em que há a interatividade a programação some, então, só carregou, mas depois abandona o cavalo para lá. E a outra questão importante é que, já que teremos interatividade, que

o Brasil 4D inclua também interatividade de programação, acesso à programação da comunicação pública. Aí abrimos caminho para, de fato, uma nova forma de televisão que hoje já funciona, meus filhos já têm acesso, que é a TV por demanda, ou seja, vai lá e escolhe a série que quer assistir.

Então, se o Brasil 4D consegue carregar também a programação da EBC, em que vamos acessar quando e a hora que quisermos o Caminhos da Reportagem, ou Samba na Gamboa, enfim, os programas que a gente carrega no nosso programa generalista, é fundamental para a construção de um novo modo, para que as pessoas tenham acesso a esse novo modo de ver televisão. É preciso apoiar, mas precisamos tirar resoluções aqui para que seja garantido que a comunicação pública esteja lá dentro, senão fica só o serviço do governo.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Primeira coisa. Não sei de onde se tirou que é a TV Brasil que vai carregar o Brasil 4D. Na verdade, a proposta é que seja a NBR que carregue, não a TV Brasil.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Os projetos-pilotos estão na TV Brasil.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Porque a NBR não está na TV aberta. Não há TV aberta para a NBR. O projeto-piloto, alguém tem de fazer. Podia ser a Rede Minas. Alguém tem de fazer. Quero que você tenha tranquilidade de que a questão é que isso pode esbarrar em custos e pode ser que onde não tiver

espectro, quanto a essa questão do VHF, não sei se vai estar definida, se isso resolve todo o problema ou não, você tem de ter compartilhamento dos canais públicos. Talvez tenhamos de compartilhar. Se a gente não for para o VHF imediatamente, em princípio, dentro de um canal de educação, ele tem de compartilhar conosco onde temos sinal e lá não tem mais espectro, no UHF, não no VHF.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Inclusive, Nelson, se é a NBR, fico bastante reticente se tem de estar esse projeto dentro da EBC, se não é um projeto da SECOM.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Desculpa-me, esse projeto não é nem da SECOM e nem da EBC, esse é um projeto do Brasil. Não queremos isso para a EBC, nem para a SECOM, queremos isso porque achamos que a sociedade brasileira precisa.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Entendo os dois lados, mas acho superimportante chamar a atenção para isso e vamos discutindo.

Na verdade, o apoio, neste momento, não é ao projeto Brasil 4D, mas às instruções, à caixinha, mas voltar a esse tema, evidentemente. É isso, Nilson?

O SR. NILSON SILVA – É isso. Dentro das várias discussões que são feitas no Fórum Brasileiro de Televisão Digital,

uma delas já antiga, era a possibilidade do uso da televisão por celular, só que as emissoras privadas não tinham esse interesse e, curiosamente, no final do ano passado para cá, eles começam a defender que os celulares sejam produzidos com a possibilidade de recepção de televisão digital. Então, isso é um bom sinal para a gente. Quanto à antena, também dentro das especificações, se discute a especificação de uma antena V+U, VHF mais UHF, para poder captar todos os sinais.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Isso que eu ia dizer. Isso vai depender de o Estado ser coercitivo para dizer que a fabricação terá de ser antena híbrida, inclusive para o aparelho celular.

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
– Eu estava falando com a conselheira Evelyn e quero reforçar o que ela trouxe para cá, a questão da acessibilidade atrelada à interatividade. No nosso documento, solicito que a gente inclua essa discussão que a Evelyn trouxe para cá, e eu estava combinando com ela, para que a gente possa ter a qualidade da imagem, da transmissão na mesma qualidade da interatividade para uso da Libras. Uma questão que também estávamos vendo é que pudesse dar uma olhada nessa nota antes de ela ser encaminhada. Nossos itens todos contemplados.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Quem vai redigir, somos nós. Nós vamos encaminhar um ofício nesse sentido para os órgãos competentes.

Muito obrigada, Nilson. Obrigada, Cristiane.

Miriam, você é capaz de fazer o seu informe em dez minutos, sobre a nossa reunião de ontem, o Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa?

A SRA. MIRIAM PORTO – Na verdade, eu queria apresentar a Simone, porque ontem fizemos a reunião com o Comitê da Diversidade Religiosa, pois estamos iniciando as novas temporadas das series “Entre o Céu e a Terra” e “Retratos de Fé”, que foi muito rica, muito boa, como sempre, como foi na primeira temporada, porque os produtores saem com mais segurança para campo, para as gravações.

A Simone, que é gerente de Conteúdo, da Diretoria de Produção, participou da reunião. A Ana sugeriu que ela falasse um pouquinho e contasse o balanço da primeira temporada e, agora, dessa nossa segunda temporada, da proposta, já que ela acompanha de perto os produtores, os roteiros, todas as avaliações.

Simone.

A SRA. SIMONE – Boa tarde a todos.

Falar brevemente. O encontro foi muito bom. Estiveram presentes os membros do Comitê da Diversidade Religiosa, os produtores que venceram o *pitching*, e fizemos o balanço da primeira temporada falando não só dos conteúdos, da parte artística, como também como foram os programas que também foram muito bem sucedidos em relação à participação, espectadores nas redes sociais,

muitos e-mails através de Ouvidoria, os próprios produtores também receberam muitas mensagens das pessoas achando muito bacana os dois programas.

Não sei se todo mundo aqui está familiarizado com os programas, mas, falando rapidamente, o “Entre o Céu e a Terra” é um programa semanal de 52 minutos que discute questões filosóficas e culturais sob a ótica de diferentes lideranças religiosas. O “Retratos de Fé” também é um programa semanal de 26 minutos em que cada religião pode se mostrar sem intermediação. Então, não tem apresentador, não tem repórter, eles se apresentam e falam sobre suas crenças, seus rituais.

O Alberto Adler, gerente de Pesquisa da EBC, também esteve rapidamente na reunião e foi muito interessante. Na verdade, ele falou que ainda é um pouco prematuro falarmos sobre audiência, porque não tem 90 dias, mas, em princípio, os programas seguem o perfil de audiência da TV e em algumas praças supera a média da TV. Então, ficamos muito satisfeitos com isso.

Na segunda parte da reunião, os produtores apresentaram suas propostas para a segunda temporada para avaliação dos membros do Comitê. “Retratos de Fé” apresentou as religiões que se pretendem mostrar na segunda temporada. Na primeira temporada foram contempladas religiões que têm maior número de fiéis, de acordo com o IBGE. Nessa segunda temporada, conseguiremos ter uma maior diversidade de religiões mais ligadas ao Oriente, religiões indígenas. A primeira temporada houve muitas igrejas ligadas ao braço cristão, digamos assim. O “Entre o Céu e a Terra”, eles apresentaram os temas que estão se propondo a cobrir nessa segunda temporada.

O combinado é que até sexta-feira, os membros do Comitê vão mandar suas contribuições para que as produtoras possa, de fato, começar a produzir e a gravar essa segunda temporada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Simone. Parabéns, de novo, pelo trabalho, pelo programa.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Eu gostaria de parabenizar todos os envolvidos na produção desses dois programas. Lembrar um fato interessante. Esse programa começou a ser discutido, ou essa questão de a EBC estar transmitindo programas religiosos, se não me engano, em 2010, e ficamos durante quatro anos patinando, indo, vindo, com muitas discussões. Quando o programa finalmente foi definido, formatado e começou a se partir para a área de produção, ainda estávamos muito inseguros em relação a como a sociedade iria reagir, porque havia críticas dos dois lados no modelo anterior. Havia críticas da sociedade civil leiga, dizendo que a EBC não poderia estar transmitindo programas religiosos; e havia também os adeptos das religiões que questionavam a nossa possível intenção de podar esse tema da religiosidade na grade da EBC.

Então, foi uma questão muito delicada, estávamos inseguros, mas é bastante interessante notar que, a partir do momento em que os programas foram ao ar, tem-se recebido diversas manifestações e nenhuma crítica. As manifestações têm sido somente elogiosas. Apenas reforça os parabéns para as equipes envolvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, conselheiro, que nos ajuda no Conselho, conselheiro Takashi e conselheiro João Jorge.

Meio-dia e dez. Proponho que a Joseti, ouvidora, nos apresente o relatório. Na verdade, você não vai apresentar o relatório, mas fará algumas considerações sobre o relatório, até meio-dia e meio.

Agradeço a sua disponibilidade. Obrigada.

A SRA. JOSETI MARQUES (Ouvidora-Geral) – Bom dia a todos os presentes.

Realmente não é uma apresentação porque não era previsto. Tínhamos essa parte da manhã. Fizemos o convite a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que apresentaria o relatório final de toda análise durante um ano em que eles fizeram da programação da TV Brasil, mas, como a presidente já explicou, eles tiveram problemas e não vieram apresentar.

Mas, de qualquer modo, eu gostaria de dizer que foi um trabalho extremamente importante, interessante, exaustivo, uma equipe grande, dedicada a observar a TV Brasil em todo o seu conjunto. Foi uma análise transversal, passando por todos os programas nos diversos aspectos, desde a formatação, a estética, a narrativa, o discurso, o conteúdo. Então, um trabalho que de certa forma o Conselho já conhece, porque no relatório anual que foi apresentado na reunião passada, o conjunto dessas observações, tanto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quanto da UnB,

estavam ali apresentados nos seus aspectos principais e fundamentais, que poderiam ser orientadores, inclusive, para propostas de melhoria, de qualidade, nos diversos produtos. Então, foi uma pena realmente. Espero que eles tenham oportunidade de, no futuro, fazer essa apresentação mais detalhada para todos os conselheiros.

Para ocupar esse tempo que seria deles, farei apenas um breve comentário sobre os aspectos observados pela Ouvidoria nesses três primeiros meses do ano. Primeiro eu queria chamar a atenção para uma coisa. Diferentemente de todos os outros anos, de todas as outras reuniões de Conselho e de todas as outras abordagens e críticas que fizemos, sobretudo, o que observamos nos veículos, dessa vez o relatório trimestral provocou uma aproximação muito oportuno, que acredito que será produtiva no sentido de começarmos a promover qualidade e resolver problemas pontuais.

O relatório é sempre encaminhado para os diretores com pelo menos cinco dias de antecedência, conforme diz o regulamento, a lei e tudo o mais. Esse espaço de tempo é justamente para que os diretores e o próprio Conselho possam se manifestar de alguma maneira sobre o que está apresentado, discordando das análises feitas ou mesmo contribuindo com alguma coisa, ou dizendo o que está ou não resolvido. Enfim, se manifestando colaborativamente no sentido da busca da qualidade.

Nesse relatório, pela primeira vez, toda a diretoria solicitou reunião com a Ouvidoria para analisar tudo o que está ali apontado. Foi uma coisa que me surpreendeu muito, porque foi o conjunto dos diretores, inclusive, com áreas que não são exatamente aquelas interlocutoras diretas da Ouvidoria, como DIAFE e até mesmo a DIGEL. São áreas que, embora não tenham com a gente um

contato direto, porque não é da nossa natureza, da Ouvidoria, observar o trabalho que fazem os profissionais da EBC, mas os conteúdos que oferecemos ao público e difundimos na sociedade, alguns dos problemas que afetam esses conteúdos vêm exatamente dessas áreas.

Então, nessa reunião, todos se observaram dentro dos comentários do relatório e ofereceram contribuições, discussões, dialogamos e aprofundamos, inclusive, o que a Ouvidoria observa da tela para fora, ou do rádio para fora, ou da Agência para fora. Isso gerou um documento extenso, mais de 50 páginas, que é esse anexo, que todas as diretorias apontam aqui as soluções que pretendem dar aos aspectos abordados, que esclarecem por que determinados aspectos ocorreram, por que determinadas situações se repetiram e propuseram aqui soluções.

Então, é um anexo, a resposta de todas as áreas a tudo que a Ouvidoria tem observado ao longo do tempo, porque o relatório em si, eu já disse isso na última reunião e repito agora, é repetitivo, porque os nossos problemas se repetem. O que acontece? Com essa nova postura, com esse novo diálogo, acredito que iremos ter soluções encaminhadas de maneira muito positiva, por exemplo, a questão do sinal, que é o nosso problema mais sério e recorrente, problema de sinal das antenas, por exemplo, que estão no "medanha", que pegam a Zona Oeste do Rio de Janeiro e também a Baixada Fluminense, que é uma região com problemas sérios de violência, é uma região pobre, de baixa renda, portanto, a TV Brasil seria importante estar nessa região. E essa antena supre essa região.

Descobrimos no final do ano passado quais eram os problemas e eram de ordem burocrática, administrativa. Resolvemos

o problema e ficamos, de novo, com 80% da capacidade das antenas nessa região. No entanto, novamente, o sinal voltou a cair ali. O que estaria acontecendo? A resposta que sempre tivemos da área técnica é que as tempestades comuns no verão carioca, a incidência de raios, prejudicaram a nossa antena. Então, a Ouvidoria começou a buscar: por que os raios caem tanto sobre as nossas antenas, se os outros não saem do ar?

Nessa busca, nós, novamente, encontramos uma dificuldade de ordem administrativa e não de ordem técnica. Surpreendentemente, a área que nos convoca para trabalhar e analisar isso, percebemos que são peças muito baratas de 200, 300 reais, para manutenção dessas antenas, quando ocorrem esses eventos, mas temos uma demora muito longa para conseguir comprar esses equipamentos. As outras antenas também são atingidas, mas o conserto é imediato.

Então, a DIAFE, numa conversa, diz que precisamos realmente dar agilidade a isso, mas identificou um outro problema que, na verdade, não é termos de cumprir uma burocracia no serviço público que a iniciativa privada não tem, temos sim que fazer isso, é assim a natureza do serviço público, mas onde estaria o problema? Sabemos que essa é a natureza do serviço público e precisamos lidar com isso e ter também agilidade para os consertos. É uma situação em que os gestores sejam capacitados e compreendam todo o sistema necessário para compras ou o que quer que seja no serviço público, para que tenha sempre o recurso de resolver os problemas de maneira mais imediata. Esse é apenas um exemplo de uma conversa que atravessou diversas áreas, com diversas necessidades, com diversas fragilidades, que nesse relatório, de maneira bem extensa, inclusive dessa área, há todas as proposições para a solução disso.

Um outro aspecto que eu gostaria de chamar atenção nessa ligeira abordagem dos problemas, para mostrar que os problemas que percebemos nos nossos produtos nem sempre são exatamente ou de área técnica ou de produção de conteúdo, essa faz uma interface com a Ouvidoria interna que, nós, desde julho do ano passado, estamos fazendo atendimento de Ouvidoria interna. Por duas questões que foram levantadas, fomos ao Rio e percebemos uma situação toda complexa, que atravessa a questão do conteúdo, porque a crise do ar-condicionado afetou a programação, o público reclamou, e mais a Ouvidoria interna. Ou seja, essas áreas todas se atravessam.

O que acontece? Na DIGEL, Vice-Presidência de Relacionamento, tem aqui um extenso relatório de soluções propostas, os problemas já identificados, eu só quero aqui publicizá-los para mostrar que há soluções, até para que o Conselho também possa acompanhar, perceber o empenho que está sendo feito, mas também cobrar que as soluções sejam efetivas.

Então, há uma extensa parte do relatório que diz respeito a todos os problemas ocorridos no Rio de Janeiro que acabam vindo para a Ouvidoria, em termos de produção de programação com problema, ou de Ouvidoria interna no problema de relacionamento de gestão. Esses problemas estão todos analisados aqui pelas áreas com as suas propostas de solução.

O Jornalismo também se manifesta aqui no sentido de demonstrar que todos os levantamentos constantes do relatório de Ouvidoria, muitos se referem à necessidade de condições técnicas de realizar um trabalho mais completo. Isso está aqui no relatório também.

A área de Programação e Conteúdo também se manifestou no sentido de resolver problemas que são históricos, problemas de grade inconsistente no sentido de seus horários e na possibilidade de que o público venha a acompanhar a programação e ser fiel a um determinado produto, porque sabe que esse vai ocorrer naquele momento que está sendo prometido, ou seja, o diálogo necessário que qualquer veículo deverá ter com o seu público, seja rádio, seja televisão. Se faço alguma mudança, preciso avisar o meu público que daqui a duas semanas ele não verá aquele programa, porque vamos oferecer uma coisa especial naquele lugar. O que não vinha acontecendo. É uma demanda muito antiga de Ouvidoria que haja esse diálogo com o público, porque esse reclama muito sobre isso. O nível de respostas, também, que se dá à demanda do público.

Na reunião com a DICOP, esses problemas foram levantados e há aqui, logo no início, uma série de providências que estão sendo tomadas e outras, como proposição de que venham a ser tomadas, para que esse diálogo com o público se torne mais afinado no sentido de fidelizar a audiência e também que o diálogo das áreas com a Ouvidoria, nessa mediação do que seja a demanda do público, possa ser um pouco mais afinada, um pouco mais parceira, digamos assim, e não apenas no sentido de que o público reclama e não nos deixa trabalhar. Estamos aqui empenhados em fazer alguma coisa e o público reclamando.

Acredito que seja um momento muito interessante, muito importante. Atribuir isso, desde o início, estou vendo ali o nosso primeiro ouvidor, Lalo, a Regina não está aqui, agora estou eu, mas nesses três momentos, acredito que o fato de termos esse anexo de providências é um avanço que demorou, mas veio. Acho que vamos

viver um momento agora de, não apenas de reclamações de Ouvidoria, mas de soluções que a Ouvidoria possa trazer para os diversos problemas. Espero, sinceramente, que o público também perceba isso.

Tivemos, só para dar um quantitativo, neste trimestre, 1298 demandas, das quais 57 foram elogios e 264 foram reclamações, as outras se dividem entre situações de Fale Conosco, a grande maioria, que não é pertinente ao trabalho de Ouvidoria, mas é registrado e algumas fazemos o encaminhamento. Quero também dizer que a Ouvidoria observa com muita atenção, encontra, obviamente, os problemas, porque é dessa forma que ajudamos a resolvê-los, se passarmos por eles e não nos dermos conta, a gente não contribui em nada com as áreas, mas passamos também por coisas extremamente elogiosas. A programação de sábado da TV Brasil, eu, particularmente, considero uma das melhores, inclusive, em relação à TV por assinatura, de maneira geral.

Mas nesse relatório temos "O Castigo de Oxalá", que é uma radionovela da Nacional, do Rio, que ouvimos com muita atenção e, ainda assim, naquela coisa de Ouvidoria de ouvir para ver se tem um problema e não, um trabalho extremamente cuidadoso, muito bem-feito, que teve no boletim diário de Ouvidoria o detalhamento de como foram atentos à qualidade e como o programa era tão interessante.

Fizemos também aqui uma referência ao "Ponto de Encontro", um outro programa que analisamos, olhamos com cuidado. Ele cumpre, de maneira muito interessante, durante uma longa jornada no ar e há muito tempo, o que se propõe a comunicação pública. Então, o "Ponto de Encontro", da Rádio

nacional, da Amazônia, é um dos aspectos elogiosos que o boletim aborda.

Em resumo, é isso que temos. Acredito que hoje a UnB vai fazer a apresentação também da análise do resultado do convênio de cooperação para analisar três rádios aqui de Brasília. Isso deverá acontecer na parte da tarde. Em linhas gerais, é isso que temos. O relatório está bem completo, mas chamo atenção especial para o anexo que, esse sim, é inaugural.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Boas notícias, então. Continuemos assim, Joseti.

Conselheiro Takashi.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Eu gostaria de elogiar o trabalho da Ouvidoria. É sempre bem-vinda, sempre merecedora de elogios.

Nos anexos, sinto uma ausência muito preocupante das providências tomadas pela TI. De vez em quando, mando manifestações à Ouvidoria e a TI ou não responde ou, quando responde, responde de uma forma não muito cordial. Eu citaria apenas dois exemplos: uma providência que solicitei de que quando fazemos uma busca por determinado assunto, o resultado da busca vem numa ordem totalmente aleatória, não vem numa ordem cronológica, o que seria o natural, vem totalmente disparatado, não

conseguimos localizar nada. Postei essa reclamação já faz meses e até hoje não recebi resposta.

Oura demanda que coloquei mais recentemente foi que eu estava lendo um determinado assunto e me pareceu interessante fazer um comentário, falei com a Ouvidoria, o Fale Conosco, e não achei. Postei uma reclamação na Ouvidoria citando a página, a matéria, e dizendo que não encontrei o Fale Conosco, e deveria ter. Passam-se meses, a TI respondeu que não conseguira identificar essa lacuna onde eu tinha indicado, eles estranharam, e eu estranhei a resposta deles, não foram nada cordiais na resposta. Disseram: "De qualquer forma, o link Fale com a Ouvidoria ou Fale Conosco está presente em todas as páginas, o senhor pode olhar aqui rodapé depois da segunda palavra, depois da terceira vírgula, está lá o Fale Conosco". Qualquer portal que você entre, está lá o Fale Conosco em destaque.

Então, acho que essa deveria ser a postura da TI. A TI deveria estar solidária com todo esse processo da EBC da nossa preocupação de atender o público e que esse tenha facilidade de conversar conosco. Assim, esse anexo tem essa lacuna, de que a TI deveria dar uma resposta a essas demandas.

A SRA. JOSETI MARQUES (Ouvidora-Geral) – Realmente, essa é uma demanda antiga da própria Ouvidoria, mas que tem tido encaminhamento. Ainda não está nesse relatório e nem foi tratado nesse anexo, mas pela sua colocação será no próximo, com certeza, porque isso aqui se refere ao que foi levantado nesse trimestre e não tínhamos nessa oportunidade nenhuma reclamação específica.

Se, eventualmente, a resposta não chegou pelos canais normais, pode ser uma falha nossa, da Ouvidoria, porque toda vez que vem, a partir do Conselho, uma reclamação ou elogio, damos um destaque especial, porque colocamos isso no boletim diário que vai diretamente e exclusivamente para a Diretoria Executiva. Então, encaminhamos com a ênfase que se deve dar quando é o próprio Conselho fazendo uma solicitação.

A questão da entrada na página era uma reclamação nossa, permanente, e tínhamos a mesma dificuldade que o conselheiro relata, nesse diálogo com a área, para mostrar que, como Ouvidoria, não somos Fale Conosco. O nosso maior quantitativo de atendimento é justamente o que se referiria a Fale Conosco, que é procurar saber se a área tal vai funcionar no feriado, vamos dizer assim. Todo mundo sabe, o público sabe o que é Fale Conosco e o que é Ouvidoria. Sabe quando se deve dirigir à Ouvidoria, que são assuntos mais específicos e, notadamente, reclamação.

Conseguimos um pequeno avanço depois de muito tempo de embate, que foi com a mudança do portal que, agora, tem lá Ouvidoria, com certo destaque na página. Mas ainda não chegamos ao aprimoramento de que esse lugar leve à Ouvidoria exclusivamente. Ele leva à Ouvidoria, mas ainda no sentido de Fale Conosco, que não existe o Fale Conosco ainda, então, tudo vem para a Ouvidoria. Isso, não apenas nos onera, no sentido do atendimento, como também poderá mascarar as nossas estatísticas. Será que a Ouvidoria precisa se empenhar para que o público acesse mais? Temos, só no trimestre, quase 1300 entradas, mas tivemos 500 que foram de assuntos genéricos de Fale Conosco.

Quanto à ferramenta de busca, tem sido uma reclamação permanente. Levamos suas reclamações pessoalmente para dizer

que, está vendo aqui, não somos só nós e não é apenas o público, todo mundo, inclusive o Conselho, também reclama isso. Também não houve muito resultado. Colocamos em boletim, toda vez que sua reclamação chega, vai ao boletim diário para a Diretoria Executiva. A solução ainda não apareceu, mas como estamos vivendo um novo momento, acredito que, de repente, na próxima reunião pode ser que tenhamos boas notícias sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheiro Martins.

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS – Presidente, sairei um pouco desse assunto. Você sabe, já cansei de dizer que não entendo coisa nenhuma de televisão, nem de comunicação, mas observamos que hoje na economia moderna a única maneira de as empresas sobreviverem e se perpetuarem é através da inovação e criação de nichos de mercado, nichos não existentes. O Brasil hoje, estamos num mundo globalizado, caminha fortemente para a internacionalização.

Gostei muito do que as Dras. Rita e Eliane falaram sobre a Palestina. Vocês trouxeram muitas informações que muita gente não conhecia e o que vocês trouxeram da Palestina existe no mundo inteiro. Eu, a minha empresa, já está nove países do mundo, e só eu sei a dificuldade que tivemos para ter informações de onde deveríamos entrar. Inclusive, a gente sempre faz burrice e fizemos uma grande em colocar uma fábrica no Egito, investindo um monte de dinheiro, e deu todo aquele rolo com o mundo islâmico, não sei o quê, a fábrica, não tem engenheiro nenhum que queira ir para lá.

Hoje, a fábrica, sociedade com egípcio, basicamente estamos deixando, vamos vender. Por quê?

Falando com um repórter, que disse: Sr. Martins, se o senhor tivesse falado comigo um ano, tudo isso que está acontecendo, na comunicação nós sabíamos que ia acontecer. Acontece que se pessoal de indústria, de comércio, essas grandes associações de classe, não entram dentro do povão. É a grande realidade. Hoje, se queres descobrir um ladrão, quer descobrir corrupção, quer descobrir tráfico de drogas, não contrata político, pega um repórter que ele acha no dia seguinte.

Então, o repórter sabe tudo. Ele entra no meio do povão, vai a um país desses, e sabe, no meu ramo, qual é a tarifa de ônibus, se precisa de ônibus grande, pequeno, elétrico, bateria, que tipo de sistema funciona, de privatização ou pertence ao governo. Eles têm as informações todas. Então, gostei do que a Eliane e Rita falaram. De repente, uma inovação não seria viável, não sei, isso custa dinheiro, criar um programa, um conteúdo EBC no mundo, em termos de economia, em termos de saúde, em termos de educação, em termos de energia, em termos de saneamento. Se eu quiser ir para um país, vocês me recomendariam montar uma fábrica na Palestina?

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Eu pediria que o senhor fizesse um esforço...

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS – Isso que acho o que é a comunicação. A comunicação é exatamente informação. A EBC é uma empresa governamental tem quase dentro da sua natureza, no DNA dela, ela tem de informar. Se

eu quiser uma informação do mundo, vou aqui à CNN e dou um monte de dado, inflação, câmbio, PIB, etc. isso eu sei, não precisa me dizer, eu quero saber como o povo pensa, o que o povo veste, o que o povo come. Por exemplo, quando colocamos a fábrica, uma pequena organização na Arábia Saudita, o cara me disse: cuide para que o seu gerente não se chama Davi ou Samuel, senão ele vai acabar enforcado num poste. São detalhes desses que temos de cuidar. Se o cara: tenho uma engenheira que é um espetáculo. Não manda para o mundo árabe, porque eles não aceitam mulher no negócio.

Esses detalhes são vocês, a área de comunicação, é que sabem melhor do que ninguém. Talvez seja uma inovação que se pudesse introduzir na EBC, para ela ir aos pouquinhos começar a criar a EBC no mundo, mas não em termos de turismo, como a Globo faz, e vi agora a Borneo e Yanmar, aquilo é mais coisa de mar, mas fazer um programa social e técnico ao mesmo tempo. Isso seria uma coisa altamente inovativa que traria respeito à organização e com conteúdo social e empresarial tremendo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheiro Daniel.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Eu gostaria de fazer dois breves comentários. Em primeiro lugar a respeito da questão do sinal. Essa é uma questão que nós aqui trabalhamos reiteradamente ao longo dos anos. Havia uma grande expectativa de que uma mudança positiva com a digitalização

ocorreria. No Rio de Janeiro a gente continua tendo problemas desse tipo. Eu estava comentando aqui com dois camaradas conselheiros, na hora do café da manhã, o jornal da EBC tem se destacado positivamente de uma maneira muito especial pelos comentários críticos que faz, pelos ângulos alternativos que tem criado, porém o sinal, a imagem, o som, a pessoa precisa estar muito a fim mesmo de ver aquele programa para continuar vendo. Tenho chamado meu filho, que é jovem, e os amigos dele, quando estão lá em casa, e eles começam a ver e logo se afastam.

Também, não é só uma questão do sinal e da imagem, é a coreografia, digamos assim, dos atores que estão ali. Se você for ver um jornal na Globo News, os caras estão andando o tempo todo, estão mostrando quadros, estão mostrando gráficos, isso não pode ser muito caro, é uma questão de concepção. Os nossos locutores, os nossos comentaristas, o Emir Sader diz coisas interessantíssimas, alternativas, críticas, que não aparecem na televisão comercial, mas ele está ali sentado, com as mãos cruzadas, parece que está rezando e falando de uma maneira muito monótona. Parece um agente funerário. O conteúdo que ele está dizendo é extremamente positivo, mas é aquele negócio, o meio, a maneira como você se apresenta é muito importante, sobretudo numa televisão. É muito importante.

Alcançamos já, refiro-me particularmente ao jornal, que tenho visto constantemente, realmente estamos passando informações inovadoras, com ângulos críticos. Ele fez uma entrevista, por exemplo, com aquele pensador americano Chomsky, na Argentina, foi de uma importância muito grande. O Chomsky é um cidadão estadunidense. Nós conhecemos os especialistas, conhecemos o Chomsky de outros carnavais, mas para o grande público ouvir aquela intervenção foi muito positivo, porém a forma de apresentação realmente está deixando muito a desejar.

Então, eu queria trazer aqui essa crítica neste momento em que estamos discutindo o relato da Ouvidoria, reiterando as congratulações que o companheiro Takashi já fez ao trabalho da Ouvidoria, mas não conseguimos melhorar, e isso é uma coisa ao alcance da mão, não depende de grandes recursos, depende de uma concepção inovadora.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada pela contribuição.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Américo, você não quer falar um pouco sobre essa questão do Rio de Janeiro, especificamente em relação ao sinal?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Ele vai falar bastante depois do almoço. Será o primeiro.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Só para complementar a fala do Daniel Aarão e chamando a atenção para o relatório da Ouvidoria, nessa questão dos entraves burocráticos. Você tem o sinal, tem a entrada burocrática. E o relato traz um detalhamento que já tinha vindo no outro, no relatório mensal, não é, Joseti? Que é assim: uma taxa de menos de 500 reais que não foi paga pela universidade parceira e que incidia na responsabilidade da EBC e estava bloqueando na Anatel a emissão de um documento de autorização. 500 reais. Depois, o equipamento que estava faltando.

Os componentes avariados, segundo a equipe técnica, custavam em torno de 50 reais e eram encontrados apenas em São Paulo, e o engenheiro José Antonio, que trabalha com a gente, foi lá e comprou do bolso. Houve uma segunda vez, o equipamento, não fala aqui qual o valor, mas ele tirou de novo do bolso, comprou o equipamento para dar solução. Houve um momento em que ele não conseguia mais tirar do bolso, mas considerando o alto preço desse terceiro equipamento não era mais possível contar com a ação voluntária do gerente de São Paulo. Fala que isso é ruim, enfim, temos de fazer vários termos de referência, temos de pegar um eletrônico, etc.

Reconheço que tem uma dificuldade administrativa. Aí vou pegar a experiência da Palestina, por exemplo, não conseguimos usar o cartão corporativo para alugar carro, não funcionou. Não conseguimos usar o seguro de saúde porque não funcionou para o cinegrafista que teve um problema na coluna. Essas questões administrativas precisam ser solucionadas para manter uma empresa de comunicação, de fato. Então, não conseguir fazer uma compra de 50 reais, se não me engano, a não exigência de processo licitatório é para processos acima de 8 mil reais, abaixo de tudo o que é 8 mil reais não precisa de licitação. 50 reais e não conseguimos comprar. Precisamos mexer com a administração e com o jurídico para que isso se transforme numa empresa de comunicação. Acho que é grave isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Se eu for dar a palavra para todo mundo, a gente não sai daqui e nem volta a tempo. Desculpe-me, Joseti. Se você quiser falar depois, eu te encaixo.

Rita. Depois vou suspender a reunião.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Não só para congratulação ao trabalho da Joseti, mas parece que houve uma mudança de posicionamento da Ouvidoria na vida da empresa, pois sempre me pareceu uma área de conflito e, na verdade, é uma área de colaboração, porque traz visões de fora.

Eu queria perguntar para a Joseti se já ficou mais facilitado o acesso das pessoas a ela, à área de Ouvidoria, porque para mandar alguma informação era preciso preencher todo um currículo. Não sei se isso mudou. Espero que isso também seja resolvido. Vários lugares, várias sugestões ou queixas, perguntam-me como trazer para cá, e digo Ouvidoria, mas não era uma coisa muito simples até a última vez que conversamos sobre isso aqui. Pedimos para facilitar, agilizar.

Só como exemplo, em Santos, houve um debate sobre comunicação e problemas de programação. Havia um material sobre problemas políticos graves sendo passados pela EBC e aí entra a TV universitária com um desfile de miss, e entra um programa infantil. Essa vinculação das redes, me perguntam: para quem a gente leva isso? Eu digo: para a Ouvidoria. Então, a Ouvidoria tem de ter um acesso valorizado.

Assim, me congratulo com a Empresa por estar fazendo disso uma contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vamos suspender a reunião, mas, antes disso, eu queria

reforçar que a pesquisa sobre programas de rádio, termo de cooperação da UnB e da Ouvidoria, serão apresentados à tarde, com certeza.

Antes de acabar, eu queria ler uma manchete do Portal da EBC, matéria da nossa amiga Mara Régia, que diz o seguinte: “Lei Maria da Penha reduz em 10% homicídios de mulheres em casa”. A senhora viu a matéria? Está no Portal da EBC. O IPEA soltou uma pesquisa hoje sobre esse tema e está aqui no Portal. Meus parabéns.

Encontramo-nos à tarde. Começamos às duas horas.

Obrigada.

(Tarde)

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Passo a palavra para o novo Diretor-Geral, Américo Martins, que tem vários informes, vários anúncios importantes a fazer para a gente.

Américo, por favor.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor-Geral) – Muito obrigado, Ana, Presidente. Obrigado, conselheiros. Muito boa tarde.

Tenho vários informes a passar, mas, como combinamos, vamos centrar neste momento nos dois mais importantes e, depois, no final da reunião, os informes da direção, que são mais rápidos, e eu me concentraria a dar um upgrade a tudo o que está acontecendo em várias áreas, de programação, como de estrutura, como foi levantado.

O primeiro anúncio que eu gostaria de fazer, primeiro informe, é uma coisa que acho que vai ajudar muito na relação entre a direção-geral e toda a diretoria da EBC e o Conselho Curador. Desde que cheguei aqui, assumi a Direção-Geral, agora em fevereiro, mas, desde dezembro, como diretor interino da DICOP fiquei analisando vários pontos da Empresa. Um deles, em especial, a relação entre a direção e o Conselho Curador. E, como em outros pontos da Empresa, precisamos fazer vários, do ponto de vista da direção, ajustes para melhorar o nosso relacionamento e nossa comunicação com o Conselho.

Eu achava que precisávamos ter uma pessoa reportando à direção e que tivesse a missão de ficar pensando 24 horas por dia, todo santo dia da semana, sobre as demandas do Conselho Curador, como melhorar o relacionamento com o Conselho Curador, como atendermos claramente, diretamente, rapidamente as demandas do Conselho e, em certa medida, da Ouvidoria também. Fico feliz em saber que a ouvidora Joseti já percebeu algumas mudanças nesse processo com muita ajuda do Nelson, que andou pedindo a todos os diretores para melhorar esse movimento com a Ouvidoria.

Cheguei à conclusão de que precisava de uma pessoa de bastante peso, de muito conhecimento da comunicação pública, para ser um interlocutor entre a direção e o Conselho. Isso, obviamente, complementando o trabalho que é feito hoje pela SECEX, a Sílvia e o time dela que são muito competentes e fazem um excelente trabalho no dia a dia com o Conselho, mas eu queria alguém que tivesse um peso ali para discutir as demandas mesmo editoriais, todos os pontos que vocês reclamam, com muita razão, e a gente, às vezes, é lento para responder ou não responde claramente.

Resolvi convidar o professor Lalo Leal, que está aqui presente, para ser esse interlocutor da Direção-Geral, editor da Diretoria, como o Conselho. Então, ele terá esse papel de tratar o Conselho, as demandas do Conselho com muito carinho, dar andamento a todas as demandas, tentar acelerar as coisas, representar a Direção-Geral nesse relacionamento com o Conselho internamente dentro da Direção. Espero que seja um grande avanço nessa nossa relação com o Conselho.

Posso pedir ao Lalo para falar duas palavrinhas só? Todos aqui devem conhecer o Lalo, ou a maior parte já conhece, mas eu gostaria que ele falasse rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Quero parabenizar pela escolha, Américo. Realmente, é cirúrgica.

O SR. LALO LEAL – Boa tarde, para quem não cumprimentei. Eu ainda não tinha visto o João Jorge.

Concordo em tudo com o Américo, menos na questão do peso. Estou numa nutricionista. Garanto que até o fim do meu trabalho aqui, eu esteja com menos peso, Américo.

Quero agradecer muito o convite. Para mim é uma nova oportunidade de colaborar um pouco mais com essa Empresa que vi nascer naquele grupo de trabalho que foi formado pelo Franklin Martins no Palácio do Planalto há alguns anos. Então, a minha relação é umbilical com a EBC. Durante todo esse tempo, estive com vocês aqui, a convivência com quase todos, e não sei se isso é bom ou ruim, com quase todos porque não chegaram os novos conselheiros ainda. Então, quase todos, praticamente, estavam aqui quando eu era Ouvidor e participava das reuniões e tive oportunidade, naquele momento, de colaborar, dentro de minhas possibilidades, para trazer as demandas da sociedade via Ouvidoria para o Conselho.

Agora, a função que o Américo me delegou, e agradeço muito o convite dele e do Nelson, é um pouco diferente. Na verdade, fazer essa interlocução entre o Conselho e a Diretoria e Diretoria e Conselho é um trabalho de mão dupla, e isso é fundamental, porque é preciso que as pessoas entendam melhor o papel do Conselho.

Tenho dito, escrito, repetidas vezes, quando me perguntam ou quando sou motivado a falar sobre o que é uma empresa pública, o que é uma empresa estatal de comunicação, a minha resposta tem sido sempre a seguinte: todas as empresas, salvo engano, exceções raras, todas as empresas de comunicação pública são, em última análise, vinculadas ao Estado. A titularidade é do Estado. A BBC presta contas para o Ministério da Cultura, de Esportes, da Inglaterra. Então, não há como escapar, essas empresas nascem e se sustentam no ar, elas têm algum vínculo, a titularidade é do Estado.

O que faz uma empresa, mesmo com a titularidade do Estado, ser uma empresa pública? Justamente os mecanismos existentes internos para torná-las mais ou menos públicas. Quais são esses mecanismos? São os grupos de ouvintes, são as audiências públicas, a Ouvidoria e o Conselho Curador. O Conselho Curador é a arma que a sociedade tem para fazer com que essa empresa não seja uma empresa estatal, uma das armas, mas acho que é a mais importante. Eu disse isso no primeiro contato que tive com o Américo, que o Conselho era o instrumento mais importante que a sociedade tinha para fazer da EBC uma empresa realmente pública. E acho que o Conselho vem fazendo isso.

Acompanhei durante dois anos intimamente como ouvidor. Depois, ainda vinculado de alguma forma, através do programa Ver TV, acompanhando o trabalho do Conselho. E agora volto com essa missão que, para mi, é muito honrosa e atraente, porque é uma forma de eu tentar trazer um pouco dessa minha experiência para o Conselho e para a Empresa.

Quero também manifestar meu agradecimento a Ana Fleck, que se mostrou bastante aberta a essa nova participação minha no Conselho, e na pessoa dela agradeço a colaboração de

todos. Claro que a minha interlocução será com a Ana Fleck, mas já conversei com ela, que me deu uma espécie de carta branca para que eu converse individualmente, se os conselheiros assim me permitirem, com cada um, à medida das necessidades e das demandas que surgem da sociedade através dos conselheiros.

Assim, eu podendo colaborar com isso, agilizar essa relação com a Diretoria Executiva, estou às ordens. Já pedi também todos os contatos de vocês, que serão chateados por mim, à medida das necessidades que venham a ocorrer. Em relação à Diretoria Executiva, também peço a colaboração, e já me desculpo por alguns contatos que eu já venha a fazer com os diretores, para agilizar realmente esse trabalho de interlocução entre Conselho Curador e Diretoria.

Mais uma vez, obrigado. Eu também me coloco à disposição para qualquer dúvida, qualquer tipo de informação desse meu trabalho que vocês necessitam.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Lalo.

Muito bem-vindo. Teremos uma interlocução muito produtiva, tenho certeza disso. Então, vamos construindo nosso diálogo ao longo do tempo para ver como funciona melhor.

Américo, a palavra é sua.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor-Geral) – Muito bem-vindo mesmo, Lalo. A sua ajuda será fundamental aqui para melhorar o relacionamento em geral.

Outro informe que eu queria dar, e com mais tempo do que os outros informes que darei no final da reunião sobre várias coisas que estão acontecendo na EBC, é sobre uma demanda que surgiu na última reunião do Conselho Curador, aqui, e que já vinha, na verdade, sendo debatida na Empresa de alguma forma, é em relação à Agência Brasil e o Portal.

Na ocasião da última reunião, vocês devem se lembrar, foi apresentada uma carta dos funcionários da Agência basicamente pedindo atenção à Agência, fazendo vários apontamentos muito relevantes sobre o relacionamento da Agência e do Portal, especialmente, demandando ali algumas questões.

Como eu disse, era uma demanda que já vinha sendo discutida na Empresa em várias instâncias, eu acabei discutindo isso com muitas pessoas aqui dentro e propusemos na última Direção-Geral uma mudança nos dois órgãos, Agência e Portal. Foi aprovada na Direção-Geral uma fusão, basicamente, entre a Agência e o Portal. A minha intenção com isso é criar um núcleo dentro da EBC de produção factual. Hoje o que acontece é que o Portal, às vezes, duplica o trabalho da Agência, a Agência duplica um pouco o trabalho do Portal e, em geral, a EBC acaba duplicando muito os trabalhos e não tem exatamente uma maior eficiência na apuração e produção de conteúdo e, depois, na distribuição disso, a gente acaba fazendo também uma distribuição, às vezes, complicada.

Então, estamos criando uma superintendência a partir do fim da Superintendência do Distrito Federal, na verdade, do Centro-

Oeste e Norte, fim temporário. Estamos propondo uma mudança temporária de três anos com a eliminação da Superintendência por esse período, Centro-Oeste e Norte, essa será deslocada para tocar esse núcleo que está sendo criado, juntando a Agência e o Portal. Vão trabalhar de uma forma unificada. Já explico o que vai acontecer com Tabatinga, que é de responsabilidade da Superintendência.

Fui atrás de vários modelos, várias empresas de comunicação, sobre como fazer esse núcleo de produção do factual, produção do dia funcionar. Encontrei o modelo numa casa em que me é muito cara e muito cara à televisão pública de forma geral, às empresas públicas de forma geral, que é a BBC. Na BBC há a BBC News, que é a direção de jornalismo; BBC News Gathering, que é essa entidade que faz a apuração o tempo inteiro, quanto a correspondentes, editores, especialistas, em geral, e faz a produção total. Inclusive, lá ainda existe um outro órgão, o Control Fast, relacionado ao factual do dia também, mas não toca o dia. Essa entidade funciona muito bem, completamente, em paralelo, mas em conjunto com o jornalismo.

Então, estamos aqui determinando que a direção de jornalismo vai continuar dando as diretrizes gerais de para onde está indo nosso jornalismo, quais são as linhas principais e editoriais que vamos executar, e essa nova Superintendência, que se chama Superintendência de Agências e Novas Mídias que vai tocar essa produção factual no dia a dia.

Vamos fazer algumas mudanças também no jeito que a Agência opera. Hoje, por exemplo, ela basicamente é um site em que toda a imprensa ou os cidadãos do Brasil inteiro têm de vir ao site para buscar as informações. Então, se você é um jornal no interior do Nordeste ou um portal relativamente pequeno em algum

estado no sul e quer alguma informação da Agência Brasil, acho que a Agência é quem tem a maior reputação hoje no Brasil, você tem de vir à Agência Brasil. Não temos um sistema de distribuição do conteúdo da Agência Brasil. Não temos uma forma de disseminar esse conteúdo que, na frente, queremos que seja um conteúdo multimídia, no sentido de a Agência distribuir textos, fotos, áudio, como já faz hoje através da Rádio Agência, mas também distribuir os nossos vídeos de jornalismo, não temos hoje um mecanismo de distribuição.

Acho que isso, inclusive, altera um pouco a percepção que uma boa parte da mídia tem da Agência, porque, ao forçar que eles venham a nós, muitos deles já vêm a nós com uma característica de ali querer ver “posição oficial” por conta de históricos, etc. A minha intenção seria competir com uma grande *royters* da vida. Essa central de produção, essa agência ser o grande ponto de referência para a mídia no Brasil e fora do Brasil. Eu gostaria muito de, no futuro, claro que isso depende de recursos orçamentários, etc., ter mais tradutores, inclusive jornalistas que façam material em espanhol, inglês, por exemplo, para a gente, de fato, competirmos com as grandes agências e ser o grande ponto de referência.

Repito, já somos, na Agência e no trabalho do Portal, eu acho Agência de distribuição com melhor reputação no mercado. Precisamos atuar mais como uma Agência mesmo. O pessoal do Portal, obviamente, vai fazer parte dessa estrutura. Acho que ganhamos agilidade com isso, ganhamos em produção multimídia, ganhamos em eficiência. Não vamos ter mais vários repórteres, por exemplo, cobrindo uma mesma história sem ter uma coordenação centralizada.

A Superintendência do Centro-Oeste e do Norte fica extinta por esses três anos. É um prazo de três anos no Regimento Interno que estamos colocando para, depois, voltarmos com a Superintendência num outro momento. E a questão de Tabatinga, que é muito específica, eles estão muito longe, até isolados, teremos uma pessoa atrelada à direção-geral cuidando especificamente de todos os assuntos de Tabatinga. Os outros assuntos da sede de Brasília já estão de alguma forma distribuídos, nunca chegaram a ser completamente distribuídos para a Superintendência, então, vão continuar nas áreas que vinham tocando, DIAFE, Diretoria-Geral.

Nos últimos dias, passamos pela Agência, pelo Portal, pelas várias unidades, pela própria Superintendência, explicando essa junção, como vai funcionar organicamente, qual o objetivo final de transformar essa operação, agora multimídia, distribuído todo o nosso conteúdo para todo mundo, não só para o cidadão diretamente através do site, mas através da mídia inteira. Acho que isso terá um impacto positivo muito grande para a gente, a mídia em geral. Fiquei muito satisfeito. Fiz várias reuniões com funcionários da Agência em São Paulo, Rio, Brasília, e fiquei muito feliz com o resultado, com a resposta dos funcionários.

Uma outra coisa importante que anunciei é que esse reforço no topo da estrutura da Agência e do Portal... Em algumas reuniões se chegou até fazer analogia com o corpo humano, a gente estava arrumando a cabeça de um siamês, são duas estruturas, Agência e Portal, que são completamente ligados já hoje, mas atuam como siameses completamente independentes, inclusive, uma agredindo o outro, ou procurando ir para lugares diferentes. Então, estamos centralizando a operação disso. Essa Superintendência vai responder diretamente à Direção-Geral. Desde o começo digo que a Agência e o Portal, essa central de produção, têm de ser o coração de

nossa operação, e eu não podia dar um sinal mais forte disso do que fazer a Superintendência responder diretamente à Direção-Geral, claro que com linhas pontilhadas à DICOP, que está nos cedendo o Portal, e especialmente à direção que estão nos cedendo a Agência, porque, como eu já disse, eles vão dar a linha geral, tanto no jornalismo, como no conteúdo outro, que não seja através da DICOP.

Além disso, consegui oito vagas dentro da Direção-Geral que serão destinadas à Agência, para sermos, de fato, uma Agência Brasil. Uma das grandes críticas que fazemos, absolutamente corretas, da mídia comercial é que ela só cobre basicamente eixo São Paulo-Rio-Brasília, e hoje, infelizmente, a Agência só tem as suas centrais de produção em São Paulo-Rio-Brasília. Então, queremos espalhar esses oito correspondentes – muito provavelmente não conseguiremos fazer os outros correspondentes imediatamente por uma questão de não termos, possivelmente, número de candidatos suficiente aprovado em concurso – em várias unidades da Federação para termos uma cobertura nacional.

A minha ideia é fazer isso também atendendo a uma demanda dos funcionários, e acho que é uma questão correta, fazer tudo isso por PSIs. Minha ideia é que coloquemos esses correspondentes dentro das emissoras públicas da nossa rede.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – PSI é processo interno.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor-Geral) – Processo de Interno de Seleção, ou seja, não vou contratar gente em determinado estado ou trazer outras pessoas, vamos fazer um processo, e quero

que seja, inclusive, de um ano, renovável por mais um ano, se todo mundo estiver feliz, para que várias pessoas tenham oportunidade de ser correspondente e, obviamente, crescer profissionalmente.

Se formos fazer, como espero, com as emissoras da rede pública, teremos pessoas nossas sentadas ali dentro da TV Minas, por exemplo. E espero que no futuro tenha gente da TV Minas aqui, vai aumentar a nossa parceria até fisicamente, nossa proximidade com eles. No futuro, eu adoraria, e não temos agora nem recursos, nem rede de proteção suficiente para ter mais correspondentes internacionais no mesmo esquema. Eu adoraria ter gente nossa sendo correspondente na América Latina, baseada nas emissoras públicas da América Latina, na China, na CCTV. Isso também reforça parcerias. Fiquei muito feliz especialmente com essa possibilidade de criar esses correspondentes em determinados estados e aumentar a nossa cobertura e, de fato, ser uma Agência nacional.

E fiquei muito, muito feliz, como eu disse brevemente, com a reação dos funcionários, que me entregaram uma carta. Logo depois daquela carta que foi entregue aqui durante o Conselho, eles começaram vários debates internos, especialmente na Agência, mas também no Portal, e tinham proposto outras cartas com várias sugestões. Eu fiquei muito feliz de receber em São Paulo, anteontem, uma carta de cinco páginas deles que, basicamente, apoiam todas essas medidas. Eles apontam claramente que temos vários problemas a serem resolvidos, de TI, já discutimos aqui internamente, de manhã, e de fato precisam ser resolvidos. É uma outra coisa que a junção do Portal vai dar mais musculatura para isso. Eles apontam várias coisas que ainda teremos de resolver e teremos várias reuniões para implementar isso, os detalhes disso. Mas, de uma maneira geral, eles receberam de forma muito positiva.

Se me permitem ler aqui rapidamente, eles dizem, é uma carta endereçada a mim, mas à Direção-Geral, de forma geral: “Suas ideias têm o apoio dos assinantes dessa carta – que são os repórteres da Agência Brasil – que elas consigam avançar e favoreça a produção de jornalismo público de qualidade, independente, que dê voz à sociedade e informe ao cidadão”. Eles pedem mais investimento, fazem várias observações sobre outras coisas, mas são também muito positivos em relação a essa fusão com o Portal. “A aproximação com o Portal é essencial para derrubar muros construídos pela própria Empresa ao longo dos últimos anos. A sinergia será boa para todos”.

Fiquei especialmente feliz porque está atendendo às demandas do Conselho, está dando um passo vigoroso para frente no sentido de criar essa central de apuração, que vai facilitar muito o nosso dia, e também estar atendendo parte das demandas dos funcionários, embora eu reconheça que temos muitas coisas, tanto que é uma carta de cinco páginas, que teremos de atender ao longo do tempo.

Não sei se o Nelson gostaria de acrescentar alguma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Américo.

Não preciso nem perguntar quem quer falar. Conselheira Eliane.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – De fato, rodei com os trabalhadores para avaliar também o impacto da notícia. Fiz

especialmente ontem uma reunião entre os trabalhadores do portal e viabilizamos uma visita do Portal à Agência. De uma maneira geral, o que tem, de fato, é isso mesmo, há um olhar positivo em relação a esse desejo de ter relevância e importância, em suma, o direito de sonhar com uma EBC mais pública, e isso tem um retorno, de fato, que é bastante positivo, mas quero também reiterar que sobram muitas dúvidas e muitas questões que estão para além da carta do pessoal da Agência que o Américo recebeu. Há também o pessoal do Portal que, numa conversa rápida, elencou 22 questões.

Eu queria colocar que, entre algumas dúvidas, há algumas preocupações que já precisam ser colocadas como, por exemplo, temos um novo concurso público para acontecer no segundo semestre, está previsto. Então, com a reformulação dessa, provavelmente, precisaremos mexer na estrutura e surgirão demandas, enfim, que esse concurso seja adequado já a esse novo formato, para que possamos atender, de novo, o administrativo pensando junto com a comunicação.

Sobram dúvidas em relação à questão do trabalho multimídia. Como fica essa questão da sobrecarga, para que não seja um multimídia, vou usar uma expressão do “cabo a rabo”, geralmente é só lá na ponta que fica, a multimídia nunca vai pelo cabo. A multimídia, geralmente, sobrecarrega a pessoa que está na ponta, na rua, então, é uma reivindicação, um cuidado.

Há uma dúvida em relação à questão das rádios especialmente, porque se tem a Rádio Agência que dentro do último redesenho está vinculada ao radiojornalismo, então, tem um pé cá e outro lá. Acho que há uma dúvida aí em relação ao futuro da Rádio Agência. A questão da linha editorial que é uma questão importante dentro da EBC. Para o Portal e para a Agência, eram questões que

não tinham sido respondidas. Então, a linha editorial é uma questão importante.

A proposta que sai e um pedido é que nesse processo de integração, para além do corpo gerencial que, naturalmente, estará participando da formulação dessa nova estrutura, que tenha representantes dos trabalhadores, tanto do Portal, quanto da Agência. No final das contas, são essas pessoas que conhecem na prática o que falta. Ontem, na conversa com o Marcelo, por exemplo, que é designer do Portal, ele muito rapidamente localiza “cadê a equipe de arte de vocês, Agência”, está dividida com a televisão. Então, como se vai fazer? Vai pegar uma parte disso ou vai sobrecarregar a gente, vai aliviar o fluxo de quem ficará aqui no telejornalismo? Enfim, são essas pessoas que fazem o dia a dia que sabem exatamente se conseguem fazer o *turnover*, enfim, se conseguimos funcionar 24 horas, se tem perna, se não tem perna.

Então, é fundamental. E é um pedido que seja formado um grupo de trabalhadores também participando disso para que tenha capilaridade, num sentido que é este: acho que todo mundo quer contribuir, todo mundo quer, de fato, poder sonhar e concretizar um bom projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada.

Rosane. Depois, passo a você, Américo, se quiser.

CONSELHEIRA ROSANE BERTOTTI – Primeiro fico muito feliz com essa notícia. Debateremos várias vezes essa questão.

Então, primeiro parabenizar essa estratégia e que ela possa, no decorrer das ações, ser bem-sucedida.

Outra coisa. Sempre que pensamos uma proposta nova muitas coisas vão se adequando no decorrer da construção da proposta. Duas preocupações que tenho, uma dialoga com a fala da Eliane, que é como não carregar demais os trabalhadores e eles serem, de fato, os multimídias. Como você garante essa necessidade que temos de ter uma comunicação multimídia hoje com a diversidade que isso necessita e a relação com o mundo do trabalho. Essa é uma preocupação que temos.

Outra preocupação. Já fizemos vários debates, inclusive, foi uma das primeiras discussões feitas aqui, acho que na segunda reunião do Conselho que participei, que é essa relação da comunicação colaborativa, a participação dos movimentos sociais. Também é sempre muito importante. Você está pensando essa ferramenta, essa estratégia nova, ter também essa visão, essa relação com os movimentos sociais e a participação colaborativa na comunicação.

São duas indagações.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Rita.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Também quero cumprimentar pelo esforço. O tema da Agência Brasil e Portal são temas recorrentes aqui no Conselho. Então, enxergo um esforço em dar uma resposta, mas tenho algumas preocupações.

Uma delas é que no momento em que for feito esse casamento das cabeças siamesas que a abordagem que a Agência Brasil faz dos temas que cobre não se diluam e não se percam, como percebemos hoje. Hoje você não tem uma relação entre o que está sendo coberto agora com o que foi tratado sobre o mesmo assunto há dois meses, onde enxergo qual é o jornalismo e a preocupação da Agência em relação a esse tema. Eu dependo de uma busca no Portal que não me leva a um conjunto, a uma ideia. Quero saber qual o projeto da Agência Brasil. Essa é uma discussão também que sempre fazemos com a Nereide, em relação ao posicionamento estratégico do jornalismo. Acho que é uma discussão que continua.

Achei muito interessante a ideia de buscar o leitor através da distribuição das notícias e não alimentar o vício de buscar informação numa agência tida como governamental. Então, vamos quebrar um pouco isso. É uma experiência muito importante. Essa, realmente, me animou. Mas me preocupa a identidade da Agência Brasil. Tenho receio de que a Agência Brasil, nessa fusão, perca a identidade de Agência, se ficar só como fonte primária dos conteúdos. Tenho de saber como a Agência está cercando determinadas pautas e não sei se todos os veículos da EBC vão seguir uma mesma linha editorial. À medida que eles têm abordagens diferenciadas e eu reunir tudo isso sem uma possibilidade de eu identificar a identidade de cada veículo, posso, em vez de estar fortalecendo, estar diluindo. Então, há debates que prosseguem.

Eu, por ignorância, não entendi bem os três anos, se impactam a continuidade, se isso que está sendo construído agora é uma coisa com perenidade ou se depende, mais para frente, de ter de fazer rearranjos dentro da Empresa.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor-Geral) – Posso responder já?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Deixe-me só passar para o conselheiro Paulo.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – É que esse assunto...

Fiz questão que fosse provisório para não perder o modelo de organização matricial por superintendências. Acho que é difícil implementar aqui no Distrito Federal. Estávamos deixando, vamos dizer assim, para a última etapa do processo, que vai acontecer, mas não queríamos perder isso.

Por que são três anos? Se conseguirmos aprovar um novo plano de carreira e remuneração com a previsão das funções técnicas, há muitas funções que são gerenciais ocupadas por pessoas que têm funções técnicas. Com isso, nos permitirá que façamos uma reestruturação e reorganizar a área da Superintendência do Centro-Oeste e do Norte mantendo as estruturas que estamos criando e até reforçando outras.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheiro Paulo.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI – Em primeiro lugar eu gostaria de saudar o nosso veterano Lalo por estar fazendo essa conexão aqui que, realmente, fazia falta. Ele que já foi brilhante ouvidor aqui nos primeiros anos que entrei. Estou muito feliz de vê-lo novamente aqui.

Sobre a fala do Américo, também acho interessante, muito propositiva, mas eu gostaria de lembrar, ele falou várias vezes na Rádio Tabatinga, que não esqueçamos de forma nenhuma a Rádio Nacional da Amazônia, que me parece um pouco esquecida nesse contexto das rádios, já que é realmente um fator de unificação nacional da Amazônia, onde a comunicação, pelo próprio nível dos trabalhadores lá, é muito difícil. Fizemos uma reunião na Serra de Carajás, hoje, infelizmente, entregue à sanha de muitas multinacionais, mas também de alguns setores brasileiros. De qualquer maneira, acho importante a presença de nossa comunicação pública na Amazônia, que é uma grife internacional e não pode ser esquecida.

Aproveito também a oportunidade para apenas uma comunicação. Eu estava conversando há pouco com o filho do saudoso Brigadeiro Rui Moreira Lima, um dos nossos maiores heróis da Segunda Guerra Mundial, Comandante do grupo “Senta a Pua”, que será homenageado provavelmente no dia 8 de maio com a Légion D’honneur pelo governo da França pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o nazifascismo. Fato que acho importante, principalmente neste momento em que forças parafascistas estão se aliando a certos movimentos de rua lutando contra as forças democráticas no Brasil.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada.

Conselheira Rita.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA – Concluindo. Houve aí, não podemos ignorar, deixar de ver que houve uma separação de um instrumento importante da área de jornalismo que foi para uma nova superintendência. Aqui, Américo, você está colocando que as diretrizes para o jornalismo continuam as mesmas, vão alcançar a Agência Brasil. Então, mais do que nunca, essas diretrizes são importantes para a gente conhecer, o que é, na verdade, o debate que temos feito sobre o jornalismo da EBC, sobre a identificação do projeto de jornalismo da mídia pública que estamos defendendo para o país.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheiro Daniel.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Eu gostei muito dessa ideia de multiplicar os correspondentes. Temos visto cada vez mais rádios, mesmo comerciais, adotarem esse sistema, não de maneira tão sistemática, mas, por exemplo, informações de trânsito contando com informações de usuários, de cidadãos. Claro que isso é uma coisa muito menor importância. Mas penso que há experiências internacionais interessantes de jornais ou rádios criarem um sistema amplo de correspondentes amadores, ou

seja, penso, por exemplo, na nossa Faculdade de Comunicação, sobretudo a das universidades públicas.

Não se trata evidentemente de distribuir indiscriminadamente distintivos de correspondentes, mas penso que isso poderia ser imaginado, de modo que se pudesse ter uma ampla rede de correspondentes considerados não profissionais, mas criteriosamente escolhidos e, sobretudo, que tivessem a confiança da comunidade a que pertencem. Penso, por exemplo, em sindicatos, nações indígenas.

Não teremos condições e nem teremos a longo prazo de ter correspondentes de tal maneira disseminados na sociedade, mas se tem condições de ganhar a simpatia de comunidades as mais diferenciadas e essas escolherem pessoas de confiança para poderem reportar fatos, acontecimentos. Caso tenham um conteúdo de repercussão nacional, você pode deslocar um repórter profissional para o lugar. Enfim, isso poderia ser um selo da EBC, essa capacidade que ela poderia ter, essa Agência Brasil com o nome Brasil, de construir uma rede muito disseminada. A capilaridade grande e isso acabaria rebatendo na popularidade da Agência.

Isso poderia ser pensado, desde que fizéssemos criteriosamente, claro, porque não se pode cair na mão de algum aventureiro que fica inventando notícias. Penso que isso poderia dar uma boa amplitude no nosso trabalho, da Agência Brasil, e compensar a escassez de recursos. Estávamos conversando sobre isso de manhã, temos de compensar a falta de recursos técnicos com ousadia, com criatividade, como disse, inclusive, o novo Ministro da Educação, pode-se, exercitando a criatividade, conseguir enfrentar um conjunto de desafios que, a princípio, exigem-se recursos que não se têm.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Só falar uma coisa que tem a ver com isso que o conselheiro Daniel está falando e, ao mesmo tempo, falar com uma outra importante modificação no Regimento Interno, que é a criação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Comunicação Pública. Estamos fazendo constar no Regimento Interno uma entidade que forma junto com os nossos comitês e nossas comissões internas. Isso também vai permitir que possamos disputar recursos públicos para constituição de centros de pesquisa e desenvolvimento e, também, recursos voltados para inovação, nessa linha do que o conselheiro falou. Ao mesmo tempo em que esse centro pode ser aglutinador, porque a ideia é formar justamente uma rede com todas as áreas de Comunicação das universidades do Brasil e também do exterior. Por intermédio desse centro, talvez a gente consiga construir essa rede que o conselheiro Daniel está propondo.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Mais alguém?

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO

– Acho interessante, até porque quando escutamos que existe essa possibilidade, essa tentativa de ampliação da quantidade dos correspondentes, a gente até teve um seminário muito interessante sobre a cobertura internacional, não é, Rita, e essa foi uma das questões que colocamos. Também colocamos, quando analisávamos o plano de trabalho, a importância dessa ampliação.

Percebo nas intervenções dos conselheiros, com as sugestões que os conselheiros estão dando, uma potencialidade muito grande, porque penso que essa criatividade e essa articulação com os movimentos sociais, com a sociedade civil, com as redes, com os grupos, algo que o próprio Ministério da Cultura está fazendo nessas rearticulações, inclusive, anunciando que há a pretensão de estreitar esses laços com os movimentos sociais, com organizações e juventude, independente de produção de mídia, penso que esse é o futuro da comunicação pública também.

Fizemos uma audiência aqui na EBC sobre diversas faces das produções e das intervenções da juventude. Estamos, inclusive, aguardando – esse é outro ponto de pauta – que tenhamos uma representação da juventude aqui dentro do Conselho, como já foi votado e devidamente indicado. Penso que esse é o futuro.

A Agência, a EBC, a Agência com essas propostas e, obviamente, ouvindo os funcionários e construindo coletivamente, penso que pode ser uma possibilidade de se abrir um debate com a sociedade civil organizada, com os produtores de mídia independente, mídia radical, para que eles e elas também possam se integrar, participar, fazer cobertura colaborativa. Inclusive, em Pernambuco fizemos uma experiência fantástica, quando teve a Jornada de Junho, e fomos para o núcleo de rádio e TV universitária, nós, sociedade civil, ocupamos junto com os servidores da universidade e fizemos a melhor cobertura, sem sombra de dúvida, dos protestos, no dia 20 de junho, porque tivemos dez jornalistas/comunicadores nas ruas, acompanhando toda a manifestação e todos eles, junto com estudantes, dentro da rádio, também uma equipe colaborativa, fizemos toda a transmissão. Não tinha nenhuma rádio comercial que fizesse essa cobertura, foi a Rádio Universitária FM com a força da sociedade civil que se organizou e fez junto.

Penso que é possível. Dá trabalho, mas penso que é possível e esse é o caminho também para a EBC.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – A propósito disso, conselheira, desculpem-me estar falando toda hora, mas tive uma conversa com a Secretária da Diversidade Cultural, Ivana Bentes, rapidamente, em Tunes, no Fórum Social Mundial, justamente nesse sentido. Ela está articulando uma rede de jovens comunicadores por intermédio da Secretaria da Diversidade Cultural e eu disse a ela que “já tenho uma parceria com a sua Secretária, o Cultura Viva, que assinei ainda na época da conselheira Márcia Rollemberg”. Portanto, já temos um instrumento com o qual podemos trabalhar para potencializar que essa rede tenha o espaço que podemos dar visibilidade à comunicação desses jovens comunicadores.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada.

Conselheiro Mário.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND – Saúdo tudo o que foi dito aqui. É muito importante. Nós, jornalistas, nos sentimos muito contemplados com tudo isso que foi dito aqui.

Eu lembraria que, lamentavelmente, se a gente tivesse feito isso antes, poderíamos ter, por exemplo, usufruído de uma figura como Eduardo Galeano, que seria o nosso correspondente. O

Paulo está lembrando que ele já foi correspondente numa publicação aqui no Brasil, o Caderno do Terceiro Mundo.

Em nome do jornalismo, quanto mais se fizer isso, melhor par o jornalismo e uma forma concreta de se responder quando se fala em mídia pública. E aí? Qual a diferença que se tem da TV Brasil, da rádio, com as emissoras comerciais? Então, está se dando um passo muito importante nesse sentido.

Lembrei do Eduardo Galeano, que perdemos há dias atrás, nós, brasileiros, nós, latino-americanos. Como Eduardo Galeano, devem-se ter outros Galeanos por aí que ainda não apareceram e que poderão ajudar o fortalecimento da nossa mídia pública.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada.

O Adriano de Angelis... Agora não sei quem está representando o Ministério.

O SR. ADRIANO DE ANGELIS (Ministério da Cultura) – Boa tarde a todas e todos.

O representante hoje aqui é o Secretário Paulo Ribeiro. Eu, na verdade, cheguei antes, caso não coincidissem o horário, não ficaria ausente no Ministério da Cultura, e como eu já tinha vindo na reunião anterior.

Eu não resisto a fazer uma pontuação sobre esse tema da comunicação colaborativa/participativa, ainda mais a partir da colocação do Nelson, direcionando específico para o Ministério da Cultura, que é, na verdade, a possibilidade de a empresa pública de comunicação trabalhar essa relação com conteúdos colaborativos/participativos de maneira mais estruturada e sistemática, de forma permanente. E aí não só com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério, mas, inclusive, com todas as redes sociais e culturais que têm relação com o Ministério, mas com outras instâncias de diálogo e de produção cultural nesse sentido.

É muito mais uma questão para trazer ao Conselho, porque em algum momento da história da EBC já foi imaginado que deveria, inclusive, não sei em que ponto está isso, haver uma área específica para trabalhar de maneira sistemática, permanente, a ativação e a mobilização desses atores para que pudessem receber não só conteúdo para o jornalismo, mas para outras mídias e outras frentes da grade de programação, não só da TV, mas das rádios e da própria Agência.

Então, não sei se é o momento, imagino que já tenham conversado, mas como trabalhar esse espaço dentro da empresa pública para que essa relação com o conteúdo colaborativo/participativo seja de forma estruturada, permanente e que não seja uma ação pontual. Era muito mais trazer essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Adriano. Vamos pensar e agilizar a sua recomendação.

Antes de passar a palavra, de novo, para o Américo, eu gostaria de fazer uma pergunta que foi provocada pela fala da Rita. Fiquei um pouco temerosa quando você falou “o jornalismo seguirá com as mesmas diretrizes”. É recorrente nas nossas reuniões da Câmara de Jornalismo, porque achamos que se necessita de uma repensada também nas diretrizes de jornalismo. Não sei se foi bem isso que você quis dizer. Entendi mal ou não? Eu queria uma posição sua sobre isso.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor-Geral) – Começando a responder pela sua pergunta. O que eu disse é que o jornalismo continuará dando as diretrizes. Se temos algum problema, podemos discutir. A Nereide talvez possa comentar.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Nós sempre discutimos com a presença da Nereide.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor-Geral) – De novo, não estou inventando a roda, estou pegando...

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – Estou querendo entender se é consenso no Conselho, porque temos o Manual de Jornalismo, uma diretriz de jornalismo, e discutimos o plano editorial da Agência Brasil com o Conselho Curador. Estou querendo entender se é consenso do Conselho que temos de mudar as diretrizes de jornalismo, é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Não foi isso que eu falei, Nereide. Você sabe. Nós já conversamos nas câmaras várias vezes sobre os problemas e as sugestões que passamos para a direção de jornalismo. Se vai haver uma mudança estrutural de toda a Agência Brasil juntar com o Portal, fiquei em dúvida, realmente fiquei em dúvida.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor Geral) – Na verdade, de novo, não estou inventando a roda. Fui atrás de um modelo, que acho que funciona muito bem, que é o da BBC e que outras empresas adotam. Neste modelo convivem BBC News e BBC Newsgathering e o Call Interface, que vamos esquecer. Aqui estamos criando uma central de produção de conteúdo, factual, diária, tempo real, tempo inteiro, multimídia – aí já vou fazer o comentário sobre multimídia –, que vai ser operada por essa superintendência. As diretrizes de jornalismo continuam a ser dadas pela direção de jornalismo, mas, se estamos nesse processo, minha sugestão é que eventualmente discutamos o que precisar discutir.

Voltando ao ponto da Elaine – Eliane, desculpe –, já me comprometi a discutir com os funcionários como é que vamos implementar isso. Temos as diretrizes básicas disso. Vai chegar aos superintendentes uma porção do mercado que gostaria que fosse alinhada à comunicação pública e aí vamos juntos criar isso. Aí você tem pontos, como colocamos mais corporativo, que acho fundamental, acho excelente ideia e gostei muito de sua colocação, dos conselhos sobre ousadia e criatividade, que é isso mesmo que estamos querendo. Então já me comprometi com isso.

Outras posições aqui. O Conselheiro Paulo pediu atenção à Rádio Nacional da Amazônia, à Rádio Tabatinga. Desses correspondentes todos que quero distribuir pelo Brasil, o primeiro que quero mandar é para a Amazônia, justamente pelo simbolismo,

justamente pela Rádio Nacional da Amazônia. Então esse, na verdade, é um processo. Então nesse processo podemos discutir.

Temos uma demanda dos funcionários para fazermos um seminário. Não sei se o seminário é a melhor forma, mas fazer uma discussão sobre a implementação disso e como colocamos isso, se é colaborativo. Já me comprometi a fazer isso. Se tiverem outros pontos que gostaríamos de discutir nessas diretrizes gerais, podemos discutir sem o menor problema. Estou também completamente atento a essa coisa de não diluir a questão da marca, do nosso impacto. Acho que, na verdade, temos aqui um instrumento, esse instrumento de criação multimídia, que tem potencial de impacto, especialmente se conseguirmos fazer essa distribuição para vários meios de comunicação. Vai multiplicar muito o nosso impacto no cenário da mídia em geral. Estou atento a essas observações. Vou fazer seminários, vou fazer discussões e dentro disso podemos discutir vários elementos, inclusive diretrizes gerais.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA

(Vice-Presidente) – Essa conversa anterior com a Nereide sobre posicionamento estratégico do jornalismo. Mesmo com a apresentação que foi feita em conjunto com a contribuição do Conselho Curador do projeto para a Agência Brasil, mesmo com o manual de jornalismo, temos que conversar que o jornalismo da Agência Brasil precisa se definir com relação ao que estamos insistindo como posicionamento estratégico. Acho que uma das características de quebrar o jornalismo como uma agência de informação oficial, que não é, mas como as pessoas vêm para buscar informações que elas acreditam que são informações oficiais, então essa estratégia de quebrar acho que faz parte de um processo de reposicionamento. Entretanto, acho que nós continuamos ainda sem uma definição do tipo de jornalismo que a EBC e a Agência Brasil

fazem, que não é o mesmo jornalismo comercial. Essas ferramentas do manual do projeto da Agência Brasil são importantes, mas ainda não temos esse debate, essa proposta. Em todas as reuniões, temos solicitado isso. A Agência Brasil vai trabalhar, vai investir no jornalismo investigativo? Ela vai trabalhar no jornalismo factual? Ela vai trabalhar com a mesma agenda, a mesma pauta das mídias comerciais? Esses são aspectos mais superficiais até, Nereide, mas que gostaríamos de ter isso e muito do que a agência já faz. Não estamos dizendo que ela não faça um trabalho. Não temos qual é...foi falado aqui em nicho de mercado, mas acho que não é nem nicho, e sim com que identidade o jornalismo da EBC deve estar colocado no mercado. Acho que temos que investir nisso e num debate permanente, mas ainda não temos isso como ponto de partida.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – A questão é o seguinte. Você está falando da Agência Brasil. A Agência Brasil, por uma série de circunstâncias, que espero muito que essa proposta resolva, tem uma série de problemas – que você sabe –, até assim: questões tecnológicas, de perda de pessoas, de perda de profissionais experientes. Temos uma série de problemas na Agência Brasil que precisávamos de um reforço, de uma identidade, de uma discussão em cima da Agência Brasil, que estávamos de pés e mãos quebrados para ter, porque têm vários anos que não se investe nada na Agência Brasil, pelo contrário e que estávamos brigando por isso. Essa questão, porque ficou genérica. Você falou uma coisa como se fosse a Câmara de Jornalismo. A Câmara de Jornalismo mesmo, algumas pessoas da Câmara de Jornalismo que acompanham mais a Agência Brasil, como você e outras pessoas do conselho, não é uma coisa genérica, uma cobrança genérica. Então foi isso que pontuei.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheira Heloísa, depois Mário e depois Rosana.

CONSELHEIRA ROSANE BERTOTTI – Desculpa pegar aqui o microfone. Vou dar tchau para vocês. Vou me retirar. Vou me juntar para ajudar os companheiros contra o PL 4340.

CONSELHEIRA HELOÍSA MARIA MURGEL STARLING
– Na verdade, é um palpite. Acho que o jornalismo da Agência Brasil é muito ruim de conteúdo no geral e muito ruim na apresentação, que foi um pouco do que se discutiu aqui. Ele é careta.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – Não tem nenhum recurso tecnológico. Tínhamos. Não temos mais.

CONSELHEIRA HELOÍSA MARIA MURGEL STARLING
– Falta um paletó mais legal para o emissário, no tamanho dele, por exemplo, e coisas assim. Mas, na verdade, minha questão era essa. Esse é um ponto.

O outro ponto é que notei que, por exemplo, com relação a esse momento específico que estamos vivendo, com as manifestações, seja a manifestação do dia 13, seja a manifestação do dia 15, seja manifestação agora recente do dia 12, e o próprio contexto que estamos vivendo, que é um contexto difícil de pensar, de refletir, de explicar, estamos muito aquém dessa discussão. Acho que isso seria muito bom para o nosso jornalismo, para nossa TV, porque estamos com muita dificuldade em entender o próprio momento que estamos vivendo. Quer dizer, se formos pegar lá uma historinha do Kafka, ele vai dizer que estamos – um historiador falar

isso, mas estou de um lado e do outro – num intervalo no tempo. O passado não é mais, a experiência da nova república se esgotou, a experiência do presidencialismo de coalizão se esgotou e o futuro não é ainda. Estamos com muita dificuldade de entender isso. Acho que está faltando essa discussão. Acho que está faltando uma discussão nessa chave. Não sei se estou conseguindo me fazer entender, mas isso diferencia, porque essa discussão não está sendo feita em lugar nenhum, está muito difícil entender a realidade brasileira e talvez, certamente, poderíamos ter condições de fazer isso de uma forma até mais incisiva e isso produziu um efeito positivo para nossa audiência.

Por outro lado, nos tira um pouco de um sentimento como se fôssemos meio chapa branca, porque está uma cobertura aquém, que não temos muita coisa a dizer sobre o que está acontecendo. Enquanto que, na verdade, acho que aqui tem condições melhores que outros lugares até mesmo de produzir essa indagação de uma maneira mais insistente.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – Vou puxar sua orelha, porque você não assiste a TV Brasil.

A SRA. HELOÍSA MARIA MURGEL STARLING (Conselheira) – Assisto sim. Assisto sim. Não vi essa discussão acontecer. Não vi. Não vi.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND – O que vou falar talvez....

CONSELHEIRA HELOÍSA MARIA MURGEL STARLING – Se aconteceu, eu retiro, mas ainda acho que valia à pena....

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – A situação é tão preocupante...

CONSELHEIRA HELOÍSA MARIA MURGEL STARLING
– É, está difícil.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo)
– ...que é evidente que existem inúmeras perguntas que todos nós estamos nos perguntando a todo momento e temos tentado responder dentro do possível. Inclusive você que vem num espaço público para tentar ajudar a explicar...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Os conselheiros, eu, a conselheira Heloisa, a conselheira Rita, estamos querendo contribuir. Nada de críticas infundadas.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND – O que eu ia falar, talvez seja o óbvio, mas às vezes o óbvio vale à pena obviar, estou inventando até um verbo, mas o papel da mídia pública seja um contraponto ao que existe por aí em matéria de informação, em matéria de entretenimento. É simples e nesse sentido acho que em algumas partes o jornalismo aqui da TV Brasil tem sido um contraponto na área de direitos humanos, por exemplo. Tenho assistido e tenho recebido muitas pessoas elogiando esse tipo de cobertura que não encontramos em outros canais.

Para início de conversa, qual é o nosso objetivo? É ser um contraponto ao que a desinformação inclusive da mídia comercial.

Acho que por aí que devemos nos nortear. É o óbvio que estou falando.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Passo a palavra para a Heloísa.

CONSELHEIRA HELOÍSA MARIA MURGEL STARLING

– Estamos com a audiência tão baixa, que não temos nada a perder. Vamos mandar brasa. Vamos ser usados nessa discussão, porque ninguém está fazendo essa discussão e é muito legal para nós, eu acho. Então é nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Américo, por favor.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor Geral) – Com essas colocações todas, acho que é um grande momento para fazermos essas discussões todas. Vai ter que ser feito isso de qualquer forma por conta da implantação desse novo modelo. Já me comprometi a fazer essa discussão, inclusive vamos ter que descobrir quais são as áreas que têm sombreamento, que o portal já faz coisas que são aplicadas na agência e vice-versa, quais são as áreas que estão desassistidas e que precisamos melhorar. Acho que essa central de produção vai ganhar músculo, vai ganhar força. Anotei todos os comentários aqui. Têm várias sugestões muito boas que podemos incorporar nessa discussão. Queria dizer uma coisa importante: nenhum funcionário vai ser afetado em termos de perder o emprego. Isso não vai afetar ninguém. Muito pelo contrário. A ideia é reforçar com a chegada desses novos correspondentes.

Queria elogiar o trabalho tanto da equipe do portal como da agência. Várias coisas que foram colocadas aqui, entre conflitos ou problemas, entre um e outro, de fato existiram, mas cada um deles cumpri muito bem ali uma boa parte do que eles fazem. Só vamos ganhar mais músculo, mais racionalidade, mais eficiência na superação e, espero eu, que tenhamos um impacto grande com isso. Quando falo que quero concorrer com agência Reuters, eu quero concorrer com a agência Reuters. Eu quero ganhar deles.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Agradeço muito ao Américo. Joseti.

A SRA. JOSETI MARQUES (Ouvidora-Geral) – Gostaria apenas que em toda essa discussão, que é muito necessária, oportuna e que vem se aproximando cada vez mais, que se leve em consideração o anúncio que foi feito aqui de que estamos formalizando o Centro de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Comunicação Pública. Essas questões que estão aqui propostas podem ser o fruto do primeiro trabalho de mais de 100 (cem) pesquisadores, empregados da EBC, entre mestres, doutores e especialistas que estão alinhados permanentemente, esperando pelo momento que eles possam ser convocados a pensar as soluções que muitas vezes nos incomodam aqui. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Peço a atenção dos conselheiros para um tema, um assunto que me é muito constrangedor, mas acho que temos que enfrentar de uma vez por todas, como conselho. Desde a última reunião desse

mês, desse intervalo, fiz uma peregrinação – eu, pessoa física, na qualidade de presidente do conselho – junto aos ministros, aos ministérios, aos secretários–executivos, solicitando atenção com o conselho para a designação dos novos conselheiros. Amanhã, dia 16 de abril, completa um ano exato que foram enviados os nomes para a Presidente da República. Estive com o Ministro Juca, estive no Ministério das Comunicações. Outros conselheiros também fizeram esse apelo, por ocasião de seminários, encontros e tal, e nada aconteceu. Sei que o Ministro Edinho Silva está assumindo a pouco tempo, mas não posso mais contemporarizar.

Na última reunião da câmara temática de jornalismo, foi aprovada uma nota pública sobre o tema e solicitei que aguardássemos até essa próxima reunião para ver se eu conseguia fazer alguma gestão. Não consegui. Não sei se é uma coisa pessoal. Acredito que não, mas realmente ninguém se sensibilizou até agora. Então gostaria e vou – claro, se for aprovada – com a nota pública sobre o tema da não designação dos conselheiros pela Presidente da República há um ano. Gostaria de saber a posição dos conselheiros.

(Várias pessoas) – Aprovada.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Gostaria de fazer um comentário. Não apenas um protesto formal contra o descaso do governo em designar esses novos cinco conselheiros como também um protesto aos Ministros de Estado, porque eles têm demonstrado um descaso muito grande pelo conselho. É bastante compreensível que um ministro tenha que se ausentar ou não possa permanecer numa reunião do conselho. Os imprevistos acontecem, são cargos de alta responsabilidade. Agora os ministros poderiam ter assessores permanentes aqui, que viessem

e que permanecessem por muitas sessões, porque é um troca-troca de assessores. Vem um hoje, amanhã vem outro. Vem um hoje e sai ou chega atrasado, depois sai de novo. Como podem acompanhar a dinâmica de um conselho nessa base. Penso que os ministros às vezes compreendem, embora tenhamos saudades aqui do Juca de Oliveira e do Franklin Martins, em uma etapa anterior, eram presenças – é, Juca Ferreira – obrigatórias aqui, inclusive participavam, ganhavam posições, perdiam posições, debatiam, estavam acompanhando a dinâmica, porque se você aparece de paraquedas, como é que você pode acompanhar um processo de discussão?

Penso que, nessa nota, não só deve haver exigência para a Presidente da República designar esses cinco conselheiros – coisa que ela não faz há um ano –, como também cobrar dos Ministros a sua presença ou, no caso da sua impossibilidade, a designação de um assessor permanente, que venha permanente aqui, salvo, evidentemente, imprevistos, doenças e etc, mas que tenhamos aquele assessor como interlocutor do ministério para, inclusive, poder encaminhar ao ministro os debates que existam aqui. É o complemento que proponho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Na minha peregrinação, vou ser justa e vou dizer que o Nelson me deu o telefone pessoal do Ministro Edinho Silva. Liguei duas vezes, deixei recado e não houve retorno, para fazer justiça ao esforço do Nelson também para nos ajudar.

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
– Concordo plenamente com a posição da presidente, concordo com as palavras do conselheiro Daniel e ainda vou além. Já houve caso,

no passado, em que fomos solicitados que adiássemos alguma decisão do conselho, porque os ministros e ministras não estavam aqui e eu fui terminantemente contra. Isso não pode, isso não vai acontecer dependendo da minha posição, porque isso é um absurdo. Nós não vamos adiar decisão nenhuma, porque ministro não está aqui. Na hora de discutir e fazer o debate sobre os nomes que vão sair daqui do conselho da sociedade civil para fazer, para compor a lista, os ministros estavam aqui ou quando tem alguma coisa de debate de interesse direto. Agora, de interesse direto deveria ser toda pauta da reunião do Conselho Curador.

Esse tipo de postura, esse tipo de situação é muito constrangedora para mim e para a sociedade civil que represento, as pessoas que acompanham essa sessão e as pessoas com as quais eu dialogo lá na minha cidade, no meu estado e nas outras regiões. Estão, inclusive, cobrando isso, a questão das indicações, o debate que foi feito aqui, toda uma discussão que teve anterior e posterior a indicação, os nomes, inclusive, que tivemos todo esforço de fazer. Fui uma das pessoas aqui do conselho que abriu a votação publicamente, inclusive porque me foi solicitado que fizesse isso como proposição minha, de quem represento aqui nesse conselho. E agora as pessoas ficam me perguntando quando é que isso vai acontecer, ou seja, um ano. Nunca aconteceu, desde que estou no conselho, uma demora tão grande para que os novos conselheiros e conselheiras pudessem assumir. Isso para mim é algo realmente constrangedor com a sociedade civil brasileira que votou, que se esforçou, que indicou. É constrangedor para nós do conselho, para todos e é constrangedor também para o governo, porque demonstra que não há prioridade nessa discussão, nessa pauta e aí estendo: será que não há prioridade para a comunicação pública?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Também outra questão de justiça que vou fazer, antes de passar a palavra para o Pola, é com relação à Regina. Faz um ano não é, Regina, que nós lutamos – mais de um ano – para ser recebida na SECOM, para ser ouvida na SECOM e não conseguimos. Faz mais de um ano.

A SRA. REGINA SILVÉRIO (Representante do Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Sou vou fazer aqui um comentário com relação à Secretaria de Comunicação Social. Tenho vindo, como o conselheiro Daniel colocou, de ter um representante efetivo caso os ministros não possam comparecer, porque realmente essa é uma agenda bastante importante, mas até comentei com a Presidenta Ana, ela é uma reunião longa, é uma reunião às vezes de 4, 5 horas. Hoje, por exemplo, uma reunião de dia inteiro. Tenho, desde que assumi a chefia de gabinete da Secretaria de Comunicação, vindo a todas as reuniões. Todos os relatos foram feitos para o Ministro Thomas. O Ministro Edinho assumiu há duas semanas. Estamos aqui representando a SECOM, continuamos. Estamos também com o assessor especial dele aqui acompanhando e ele vai ser posicionado sobre todas as questões que são discutidas aqui.

E com relação ao que a conselheira Ana falou, eu concordo com ela. Temos representantes dos ministros aqui e o que for decidido no conselho tem sim que ser referendado e é isso que nós, como Secretaria de Comunicação, temos feito. Todas as demandas que saem aqui do Conselho Curador são referendadas pelo Ministro da Comunicação. Já informamos à Presidenta Ana que a agenda com o Ministro Edinho está marcada para a semana que vem. Tivemos um retorno da documentação da nomeação dos conselheiros, porque é automático, uma vez que o ministro é trocado,

a documentação que ainda não foi aprovada pela Presidenta ou as designações que não foram feitas, ela retorna automaticamente para o órgão de origem. Essa documentação já foi toda assinada pelo Ministro Edinho, já foi toda reencaminhada e já está novamente para despacho com a Presidenta. Então nós estamos atentos, como a Presidente falou, há mais ou menos um ano a essa questão.

Não fazendo defesa, mas não acredito que seja, como foi colocado pela conselheira Ana, um descaso. Pode parecer, mas não é. Nós tivemos aqui um caso da própria SECOM que era o representante que vinha antes para o conselho que hoje é o vice-presidente da EBC, Silvio Andrade. Ele era chefe de gabinete e a designação dele para o conselho da EBC demorou um ano e ele era da Secretaria de Comunicação. Então sabemos que as pautas estão sendo grandes. A Presidenta está sendo bastante exigida e é óbvio que vocês têm toda a condição e estão corretos em fazer essa nota ou fazer as reivindicações e nós vamos levar, vamos fazer o encaminhamento junto ao Ministro Edinho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. O Pola tinha pedido, depois passo para você conselheiro.

O SR. POLA RIBEIRO (Representante do Ministério da Cultura) – É minha primeira presença no conselho. É a minha primeira intervenção. Queria saudar os conselheiros, Ana, Nelson Breve e Américo. Queria endossar a nota pública à Presidenta, mas queria fazer uma ressalva ao que o Daniel falou. Primeiro, dizer que o Ministro Juca está presente, porque é pauta do ministério, se discuti, sei o que o Adriano estava fazendo, conversamos, é pauta com o Ministro Juca. Mas queria dizer o seguinte.

Na nota pública, às vezes no intuito de tentar mostrar a força, nós podemos mostrar fraqueza, colocando isso que os ministros não vêm e tal. Acho que a estratégia com os ministros deveria ser outra. Não sei exatamente qual. Talvez uma sessão onde os ministros estejam, porque realmente discutir todos os pontos que são discutidos em reuniões de 4, 5 horas com os ministros, é porque eles não têm o hábito de fazer. Eles têm uma demanda grande que talvez não seja o caso. Então não sei qual é a estratégia. Estou novato aqui, mas acho que deveria separar as coisas. Uma coisa é a nomeação de um ano, a outra coisa seria a participação dos ministros e caso a caso de repente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. Conselheiro João Jorge.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES – Concordo bastante com a nota para a Presidente e penso que os meus colegas do conselho colocaram corretamente. O tempo para a indicação dos novos membros da sociedade civil já foi ultrapassado. Por mais demanda que um país como esse moderno tenha, é impossível que durante um ano não se possa dar uma resposta para uma situação como essa. Não tem a ver com a direção da EBC, não tem a ver com a direção do conselho, tem a ver com a importância que se dá a essa comunicação pública mesmo com todo debate que o Brasil está fazendo sobre a responsabilidade da comunicação no País, o que é um contrassenso. Dentro do governo, em vários momentos, o governo demonstra que está incomodado com a comunicação privada no país e até insinua que dará uma prioridade à comunicação pública e à comunicação mais democrática. O comportamento de não

indicar os membros da sociedade civil é justamente uma profunda contradição com esse momento.

Por outro lado, a sociedade civil indicou novos membros, que vai ampliar, por exemplo, a presença de representantes negros aqui, com a presença de Joelsito e Enderson. Só que um desses representantes pode nem chegar aqui, porque está ameaçado de morte em Salvador por esquadrões da morte e polícia militar, o jovem Enderson. Evidentemente que nós podemos ter a nomeação e um dos indicados estar morto, justamente porque atua nesse campo e se a Presidente não pode despachar, os ministros podem despachar, podem saber, podem orientar. E a ausência dos ministros, companheiro Pola citou bem aqui, se ela fosse ocasional, esporádica, mas ela tem sido permanente. Depois da saída do Ministro Franklin Martins e da saída do Ministro Juca Ferreira no período anterior, essa ausência dos ministros se rareou. Mais do que isso. O suporte e o apoio para a EBC, para a atuação do conselho da EBC, ela perdeu intelectualmente e perdeu até como base de apoio.

Então espero que, a partir de agora, com essa notificação, é uma notificação de interesse nacional, possa fazer com que a Presidente nomeie nossos conselheiros para renovar a sociedade civil e ao mesmo tempo que os ministros, mesmo que não fiquem 4 horas aqui, mas compareçam mais ocasionalmente, que é impossível que quatro, cinco ministérios ou seis, durante o ano inteiro, não haja um único momento que possa vir a uma reunião. Isso demonstraria uma sub importância e óbvio que o conselho, da parte da sociedade civil, tem que gritar mesmo. Não estamos aqui para dizer amém. Nós não estamos aqui para dizer não, sim. Nós estamos aqui para dizer que isto está errado, isto não pode acontecer e deve acontecer de outra forma. É o único meio de reforçarmos esse debate sobre a comunicação pública no Brasil, a democratização disso, com a ação efetiva. É a posse imediata dos nossos conselheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Só para fechar esse assunto. Então a nota está aprovada? É isso. Considero aprovada a nota. Só para dizer que nas minhas andanças, nas minhas conversas nos ministérios, fiz também não só a cobrança dos nomes, mas dizer que ou os ministros assumem a importância disso aqui, ou não assumem. O conselho também é importante, tanto quanto a EBC. Esse foi o recado e a solicitação. Os ministros têm que se posicionar.

Obrigada.

Vamos passar para outra pauta, que também conversei com o Ministro Juca sobre isso e ele me disse que vinha e que iria me ajudar nessa pauta, porque é uma pauta que interessa a ele. No ano passado, o conselho fez um roteiro de debate, porque fazemos normalmente sobre um tema determinado, sobre o modelo institucional da EBC. Criamos na ocasião um grupo de trabalho para reuniões e, na verdade, não foi possível levar adiante esse grupo, essas pessoas. Quem era a presidente do grupo era a Sueli Navarro, que agora não é mais conselheira. Então queria retomar esse tema e propor, a partir de uma conversa que tive com o Ministro Juca e com o Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Luizinho Azevedo, que criássemos um grupo de trabalho mais amplo, ampliado para discutir isso. Além dos conselheiros, pessoas de ministério, acadêmicos, etc. Então queria fazer essa proposta aos conselheiros e pensar numa reunião, por exemplo, para maio, pois não temos nenhuma reunião ordinária presente. Que pudéssemos então já fazer uma primeira reunião desse grupo em maio, no âmbito das Câmaras Temáticas. Alguém quer me ajudar, já que o Ministro Juca está presente? Conversei com ele sobre isso. Tenho apoio de todos os conselheiros? Rita, por favor.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA

(Vice-Presidente) – Sou totalmente de acordo. Quando entrei aqui no Conselho, a pauta que estava colocada na mesa era a formação de um grupo para discutir o modelo institucional da EBC. Com idas e vindas, com a reformulação das câmaras também, acho que é um momento de fazer esse debate de uma forma ampliada, inclusive para maior comprometimento dos ministérios com os debates que estão em curso aqui no Conselho Curador e sobre o futuro e destino da EBC. Sou totalmente favorável a essa pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Quais conselheiros gostariam de participar desse grupo, a princípio? Vocês precisam me ajudar. Eliane.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES (Representante dos Trabalhadores da EBC) – Sendo das câmaras, estou...

CONSELHEIRA EVELIN MACIEL – É porque você falou no âmbito das câmaras. Esse tema é discutido em câmara específica?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – É transversal. Quem sabe um representante de cada câmara.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA

(Vice-Presidente) – Participo, porque estou na interface entre as câmaras.

CONSELHEIRA EVELIN MACIEL – É porque se for um

de cada câmara, a Eliane faz parte da mesma que eu.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck

Saibro) – Não é uma regra tão rígida assim.

CONSELHEIRA EVELIN MACIEL – É que estou no Gired.**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ana Luiza Fleck

Saibro) – Então vamos fazer assim. Vamos deixar a Ima, a Evelin e a Eliane. Mais alguém do lado de cá? Vamos deixar essas três. Sim, Mário, você quer? O Mário. Depois vamos conversar para podermos ampliar para representantes dos ministérios. Vamos pensar juntos depois.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Tem que chama

o Murilo também enquanto ainda é conselheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck

Saibro) – É claro. Ele é membro permanente.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Aliás, Presidente, o Murilo pediu na correspondência entre os conselheiros que registrasse o voto de protesto dele....

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Outro furão, porque ele disse que vinha. Liguei para ele, pedir para vir e ele não veio.

Depois podemos fazer uma pequena reunião só para formatar esse grupo.

CONSELHEIRA RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA (Vice-Presidente) – Vou me retirar, porque ainda vou pegar uma parte da reunião dos conselhos lá sobre o PPA. Vou levando algumas demandas daqui do conselho e da EBC. Boa reunião a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Bom, o próximo item então é o Comitê Editorial de Jornalismo. Queria agradecer e parabenizar a Diretoria de Jornalismo pela publicação das atas do comitê. Acho que isso é uma reivindicação antiga do conselho e elas estão disponíveis agora.

Obrigada, Nereide.

E, imediatamente, passo a palavra para o Professor Doutor Fernando Paulino. É o que está escrito aqui. Ele vai fazer uma apresentação da pesquisa sobre “Programas das rádios da EBC” no âmbito do termo de cooperação da UnB com a ouvidoria da empresa. Luiz Martins também vai apresentar.

O SR. FERNANDO PAULINO – Boa Tarde. É uma honra estar aqui fazendo essa apresentação da pesquisa decorrente de um acordo de cooperação entre a ouvidoria da EBC e a Universidade de Brasília. Queria cumprimentar os conselheiros, deixando aqui uma saudação especial à Ana Fleck, ao Nelson e, especialmente, a Joseti pela confiança no trabalho que foi desenvolvido ao longo do período de dezembro de 2013 até fevereiro de 2015, quando entregamos os relatórios finais. Um deles foi distribuído e os conselheiros tiveram possivelmente a oportunidade de fazer a leitura dos resultados que nós alcançamos. Queria também fazer aqui uma saudação especial ao ex-ouvidor, o professor Laurindo Leal Fiho, com quem trabalhei aqui na EBC e também não poderia deixar de fazer uma saudação aos profissionais das rádios da EBC que estão aqui, em nome do Coban, que está ali no cantinho e aos meus colegas da universidade, porque esse trabalho foi decorrente de um grupo de trabalho que envolveu quatro professores, dentre eles o Professor Luiz Martins e eu, e também três pós-graduandos, um deles está aqui, o Jairo Faria, que faz doutorado lá na nossa universidade e algo em torno de dez estudantes de graduação, dentre eles o Lucas Ponte, que também está ali acompanhando essa apresentação, que buscou fazer uma espécie de radiografia, uma chapa, um exame dos conteúdos veiculados e buscou também apresentar algumas sugestões, algumas ponderações no que, nas conversas com a Joseti, tratava por uma espécie de laudo para contribuir com o aperfeiçoamento da programação radiofônica, não só no que se refere ao jornalismo, mas também para questões ligadas à programação não jornalística. Por isso fizemos o estudo piloto – está no final do relatório –, avaliando a programação musical da Nacional FM.

Também queria ressaltar que essa metodologia foi desenvolvida em parceria com a ouvidoria. Tivemos inúmeras reuniões para fazer a definição de critérios e com isso calibrar o

sistema que utilizamos para fazer o trabalho. A apresentação que vou fazer aqui, segundo combinado especialmente com o Guilherme Strozi, vai ter algo em torno de 25 minutos para depois termos tempo de tecermos algumas considerações, esclarecer eventuais dúvidas a respeito do que foi desenvolvido. Para facilitar o trabalho, preparamos um *powerpoint*. Essa era a capa dele. Hoje estou eu e o Professor Luiz Martins, mas também contamos com a participação dos professores Carlos Eduardo Esch e Liziane Guazina que, infelizmente, não puderam vir presencialmente aqui, mas contribuíram também decisivamente com o trabalho.

Basicamente buscamos fazer a análise da programação jornalística e um pouquinho não jornalística, no caso da Nacional FM, mas especialmente jornalística dessas três emissoras sediadas em Brasília. Como objetivos específicos do nosso trabalho, também desse acordo de cooperação, buscamos contribuir com os objetivos teóricos-públicos de radiodifusão, aperfeiçoamento dos conteúdos, fortalecimento de ações de pesquisa e parcerias com as universidades, que é uma preocupação crescente dentro da empresa, até pelo centro de pesquisa que está sendo desenvolvido. Acho que vou olhar para esse lado aqui, pois assim conversamos melhor.

Para fazer esse trabalho, buscamos utilizar como referência os princípios e valores da EBC, especialmente aqueles definidos na lei de criação da empresa; documentos também norteadores do trabalho aqui como o manual de jornalismo e também algumas reflexões acadêmicas a respeito dessa temática. Para isso, sei que pode ser muito óbvio, mas é importante destacar que montamos o nosso sistema de análise utilizando esses itens, essas categorias a respeito da importância de pluralidade de fontes; finalidades educativas, artísticas e culturais; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; princípios não só da lei, obviamente, mas da constituição também e a não discriminação

religiosa, político-partidária e outras. Para isso, levamos em consideração outras funções e possibilidades dos veículos da EBC, dentre essas perspectivas o direito à informação, à livre expressão do pensamento e também a excelência em conteúdos e linguagens. Isso significou criar uma engrenagem de análise que pretendeu avaliar a pertinência de informações, amplitude e limitação do que foi veiculado; adequação de linguagem e, especialmente, de pluralidade de fontes, além da consistência e contextualização, acessibilidade, periodicidade de veiculação, adequação estética, dimensão interpretativa ou noticiosa, que é um ponto que acho que também merece um debate e é bastante interessante.

O software que utilizamos permitia codificar e também tentar estabelecer algumas questões qualitativas a respeito do conteúdo veiculado. Para isso utilizamos – acho que muitos aqui conhecem – o *survey monkey*. Treinamos os estudantes de graduação e de pós-graduação para alimentar esse banco de dados, que nos permitiu alguns quantitativos, orientadores e tendências e também nós, ao longo do tempo, no relatório final incluímos uma parte disso, buscamos também dar visibilidade a exemplos que possibilitavam com mais facilidade acompanhar que tipo de índice alcançávamos com a pesquisa. Para isso, buscamos entender e avaliar formato e tempo dos conteúdos; a origem dos conteúdos, visto que as rádios da EBC veiculam só produção própria.

Buscamos também fazer uma análise do uso de sonoras e fontes nos conteúdos jornalísticos veiculados, além de também verificar quem eram essas fontes e tentar com isso encontrar uma proporcionalidade entre fontes dos três poderes, fontes de fora do âmbito do estado. O tratamento informativo, que já tinha falado antes, e os temas dos conteúdos que classificamos – não vou aqui cansar muito vocês com isso, pois está no relatório –, desde ações do

Poder Executivo até questões ligadas à ciência e tecnologia e à comunicação como área setorial.

Essas eram as considerações iniciais. Agora vamos aos resultados do trabalho que desenvolvemos. Ao longo especialmente do ano de 2014, entre janeiro e fevereiro e outubro, avaliamos algo em torno de 2.100 conteúdos veiculados pelas rádios, utilizando como referência o recorte por programas jornalísticos dessas três emissoras, repito: Nacional FM, Brasília Nacional AM e MEC. O primeiro dado importante é que, dessas peças, 13% dos conteúdos eram internacionais e 86% nacionais. Dos conteúdos internacionais se destaca, está no relatório com mais ênfase, a parceria que a EBC tem com a rádio França Internacional, que quase alcança 90% dos conteúdos veiculados. Nos conteúdos nacionais, grande parte das matérias veiculadas é da própria EBC e a empresa também desenvolve parcerias estratégicas especialmente – por isso está em negrito – com as rádios legislativas, Rádio Câmara e a Rádio Senado, sendo 37,5% de conteúdos dessas possibilidades de parceira com a Rádio Câmara e 29% com a Rádio Senado.

Em relação à duração dos conteúdos que analisamos. Verificou-se uma forte tendência para a produção de conteúdos com curta duração, ou seja, mais de 50% das peças analisadas não alcançam sequer um minuto de duração e somente 26, ou seja, 1,21% superavam quatro minutos de duração.

Em relação aos formatos predominantes, isso também é de alguma maneira decorrente do tempo do material que é veiculado. Percebemos um número significativo de notas, de matérias sem sonora, sem entrevistas que acompanhavam ou, pelo menos, sem a expressão da entrevista que acompanhava esse material, chegando a algo aí em torno de 58%, o que, em nossa opinião, digamos assim já antecipando um pouco o laudo, pode merecer alguma reflexão e até verificar se essa seria a métrica mais adequada. Insisto: estamos

aqui para fazer um juízo fechado do conteúdo que é veiculado, mas acho que é uma boa perspectiva também importante para debate.

Dos conteúdos internacionais, de alguma forma, esse modelo também se repete com um número significativo de conteúdo sem sonora, algo também em torno de 90% e acho que isso também implica num diálogo com as emissoras parceiras a respeito disso.

Uso de fontes. As peças internacionais, por vezes, não fazem, como podemos observar, indicação da origem das informações que são apresentadas e também não fazem, os conteúdos nacionais, um número alto de considerações e indicação da origem de qual é a fonte primária daquela informação que está sendo veiculada. Nos conteúdos internacionais, está ali em vermelho, houve um predomínio de fontes de natureza governamental expressada numa ordem decrescente que vem a seguir, ou seja, as fontes governamentais dos conteúdos internacionais superam 70% do que é veiculado em comparação a outras possibilidades de fontes informativas, como organismos diplomáticos, organizações não governamentais e etc. Nos conteúdos nacionais também há, só que numa perspectiva um pouco menor, o uso de fontes associadas às autoridades governamentais, fazendo algo em torno de 38% dos conteúdos que são levados ao ar em comparação a outras possibilidades de origem das informações. Se somarmos – está em vermelho – as fontes oriundas da estrutura do poder do estado, não só do Poder Executivo, isso alcança algo em torno de 65% do material que é veiculado.

Das temáticas. Há, por outro lado – se é que podemos dizer assim. Acho que é um ponto bem positivo do trabalho que é feito –, uma variação significativa dos temas abordados. Dos conteúdos internacionais, há uma predominância de 15 temáticas distintas, que passam por saúde, catástrofes, política internacional e etc. Vou passar essa parte, que, enfim, de alguma maneira

complementa o slide anterior. Dos conteúdos nacionais, também há uma diversidade temática significativa que pode ser destacada pela presença de conteúdos de economia, saúde, segurança, justiça e educação.

Agora falando um pouco da natureza informativa do trabalho classificado. Buscamos, ao analisar esses mais de 2.000 conteúdos, também verificar qual o gênero, digamos assim, desse material e concluímos que um número perto de 45% pode ser classificado como algo meramente informativo com dados básicos que configuram o acontecimento. Trinta e cinco por cento tem um pouquinho mais de contextualização e 18,4% traz informações complementares associadas à veiculação do fato que podem permitir ao ouvinte compreender algumas das possíveis relações de causa e consequência dos fatos.

Agora, tentando ser pontual com o acordo que estabelecemos com o Conselho Curador, queria também apresentar uma parte da pesquisa realizada por meio da análise piloto da programação musical. A Joseti falava, desde o começo do nosso trabalho, da importância de não restringi-lo aos conteúdos jornalísticos. Então, a partir do final de novembro, houve a possibilidade de acesso à planilha das músicas veiculadas pela Nacional FM. Organizamos-nos para fazer uma análise dos conteúdos musicais que a rádio transmitiu no mês de novembro. Acho importante fazer essa referência e até depois, se for o caso, fazer um comparativo entre esse mês e outros meses para avaliar se o que alcançamos se manteve ou não. Mas queria, desde já, também deixar essa informação, porque ela é importante para a compreensão dos números que vão ser apresentados.

Agora não poderíamos deixar de falar também, já que vamos falar da Rádio Nacional FM, de que existe uma parceria histórica entre a Nacional FM especialmente com a Universidade de

Brasília, porque a Rádio Nacional FM é resultante também de um projeto que teve a parceria da UnB dos anos 70 e que pressupunha, acho que isso se manteve ao longo do tempo, uma valorização da cultura brasileira no conteúdo veiculado e nós, para isso, procuramos desenvolver uma metodologia analisando ocorrências, frequências das veiculações que foram realizadas e também buscamos fazer um cruzamento dos dados que alcançamos utilizando especialmente o *excel* como uma base de dados. Para isso pretendíamos, e acho que de alguma forma conseguimos fazer isso no relatório, avaliar quais eram as músicas mais veiculadas, os intérpretes mais tocados, compositores mais frequentes e, especialmente, os gêneros de compositores e intérpretes. A análise, a partir disso, poderia nos possibilitar e verificar se existe ou não algum tipo de concentração, por isso está a interrogação ali, porque é um tema interessante a ser debatido, quais são os critérios e objetivos para a seleção da programação musical.

Ao longo do mês analisamos as 2.973 músicas que estão presentes na planilha e que fazem parte da programação geral da Nacional FM. Não levamos em conta programas específicos direta ou indiretamente colocados no ar na programação da emissora, porque isso poderia criar alguns desvios, do tipo: tem programa focado na chamada música de raiz, tem programa ligado ao jazz e etc., então preferimos fazer esse recorte da programação geral.

Alguns resultados que são bastante interessantes e estimuladores de debates. Algo em torno de 10% do volume total da programação que foi levada ao ar se refere a 297 – vou colocar 300 para facilitar a conta – músicas e esse percentual das mais tocadas. Esse percentual, por outro lado, é o mesmo das 1.506 músicas menos tocadas. De novo: não vamos entrar aqui em definição de critérios estéticos, porque acho também que isso tem um monte de possibilidades, mas é importante notar que, por exemplo, a música

Canto de Ossanha foi veiculada 19 vezes em 1.646 músicas, ou seja, 55% do total das músicas que foram tocadas apenas uma vez. De novo: não vou aqui com isso tecer acusações se isso é certo ou errado. Foi o resultando que alcançamos, que acho que pode possibilitar uma reflexão também dos conteúdos não jornalísticos.

Como falávamos a pouco, o total de 86% da amostra de intérpretes que nós alcançamos com o trabalho é composta por brasileiros em comparação a quase 14% de estrangeiros e, especificamente, na quantidade de músicas veiculadas são quase 95% de brasileiros e 5%, um pouquinho mais, 5,5% de estrangeiras. Acho que se repetiu esse *slide*. Tem uma tabelinha que traz também uma questão interessante. De novo: sem entrar nesse mérito de certo ou errado, mas um dado estimulador para os colegas e amigos responsáveis pela Nacional FM em relação à composição por sexo. Claro que – parece-me significativo e historicamente acho que isto é posto – há um número maior de compositores homens do que de compositoras. De qualquer forma, alcançamos algo em torno de 90% de homens, 91% e, fazendo uma métrica ali, 9% de compositoras veiculadas pela Nacional FM. Está meio ilegível aqui, mas no relatório está bem presente, no que tange a compositores mais veiculados pela emissora. Tom Jobim e Vinícius são os mais destacados. Podemos perceber que há uma predominância de homens entre os que são mais veiculados, que foram mais veiculados pela Nacional FM em novembro de 2014.

Em relação aos intérpretes, essa margem é um pouco menor. Tem um número aproximado de 54% em sessões de homens e 36% de mulheres. Deixamos de lado os grupos ou pessoas que não conseguimos identificar o sexo, que alcança algo em torno de – vamos colocar assim para facilitar – de 10%. Entre os intérpretes, já tínhamos falado da exclusividade entre os homens, entre os mais

tocados, há um pouco mais de mulheres, com a presença ilustre de Marisa Monte, Gal Costa, Elis Regina e Adriana Calcanhoto.

Algumas sugestões a partir desses dados que colhemos ao longo desse nosso trabalho, começando por essa análise da Nacional FM, que seria estimular uma reflexão sobre possibilidades ou não – se não for esse o entendimento dos gestores – de maior inserção de novos talentos da música popular brasileira, até porque – acho que vocês observaram – a média etária dos mais veiculados superam os 70 anos. Acho que esse pode ser um ponto importante de discussão. Por outro lado, agradecemos a Nacional FM pela disponibilização da planilha, que começou em novembro, mas essa planilha é apresentada em formato PDF, o que dificulta o cruzamento dos dados. Tivemos que quebrar de PDF para o doc, do doc para o *excel*. Então, se essa planilha fosse divulgada em outros formatos mais amigáveis, acho que isso estimularia não só o trabalho que fizemos, mas outros trabalhos de pesquisadores interessados no tema e mesmo aqui dentro da empresa, permitindo que as análises fossem realizadas também com mais precisão.

Agora algumas sugestões – para concluir – voltadas para o conteúdo jornalístico à luz do trabalho que eu falava antes da Nacional FM. Então acho que seria importante fazer uma discussão da amplitude das informações de interesse público, do uso e um estímulo a pluralidade de fontes e também da contextualização das informações. No que se refere a conteúdos internacionais, acho que também estimular narrativas que sejam – se isso for possível e for entendimento da empresa – um pouco maiores e com mais informações complementares que ofereçam a compreensão das informações veiculadas. Acho que também é importante fazer um debate a respeito da inexistência em uma parte considerável do conteúdo das fontes que são utilizadas e também verificar se haveria

possibilidade de transcender o uso de fontes do estado, especialmente as chamadas fontes governamentais.

Outra sugestão de debate que consideramos importante é também verificar as possibilidades de ter mais cidadãos como fontes e com isso buscar uma aproximação com o público. Quando chegamos, eu e o Professor Luiz, pegamos o finalzinho do debate sobre a natureza do jornalismo da empresa. Acho que isso pode ser também uma recomendação, se assim for o entendimento dos gestores, para com isso também reduzir certa ênfase nas fontes governamentais.

Nós também, à luz desse trabalho realizado, gostaríamos de buscar entender o porquê dessa predominância de relatos curtos, com número reduzido de fontes, acentuando o uso de fontes oficiais que se traduzem numa questão essencial importante: que subsídios e indicadores a EBC pode ter para saber que tipos de conteúdos o público não só necessita, mas também quer, deseja conhecer. Ou seja, a empresa já tem ou gostaria de ter um conhecimento acumulado sobre a forma como a audiência espera que as histórias sejam contadas. O que foi o tema que agora a pouco até que o conselheiro Mauro falava, o que a empresa tem a respeito da expectativa da audiência em relação aos conteúdos jornalísticos e por que então – já tinha falado um pouco disso – prever com esse formato que é bastante presente na programação das emissoras. Além claro, acho que esse é um tema bastante relevante, que tipo de informação e nível de conhecimento os profissionais da EBC poderiam ter a respeito dos perfis dos públicos que estão a nossa volta e qual estratégia tem sido desenvolvida para alcançar, dentro da EBC, os critérios e aplicação deles nos conteúdos jornalísticos.

Tem uma questão também de rotina produtiva, que é bastante interessante, a respeito dos protocolos, parâmetros de produção que a empresa tem informalmente ou formalmente

definidos para os jornalistas especialmente e gostaríamos de, com toda humildade, de uma forma colaborativa, indicar uma reflexão para que buscássemos alcançar conteúdos que tivessem uma abordagem um pouco mais diversificada e que também pudessem ser resultados de protocolos de produção que dialogassem com uma política editorial pautada na informação e no aprofundamento. Havendo também uma orientação geral quanto á necessidade de diversificar as fontes e as origens das informações, pelo menos naquele percentual que falávamos a pouco.

Já tinha falado bastante disso, da importância de fazer uma reflexão sobre o uso de sonoros nos conteúdos para não só ambientar a própria notícia, mas para alcançar aquela base, aquele princípio da diversidade de conteúdos veiculados e transcender o número, se esse for o entendimento da empresa, de fontes oficiais que encontramos na pesquisa, apresentando mais informações e dados em diálogo com os cidadãos e organizações da sociedade.

Também observamos essa importância de contextualização para fazer com que o chamado padrão EBC possa ser um diferencial do serviço público de mídia de uma forma geral, não só da rádio difusão, mas também da mídia de uma forma geral.

Outro dado importante é a diversificação de fontes internacionais, já que um número maior do que 80% dos conteúdos internacionais são originados na Rádio França. Sabemos que isso está ligado diretamente à estrutura, possibilidade de parceria, mas acho que é uma questão relevante.

E também um maior aprofundamento dessas parcerias que são desenvolvidas com emissoras que intercambiam conteúdos com a EBC e com isso talvez alcançar um número superior a algo em torno de 1,3% dos conteúdos que foram veiculados. Acho que esse *slide* está inserido na questão anterior, buscando, a partir de uma

maior diversidade de parcerias internacionais e nacionais, uma gama mais plural dos conteúdos que são veiculados.

E cumprindo aqui, Senhora Presidente, com os 19 minutos, aqui pela minha contagem, não sei se estou errado, que havíamos combinado. Gostaria mais uma vez de agradecer pela oportunidade e dizer que, pela nossa parte da Universidade de Brasília, após a entrega do relatório final, estamos à disposição sempre para o aprimoramento e o aperfeiçoamento da comunicação pública no nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Muito obrigada. Vou passar a palavra para os conselheiros e depois abro para os diretores. Conselheiro Paulo.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI – Gostaria de parabenizar o nosso professor analista. Ele fez uma análise cabível, interessante. Fui radialista. Fui correspondente da CBN Santa Catarina e fazia dois programas: CBN Campo e Momento SEBRAE. Ambos eram financiados pelo Banco do Brasil. Era um minuto para cada programa para cada dia e funcionavam bem até o dia que o Banco do Brasil cortou a verba e, naturalmente, os programas decaíram e até alguns foram extintos. Na época a CBN não tinha a estrutura que tem hoje. Estava aqui em Brasília. O diretor era o Nivaldo Manzano.

Gostaria de deixar uma sugestão que aprendi lá com a CBN na época, hoje ela mudou bastante, não tenho mais contato com eles, mas que para o futuro, como todos os planos discutidos aqui são muito a futuro e são muitos projetos para serem executados,

deixar mais uma ideia aqui. É que nós tivéssemos uma rádio *all news*, que a EBC tivesse uma rádio *all news*, que pudesse, na medida do possível e repetido, porque o *all news* é para repetir mesmo, não precisa dar notícias novas o tempo todo, nós tivemos aqui uma *all news*. Seria possível talvez, examinando os departamentos devidos, fazer isso, porque, por exemplo, como a Professora Sandra citou muito bem aqui, estamos vivendo um momento de muita crise e o rádio, nesse momento atual, para colaborar, explicar e ajudar as pessoas a entenderem, seria importante que tivéssemos posição para discutir essas manifestações, esses assuntos todos. É só um exemplo que dou da criação futura de uma rádio *all news* aqui. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Apoiado conselheiro. Primeiro a conselheira Evelin, depois a Eliane, o Wagner. Estou fazendo uma listinha, não vou privilegiar ninguém.

CONSELHEIRA EVELIN MACIEL – Vou ser bem rapidinha. Ela sempre pede um segundo, um segundo. Li o trabalho, fiquei muito surpresa pela qualidade, pela profundidade da análise e pela metodologia que vocês criaram para executar. Acho que vínhamos num diálogo aqui do conselho com a direção da EBC, em especial com a Nereide, que parece que estamos sempre voltando às mesmas questões e vi aqui uma possibilidade de avanço concreto, onde estão as falhas e como avançar. Quero parabenizar e acho que isso aqui tem que ser um marco para Diretoria de Jornalismo, para levar isso em consideração e conseguir agir pontualmente lá com o repórter, com os editores, na busca das soluções desses problemas apontados. Parabéns, Fernando.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheira Eliane e depois Wagner Tiso.

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES (Representante dos Trabalhadores da EBC) – Também quero elogiar o trabalho. Acho que é extremamente bem-vindo. Estava lendo e quando começa ali nos resultados mostrando a lista de autoridades, enfim, começa com autoridades governamentais e eu já fiz a conta e logo em seguida já estava ali fechado o trabalho desse vício nosso de ouvirmos, de priorizarmos as fontes oficiais. Coloco que é um vício nosso e acho que não é só um vício da EBC, acho que é um vício do jornalismo brasileiro, mas acho que é agravado na EBC até pela nossa relação um pouco mais íntima com o poder estatal. Acho que é um mapa. Gostaria muito de ver isso ampliado para outras rádios.

Estou achando essa reunião hoje bastante especial, porque geralmente nos desdobramos muito em cima da televisão aqui dentro desse conselho e hoje nós estamos olhando para EBC de uma forma um pouco mais ampla e mostrando a dimensão que ela tem. Então primeiro discutimos agência e agora estamos discutindo rádio. Acho muito feliz isso aqui. Acho que deve ser ampliado inclusive para outras emissoras.

A realidade que nós temos – que eu acho, não tem pesquisa legal dos números, a coisa fica aqui, você quase pega – é que são linhas e conduções que talvez estejam aí cada um por si. A Amazônia no canto seguindo uma linha específica, a Rádio MEC, a Rádio FM Nacional Rio de Janeiro. Enfim, gostaria de ver nós tocarmos também essa questão que é tão mais espaçada e difícil de reunir que é o rádio. Acho que é um retrato muito bem-vindo. Espero que possamos aproveitar bem essas informações para

reflexão, não apenas para a rádio em questão de jornalismo, mas para toda a EBC.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. Conselheiro Wagner Tiso.

CONSELHEIRO WAGNER TISO – Primeiro, do assunto anterior, estou de acordo com o meu colega de voo e de café da manhã, Daniel Aarão, que me instrui muito.

Finalmente assunto de música é proposto. Sempre quem procura introduzir alguma coisa de música aqui sou eu, mas nunca é levado para frente. Foi muito bom ouvir isso, muito bem exposto, muito bem feito. Agora algumas curiosidades, pequenas, mas por que o Canto de Ossanha 19 vezes e as outras só uma? Isso é o gosto do programador, é pedido? É pessoal. Então esse cara é muito fã de Baden Powell mesmo, não tem jeito. Mas 19 a 1 é covardia.

Outra coisa que vi naquela lista linda das preferências mais tocadas: não vi ninguém com menos de 70 anos. Essa é minha faixa. Mas é muita gente de 70 anos e acho que deve tocar gente mais jovem também. Não sei também se é gosto do programador. Graças a Deus ele gosta da nossa geração. Mas acho que tem que programar gente mais jovem, porque precisa atrair o público ouvinte. É bom que atraia esse público mais jovem do que 65, mais jovem do que eu um pouco. Mas proponho tocar também, abrir, não sei se é o programador que faz ou se são pedidos, gente jovem, porque tem que atrair os mais jovens para ouvir os mais velhos também. É isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. Conselheiro Mário.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND – Parabéns pelo trabalho. Excelente. É uma grande contribuição para todos nós. Lembraria também do que o Wagner, nosso maestro, falou. É muito importante. Agora está faltando dar mais oportunidades para o pessoal mais jovem.

Em relação ao jornalismo, na parte internacional, vi que há a Rádio França e a Rádio Nacional Espanha. Acho que está faltando a América Latina. Nós temos um convênio com a Telesul, que o custo é zero e tem programação em português. Acho que isso pode ser aproveitado não só para a televisão como para nossas rádios. Têm informações muito importantes. Acho que é o nosso contraponto em termos de América Latina. Quando quero informações sobre a América Latina, primeiro passo que dou é ir à *internet* e ir atrás da Telesul. Vocês podem dizer que é estatal, não importa. Tem que dar oportunidade para o telespectador, para o ouvinte brasileiro ter outras fontes além das tradicionais. Acho que fica aí mais uma vez. Já tinha falado sobre isso em algumas oportunidades. Fica mais uma vez a sugestão no sentido de que se dê mais espaço para América Latina e também aproveitar os espaços, as emissoras que estão aí dando sopa para nós e que nós não aproveitamos. Acho importante esse aproveitamento.

Quero lembrar também outro fato importante. Realmente é um ponto positivo o conselho estar aqui discutindo mais. Vou fazer propaganda aqui também. Na década de 80, cheguei a fazer um programa na rádio do Rio de Janeiro, no primeiro governo Brizola, o programa era sobre política internacional. Quando começou, as pessoas falavam: “Um programa de política nacional ninguém vai

ouvir.” E, surpreendentemente, em pouco tempo, segundo as pesquisas de opinião, era a quarta emissora em audiência no Rio de Janeiro. Então isso significa que, quando se dá oportunidade para o ouvinte, para o telespectador ter acesso à informação internacional, ele pega isso, há interesse nesse sentido. Acho que entra no caso a criatividade e a ousadia política de se fazer programas desse tipo. As nossas rádios estão aí para isso mesmo, o contraponto. Não existe hoje, pelo que eu saiba, nas rádios brasileiras, programas desse tipo, com esse tipo de discussão, com esse tipo de debate.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. Conselheiro Daniel, depois conselheiro João Jorge e depois o Pola.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Também me congratulo com a qualidade do trabalho. Acho que poderíamos pensar, inclusive, em outros trabalhos do mesmo tipo, seja com a Universidade de Brasília, seja com outras universidades que se dispusessem.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – O senhor estava aqui de manhã?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – É porque estava prevista uma outra apresentação de outra

pesquisa sobre a TV Brasil, na mesma linha só que com a Universidade do Rio Grande do Sul. Ela não pode vir.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Vi isso na pauta. A qualidade do trabalho é inegável. Esse dado já foi ressaltado. Penso, inclusive, que o conselho deveria aprovar uma resolução no sentido de que o pessoal do rádio envolvido nos programas analisados, lessem e discutissem esse relatório e encaminhassem depois ao conselho que medidas tomaram para corrigir as distorções aqui apontadas, a não ser que eles considerem que não há distorções. Devem discutir, porque penso que uma das coisas mais importantes quando fazemos trabalho de avaliação desse tipo é a sequência, a continuidade, é garantirmos que o trabalho seja discutido e gere propostas de superação em relação às questões envolvidas.

Acho que o relatório ainda não consegui meditar bastante a respeito dele. Acho que os conselheiros todos deviam ler com calma o relatório para podermos inclusive, talvez, ter outro momento para podermos tentar afunilar propostas, porque a maioria acabou de ouvir aqui as considerações. Acho que devíamos realmente tentar aprovar algumas propostas.

Algumas coisas me preocuparam muito. Em primeiro lugar, a predominância esmagadora das fontes governamentais, o que contribui para essa ideia que se veicula e que encontramos no relatório fundamentos objetivos do caráter chapa branca da EBC. É realmente muito importante a preeminência das fontes governamentais contra uma série de resoluções já aprovadas por esse conselho no sentido de garantir a pluralidade, de garantir o contraditório. Isso tem sido reiteradamente aprovado aqui no conselho e vemos a permanência aqui. As coisas também das

sonoras... faz parte do programa da EBC ouvir as pessoas, trazer... aliás, tenho visto isso acontecer no jornalismo televisivo. Por que não está acontecendo também no radiofônico?

Em segundo lugar, uma coisa que me chamou a atenção, observado no relatório, é a falta de contextualização. Isso também faz parte do nosso manual, dar a notícia, contextualiza-la, discuti-la, apresenta-la de vários ângulos, promover debates sobre os assuntos.

Em terceiro lugar, o Mário já levantou, ele é sempre aqui um representante da América Latina entre nós, por que não se busca fontes das rádios dos "*nostros hermanos*"? Porque gosto também da rádio França. Acho que ela é uma rádio de qualidade, mas que diabo, temos aqui uma série de rádios que poderiam ser ouvidas...

CONSELHEIRA ELIANE GONÇALVES – Daniel, o que eu queria complementar é só o que o Mário falou. Vou falar. É porque além de estarmos dentro da associação das agências da América Latina, temos ainda o da língua portuguesa, então tem Moçambique, Angola, que podem estar sendo aproveitados também.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Então acho que realmente aí tem um lance de falta de dinamismo, de falta de criatividade das pessoas responsáveis.

Também me chocou a coisa das músicas, quer dizer, Chico Buarque, Tom Jobim e Vinícius de Moraes. Gosto muito desses autores, mas são autores da classe média branca do sudeste brasileiro. O povo brasileiro é muito maior que isso. Isso tem sido reiterado várias vezes aqui pelo nosso conselheiro João Jorge. Os programadores deram alguma atenção à nação baiana anexando o Caetano e o Dorival Caymmi, mas que continuam num repertório que

é muito classe média. Como diz aqui o nosso governador de São Paulo "as elites brancas". A rádio da EBC está sendo feita para as "elites brancas". Cadê a música do Pará? Cadê a música do Rio Grande do Sul?

Esse negócio dos velhinhos... sou velhinho também e gosto dos autores da minha geração. Acho inclusive que seja um cagete de velho. Acho que eles são insuperáveis. Agora o fato é que temos cantores novos, intérpretes novos e isso é obrigação. Isso está no nosso manual também, pluralidade. Grande parte das teses acadêmicas sobre a ditadura, no que concerne ao mundo cultural, se volta para a análise da música popular brasileira, da chamada MPB: Tom Jobim, Caetano, Gil etc., tivemos uma tese agora precursora que foi analisar o que o autor chamou de os caubóis do asfalto, a música sertaneja. O quadro que apareceu é estarrecedor, porque as músicas tocam seis vezes mais. As tiragens são 10, 15, 20 vezes mais do que as dos autores estudados. São comprados por gente do povo e não pela classe média. Seus conteúdos são inteiramente diferentes daqueles que aparecem no conteúdo das músicas... Não estou querendo aqui, num exercício de autoflagelação, banir os autores da classe média. Eles merecem estar na programação, mas com senso de proporção. Temos que colocar os cantores, os intérpretes novos, temos que reequilibrar homens e mulheres, temos que trazer as demais regiões do País para equilibrar essa coisa.

Penso que esses são referências que me foram suscitadas pelo acompanhamento atento da intervenção do nosso convidado. Como é seu nome? Fernando. Agora acho que com a leitura mais atenta do relatório no seu conjunto, vou ter melhores condições de contribuir. Então sugiro que esse relatório não se esgote aqui, que tenhamos outra reunião trazendo propostas ou encaminhamos por e-mail propostas para que possamos amadurecê-las e resolvê-las aqui. Acho que os responsáveis pelo rádio e também pela televisão, a meu

ver, porque aqui tem muita coisa que, de repente, pode estar aparecendo também na televisão. Esse relatório tem que ser lido, discutido e as pessoas responsáveis pelos programas devem dizer: "Com isso eu concordo, com isso eu não concordo." Na medida em que concordem, que passos vão tomar para superar os erros apontados para garantirmos uma continuidade desse relatório com o qual, mais uma vez, para finalizar, eu me congratulo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Próximo inscrito é o conselheiro João Jorge, depois o Pola, depois a Ana Veloso e depois, só para organizar a nossa discussão aqui, só quero falar depois. De novo? Depois, depois. Não é justo. Conselheiro...

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND – Só para lembrar um fato. A TV Brasil colocou um espaço para a região do Pará. Ouvi, por acaso, no programa de sábado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Você está passando na frente dos outros que estão inscritos. Por favor. Conselheiro João Jorge.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES – Quero dar parabéns ao Professor Fernando, à UnB. Esse relatório sobre as rádios, sobre a programação nossa, objetivamente aquilo que alguns de nós já falamos aqui, a rádio é um instrumento muito importante de comunicação e o quadro apresentado nesse relatório, deveremos depois aprofundar um pouco mais, mas mostra uma rádio

do passado, mostra uma rádio distante do Brasil real, mostra uma rádio pública para um pequeno segmento da população brasileira. Desconhece a possibilidade, na programação da rádio, de diversidade. Quando se fala de uma execução de 19 vezes de uma mesma música, de um mesmo autor, é sinal de que os profissionais que estão operando ali colocam seu gosto pessoal, o seu interesse pessoal acima de qualquer razão. Mas a juventude brasileira que curte música, faz música, pensa música, é o hip hop, o rap, o samba reggae, a música de Pernambuco, a música do Pará, a música de Tocantins, a música do Rio Grande do Sul, é banida totalmente disso aí. E mais, tem cor essa programação, tem origem ética brutal, ela é a reprodução dos modelos das rádios educadoras que têm em quase todo o país ou das chamadas FM de qualidade. Quem inventou essa palavra de qualidade no Brasil sobre música não foram as pessoas que fazem música, que vivem de música. Isso é uma invenção de fora para dentro.

Quero voltar para a programação internacional. Penso que é possível ter uma parceria com a Rádio Nacional de Angola, uma rádio importante no Cone Sul, um país fundamental para o Brasil e para o Cone Sul. Há vários outros países que também têm rádios importantes. Então além da América Latina, volto a insistir que deveríamos ter parcerias e programas com esse falar desses outros países.

No caso específico dos mais executados, uma série de coisas, esse é um padrão de Ipanema e do Leblon, que também está na TV com o programa Samba na Garoa. Parece que o samba é só de um lugar no Brasil, a música é só de um lugar no Brasil. E a bossa nova e todos esses ícones que se cultuam como sempre é como se o Brasil tivesse que parar e fazer música, ou seja, toda a explosão da música sertaneja não aparece em nenhum momento ali, seja ela de qualidade ou não. E há, na música sertaneja, grandes músicos,

grandes intérpretes, grandes compositores e grandes autores. Na Bahia, sob a direção de Pola, a Rádio Educadora abriu-se para um programa de hip hop, abriu-se para o programa Tambores da Liberdade e foi incorporando as várias linguagens que têm lá. Penso que essa experiência as rádios da EBC deveriam fazer.

Esse primeiro relatório, essa primeira pesquisa, mostra um quadro. Se tivermos mais duas pesquisas ou três, veremos exatamente o profundo dano à cultura popular, à música brasileira, que esse tipo de atitude tem. E poderia ser suave. Deveria. Mas vou dar só o título do que penso que é isso. Isso mostra uma profunda desigualdade institucional que reflete no Brasil como um todo. Não daria para termos um país tão desigual como esse e pedir nas rádios que se tocassem coisas do povo, coisa da população dos diferentes estados. Numa programação como essa, Luiz Gonzaga não entraria. Numa programação como essa, Alceu Valença, Belchior e outros não estariam presentes. Numa programação como essa, nenhum grupo jovem do Brasil de menos de 30 anos faria música ou teria carreira musical, porque é programação de matar, matar num nascedouro a criatividade, matar num nascedouro o viés musical de um povo que batuca no ônibus, batuca numa caixa de fósforo, porque isso não é tido como qualidade.

É importante, porque um dos papéis do conselho é a programação, um dos papéis do conselho é acompanhar, deliberar e pensar rádio, TV, web e nós, nesse momento, estamos talvez impactados com isso, mas podemos colaborar. O conselheiro Wagner tem sempre falado sobre a questão musical e agora já não é mais nem Wagner sozinho, nem eu sozinho, mas acredito que a maioria aqui esteja perplexa com esse raio x, com esse diagnóstico, com essa fotografia do doente brasileiro que é a profunda discriminação nas áreas públicas do Brasil para a música popular do País.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. O Pole é o próximo. Só o seguinte. Depois dos conselheiros falarem, vou abrir para os diretores, para quem quiser falar. O Adler já se inscreveu, a Mara Régia. A Taís está por aí? É isso? É ela quem vai falar? Então está bom. Pola, por favor.

O SR. POLA RIBEIRO (Representante do Ministério da Cultura) – Só queria observar umas questões aqui bem ligeirinho. Têm algumas questões aqui que são culturais, na verdade, de uma país que nunca pensou comunicação pública e sempre pensou trabalhar para um reduzido número de pessoas. O atendimento do estado é para um determinado número de pessoas. Isso está nas engrenagens, nos instrumentos de gestão. Chegamos nos países que é para todos, um país de todos, um país de todos nós e não sei o que. No slogan nós chegamos, mas não chegamos nas ferramentas, nos instrumentos de gestão para chegar na ponta.

Então falamos aqui, o conselheiro Daniel falou, em resolução do conselho, está no manual, mas não resolve só na caneta. Acho que é uma vocação mesmo da TV Brasil, da EBC, das rádios, dos portais e tudo, é a questão que já está apontada de uma alguma forma, Nelson, essa coisa do centro de estudos. Acho que um grande serviço de comunicação pública no Brasil que a EBC pode fazer é ampliar com a Universidade de Brasília e com as outras universidades uma discussão permanente, na verdade, da questão da comunicação pública. Estamos muito atrasados e precisamos formar outro modelo de cultura em relação a isso. Às vezes nos atenhamos ao conteúdo, achando que com o conteúdo vamos resolver coisas que estão impregnadas na forma, na operação propriamente dita.

Quando a pesquisa fala em 45% é meramente informativo, estamos – por mais que a Nereide diga é assim, como é,

como não é – colocado uma forma de comunicação que vem da comunicação privada. Basta informar, trabalhar com a vitrine e com a manchete sem contextualizar. Trabalhar com o fragmento ao invés de trabalhar com o inteiro. Quando fala que as matérias são de um minuto, continua trabalhando no formato da comunicação privada, que tem que ser ligeira, porque o que interessa à comunicação privada não é o conteúdo, é o comercial que vai vir logo depois. É como Cid Moreira falou ontem no Programa do Jô: “Me pedem para falar a matéria rapidinho que é para poder ver a novela.” É a lógica do privado que prevalece. Quando fala da falta de pluralidade, continua a lógica do privado.

Quando fala da quantidade de governamental falando, essa é a lógica do País. É um país que vive de governo para falar mal, para falar bem, que sofre quando não é atendido, que reclama, que vai para a rua, mas é sempre a mesma lógica de trabalhar para que o governo atenda às necessidades.

Acho que é muito bem-vinda a ideia do centro de estudos, mas acho que devemos radicalizar ele já dentro da própria EBC, fazendo desse local aqui um centro de discussão permanente.

Quando falamos também de articular com as rádios da América Latina, com as rádios da CPLP, com as outras oportunidades de rádios mais distantes, não conseguimos ainda nos articular com as rádios parceiras do próprio campo público que estão junto, quer dizer, não tem matéria da Rádio Educadora da Bahia, não tem matéria da Rádio Aldeia do Acre, não tem matéria dessas rádios que estão próximas, que são parceiras, que estão associadas, só não são filiados, porque foram essas rádios e essas TVs que criaram a EBC. A EBC é mais filha dessas rádios do que as rádios filhas da EBC. Acho que essa articulação é urgente, porque precisa sinalizar para a sociedade. Nunca vamos chegar a todos se não chegarmos ao do lado. Essa ideia de chegar a todo mundo e não conseguir chegar ao

do lado faliu. Temos que nos comunicar com quem está próximo de nós no mesmo projeto para poder dar um salto mais adiante.

É isso. Acho que é transformar esse espaço mesmo. É um serviço imenso que tem que fazer. Arriscar na operação, buscar realmente a pluralidade na operação, que aí os conteúdos vão mudar. Se ficarmos tentando o conteúdo para achar que pelo conteúdo vai mudar, vamos estar repetindo a lógica da TV privada, da rádio privada, da comunicação privada, que manda nesse País.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Pola. Ana Veloso e depois a Ima.

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO

– Antes de tratar especificamente da pesquisa da rádio, queria deixar aqui bem explícito ao Conselho que, quando me referi no tópico anterior que a comunicação colaborativa era o futuro da EBC e da comunicação pública, não quis aqui me referir que a comunicação colaborativa começou agora, nem que é algo dos anos 90, dos anos 2000. Essa comunicação colaborativa já vem de muitos e muitos anos, inclusive durante a ditadura civil-militar. Então se houve uma compreensão aqui do conselho ou de algumas pessoas que estão no público de que quis dizer que a comunicação colaborativa é o futuro, ela é, faz parte, sempre foi e é vanguarda há muito tempo. É algo histórico nesse País. Só queria que ficasse bem explícito isso para que eu não ficasse tida como uma pessoa que comete um equívoco de não reconhecer todo o histórico da comunicação colaborativa, a mídia radical, as mídias independentes nesse País, que é muito rica. Queria, inclusive, que constasse, por favor, na ata do conselho, que seria um equívoco teórico, inclusive, histórico.

Sobre a pesquisa, vem contemplar algo que nós, dentro do Conselho Curador, quando existia a Câmara de Rádio, já solicitávamos. Não vou tratar do que os outros conselheiros já falaram. Concordo com várias das observações. Trato também e compreendo que fazer rádio não é fácil. Como professora do curso de rádio e TV da Universidade de Pernambuco e do curso de jornalismo, já atuando em rádio há muitos anos – há mais de 20 anos que trabalho com rádio –, percebo todas essas questões que foram apontadas na pesquisa nas rádios comerciais e concordo com o Pola quando ele trata de que há uma predominância do modelo privado ou comercial na forma de se trabalhar a comunicação. Isso, se é reflexo disso, acho que na pesquisa.

Vou trazer algumas questões, reflexões. Concordo com a Eliane. Conversamos que essa metodologia, essa pesquisa precisa ser feita nas outras rádios da EBC, junto às outras rádios da EBC. Conversei com o Bráulio para que pudéssemos propor um debate sobre rádio aqui no conselho na próxima reunião e na outra com a direção das rádios. Acho fundamental, porque discutimos pouco sobre rádio. Tivemos um debate incrível aqui com a Professora Anélia também sobre rádio digital. Acho que podemos fazer uma atualização desse debate à luz do que se tem discutido hoje nesse campo.

Vou lembrar de uma iniciativa... primeiro vou falar de duas questões aqui que penso. Estive lá no Rio de Janeiro conhecendo a Rádio MEC, o trabalho da Rádio MEC FM e da Rádio Nacional. Estivemos lá logo que estivemos no conselho e existe um programa chamado Garimpo na MEC FM que garimpa música nacional brasileira, a nova cena musical brasileira e que estreia programas com cantores, com músicas novas e que bebe muito dos ciclos dos festivais. Temos um país onde há vários festivais de música. No meu estado mesmo tem vários festivais de música e penso que esses

festivais, inclusive a própria EBC, tem um festival das rádios da EBC e aí fico impressionada como essa diversidade dos festivais não chega até quando alguns produtores culturais sempre reforçam muito isso. Nas discussões que temos lá em Pernambuco, eles dizem que as músicas independentes não tocam nas rádios e criticam também lá nas rádios públicas. Aí percebemos esse resultado da pesquisa da UnB. Penso que um caminho poderia ser esse dos ciclos de festivais, que a EBC e as rádios pudessem se apropriar dessas músicas, desses ciclos para estar atuando e revigorando, reoxigenando a sua programação musical. Uma das sugestões.

Participei do Prêmio Roquette Pinto de Rádio, que foi criado numa parceria da Petrobras com o Ministério da Cultura, com a rede de rádios públicas do Brasil, que, naquele ano, ano de 2010, foi constatado que os formatos de rádio documentário, rádio drama, rádio artístico e vários formatos, eles estavam inexistentes ou em vias de extinção também nas rádios públicas e em reportagens especiais, inclusive. Naquele período, naquele 2010, foram produzidas e foram premiadas experiências de produção de rádios de emissoras públicas, de outras universidades, de outras organizações não governamentais, etc. Esse material, que originou uma caixinha com vários CDs, circulou por todas as rádios públicas. Acho que essa iniciativa do prêmio Roquette Pinto é fundamental, tem que ser reeditada. Ter prêmio também para a rádio comunitária. Acho que precisa ser reeditado inclusive para revigorar essa produção da rádio pública brasileira e que esses programas, essas produções que forem premiadas precisam circular e ser veiculadas de novo, porque reoxigena quando você tem formatos que estão em vias de extinção. Se não trabalhamos a produção de rádio documentário, a produção de rádio especial na universidade, os estudantes vão para o mercado e não fazem esse tipo de produção, porque as rádios comerciais não fazem e as rádios – da minha experiência – públicas deveriam abrir

esse espaço para aprofundar, para discutir, para produzir reportagem, rádio documentário, as experimentações artísticas e culturais.

Penso que esse é um terreno que podemos explorar e vou novamente aqui colocar, como sempre tenho me posicionado durante as discussões do plano de trabalho da EBC, que precisamos ter recursos para fazer pesquisa de recepção para saber o que... uma das questões que a pesquisa da UnB aponta é o que o público gostaria de ouvir, quais são os conteúdos, quais são as demandas do público, para que as rádios possam ter essa interação, essa sintonia. Esses estudos de recepção podem ser feitos inclusive com a própria Universidade de Brasília que já tem a expertise de fazer esse trabalho de análise.

O relatório é muito interessante. Li em formato digital e agora peguei o formato físico. Acho que temos muito a discutir ainda e solicito que as rádios voltem a pauta do conselho e que seja uma pauta de discussão. Falei com Bráulio também para ver se conseguimos fazer esse debate sobre as rádios na tentativa de discutir ainda esses tópicos e de fazer os estudos de recepção que a EBC precisa fazer e as rádios também.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Agradeço. Vou passar a palavra para a Ima por último e depois vou fazer alguns encaminhamentos.

CONSELHEIRA IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA – Achei muito importante esse trabalho, muito interessante, mas a minha fala é mais para provocar um pouco o conselho no sentido de como utilizar essa pesquisa. Gostaria de parabenizar a ouvidoria por essa iniciativa. O conselho tem duas formas de atuação com relação a essas pesquisas. Uma é o próprio conselho buscar as pesquisas de

universidades e agora a ouvidoria se junta isso também e faz esse tipo de estudos, provoca – digamos assim – estudos e termos de cooperação com universidades e o conselho tem suas câmaras temáticas e câmara de programação. Vejo que esse resultado, esse trabalho especificamente é um bom estudo de caso para a câmara temática de programação para que nos debrucemos mesmo sobre os resultados da pesquisa aqui apresentados. Os pesquisadores colocam para a direção, para o próprio conselho, ouvidoria, uma série de questões que acho que têm que ser respondidas por quem deve e nós devemos aprofundar realmente a nossa análise sobre esse produto, um produto muito importante. Já tivemos vários tipos de pesquisas aqui apresentadas, umas muito boas, outras muito ruins, outras médias, outras que o conselho não aproveitou nada, não aprofundou nos resultados, enfim, esse de rádio me parece que é uma excelente oportunidade.

Só uma curiosidade, por último, que queria saber dos pesquisadores, o quanto não foi analisado. Foi analisada a programação mais direta, quer dizer, os programas específicos não foram... o que isso representa e se toda essa discussão de falta de regionalidade e etc. está contemplada nesse outro tipo de programação.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Pola.

O SR. POLA RIBEIRO (Representante do Ministério da Cultura) – O Ministro Juca pediu que eu falasse – porque isso foi um assunto que já foi encaminhado quando eu era diretor do Irdeb na Bahia – aqui junto com o Nelson na EBC e tal e como gerou certo ânimo e depois, por questões institucionais, ainda não conseguiu se

viabilizar, mas é uma coisa que foi incorporada pelo Ministro Juca e como estamos aqui com o Ministério da Educação, com o Ministério de Ciência e Tecnologia, da Secom e Minicom – acho que não tem ninguém aqui do Minicom não, mas que é parceiro fundamental nesse processo –, é que talvez responda um pouco das ansiedades que vimos colocando aqui em relação à questão do jovem. Temos uma ideia, uma ideia que está para se configurar e para ser articulada entre os ministros e que esse conselho precisa começar a discutir também. Uma coisa que o Ministro Juca pediu é – já me reuni aqui com o Nelson e com algumas pessoas da rádio, Sartollero e tal – para que nós chamemos um fórum para discussão da rádio, entre a rádio digital, entre essas questões todas que a Ana Veloso colocou aqui, mas tem um ponto focal muito forte que é a questão também da rede da rádio infanto-juvenil, ou seja, a possibilidade de protagonismo da infância e dos jovens falando em rádio e isso pode ser constituído em rede no Brasil. É uma coisa para irmos pensando, para discutirmos.

Outra coisa que conversei com o Nelson também... às vezes falamos muito jovem, jovem, jovem... tive uma reunião na semana passada com o pessoal de game, teve uma hora que estava um pouco angustiada com tanto jovem, jovem, jovem. Precisei lembrar a eles que foram os jovens que colonizaram o Brasil e que mataram todos os índios, depois escravizaram os negros, que o Tomé de Sousa tinha 20 anos, Estácio de Sá tinha 18 anos. Então que não só por ser jovem é maravilhoso. Lembrando a coisa de que se o idoso está ouvindo o rádio e falamos que o jovem não vê televisão...fala o tempo inteiro que o jovem não vê televisão...em nenhum momento falamos da televisão para o idoso. O que ouço dos idosos é dizer que não tem uma televisão para eles, porque a televisão fica o tempo inteiro tentando ser jovem, sendo velha, excluindo o idoso, não conseguindo falar com o jovem. Então, mais

uma vez, reiterando sempre os estudos de comunicação pública para podermos saber o que a sociedade quer e o que podemos fazer como instrumento desse processo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Nelson hoje está impossível. Fale Nelson. Agora a diretoria vai falar.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Primeiro quero juntar os cumprimentos ao Luiz, ao Paulino, ao Ricardo e especialmente ao Lucas, que foi quem fez todo esse trabalho braçal, tenho certeza, que é o trabalho mais importante que foi feito aqui. Sempre repito uma coisa: “Aquilo que não pode ser medido, não pode ser avaliado.” É a primeira vez que nós temos uma dimensão para discutirmos a programação de rádio a partir de dados. É verdade que temos que olhar. São dados de apenas um mês. Se fizesse essa pesquisa duas ou três semanas atrás, ganharia a Elis Regina. Até fui ver se tinha alguma efêmera de Baden Powell em novembro, mas não tem. Não tem e, portanto, não é essa a razão que o Baden Powell ganhou tudo isso. Significa que tudo que está aqui, de qualquer forma, tem uma consistência pela sua abrangência e porque ele reflete aquilo que já vínhamos pensando, imaginando que era desse jeito, tanto que estamos discutindo essa questão do rádio internamente. Têm umas semanas também que a Eliane Fernandes, que é a gerente executiva de programação de rádio, apresentou uma proposta para as rádios que ela desenvolveu. Estamos pedindo que isso ganhe consistência. Esse relatório vai ajudar muito a ela.

É importante termos no Rio de Janeiro. Talvez não tenhamos condições de ter agora nesse momento por várias razões,

mas concordo que era importante. Aliás, o projeto original éramos nós também termos contratado a UFRJ. Na verdade, era até para fazer a parte de agências de notícias, etc, mas, no final das contas – que acho que poderia ajudar aí –, vamos tentar fazer uma parceria com a UFRJ em relação à Rádio Universidade do Rio de Janeiro, porque recebemos a consignação histórica que foi a tomada da Rádio Universitária para devolvermos essa rádio para o Rio de Janeiro. De repente, dentro desse acordo, podemos estabelecer algo que possa significar um trabalho similar a esse.

Acho que o trabalho está excelente para fazermos essa discussão. Vários dos pontos que foram colocados aqui são reflexões nossas também. Acho que estamos pensando na mesma sintonia. A questão da rádio jovem que foi colocada – o Pola ainda tentou fazer, pedimos as consignações, mas o tempo foi atropelando o processo burocrático, as coisas não se consolidaram –, acho que tem um campo enorme, porque acho que a questão da rádio infanto-juvenil não está ligada só a questão comunicação e cultura, pois são rádios para serem montadas dentro de escolas – que era o projeto de Pola –, que traz a educação também para junto desse processo de você formar também, criar conteúdos educativos com a linguagem dos jovens, já que é exatamente essa a nossa questão.

Uma organização como essa, que temos uma rádio com mais de 90 anos, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que se transformou na Rádio MEC, aqui tem uma cultura organizacional que tem justamente essa cabeça classe média, “elite branca”, sei lá o que se possa fazer, que faz parte da cultura organizacional que queremos mudar. O Pola entendeu bem o projeto do centro, que é onde colocamos, inclusive dentro do regimento, que uma das coisas mais importantes é a formação de uma cultura organizacional, além da formação das pessoas, qualificação dos processos e promover

inovações dentro da empresa, mas a cultura organizacional precisa mudar. Estamos cientes. Estamos solidários a todos vocês.

Só mais uma palavra em relação à pesquisa percepção, para vermos como estamos sintonizados. Por quê? Na discussão que estamos tendo do PPA, estamos com um esforço para colocar indicadores de efetividade. Por quê? Porque temos as pessoas muito com o conceito, na administração pública ou nas empresas em geral, de eficiência e eficácia, quer dizer, se você está fazendo, se aquela coisa está chegando. A minha pesquisa é para saber o alcance dos sinais das emissoras de rádio e televisão. As pessoas estão recebendo. É a minha pesquisa de audiência. Agora estou ajudando na formação crítica das pessoas com os conteúdos que essas pessoas estão construindo? É essa pesquisa de efetividade que precisamos construir, pois ela não existe. Não existe nenhum modelo que seja feito. Acho que a sugestão da conselheira é muito boa de trabalharmos com universidades que já têm expertise nisso para que possam nos auxiliar. Não quero causar ciúmes a ninguém, mas foi a Joseti que me disse que talvez o polo focal do centro seja a UnB, efetivamente. Portanto, estamos trabalhando. Vai ser uma grande rede, mas é um ponto focal que vai ser o contato dessas pontas de rede. Então aí talvez tenhamos dentro uma parceria, que já começamos a negociar com o reitor lá atrás e que só não conseguimos avançar em outras pontas, inclusive ajudar na formação de novos engenheiros, porque estamos precisando de engenheiros eletrônicos com uma cabeça diferente. A rádio difusão não tem grandes inovações há muitos anos. Estamos precisando de inovação nesse campo também, até porque na área das telecomunicações as inovações estão acontecendo muito mais rápido.

É isso que queria dizer. Parabéns pelo trabalho. O Américo, antes mesmo de eu apresentar, já tinha dito para ele mostrar para o Asdrúbal e para a Eliane, para que eles se

debruçassem em cima disso e trouxessem respostas que são aquelas cobradas pelo conselheiro Aarão e tenho certeza que por todo conselho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Cometemos uma falha. Onde está o Asdrúbal? Não apresentamos ele.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Ele está fora. Está representando a EBC na feira da NAB.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Porque precisamos apresentá-lo aos conselheiros.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Sim, farei.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Tenho inscrito aqui o Adler, a Taís, a Mara Régia e a Nereide. Quem está mais angustiado para falar? Todos. Você? Como é seu nome, desculpa? Você que é o Corban. Prazer. Conheço você do rádio. Então, ok. Parece que o Adler está mais aflito. Adler, são três minutos tá?

O SR. ALBERTO ADLER (Gerente de Pesquisa) – Queria convidar todo mundo a fazer uma breve reflexão para podermos entender um pouco a programação das nossas rádios, apesar de não

ser programador das rádios, mas já estou em comunicação há bastante tempo, comunicação pública também.

Primeiro que o ouvinte não está a serviço de nenhum rádio. Ele está buscando algo que seja do interesse dele naquele momento. Rádio não é um meio. São vários meios. Tem rádio AM, que é um meio, e rádio FM é outro meio. Rádio AM, se você parar para pensar, no Rio de Janeiro, há quatro anos, tinham 212 mil ouvintes por minuto no meio AM. Hoje são menos de 90 mil. É um meio que está definhando. O meio FM não. Ele continua com um número estável. Baixa um pouco mais, sobe um pouco mais, mas não muda muito. Aí já temos diferenças de meio. Dentro das diferenças de meio, tem a super segmentação que aconteceu nos últimos 30 anos no meio FM e hoje os ouvintes, que ouvem rádio há 30 anos pelo menos, estão adaptados a uma realidade de super segmentação.

É muito comum que na hora que você quer ouvir notícia, você ligue na Band ou na CBN. Quando você quer ouvir música, você muda de rádio. Você não fica esperando o jornal daquela rádio específica. Rádios que têm uma proposta mais cultural, informativa e educativa, que é o tripé que sustenta a comunicação pública, diferenciado de onde teria o educativo, na comercial seria o entretenimento. As rádios públicas tendem a ter uma visão de formação musical em um contexto maior e em um percentual menor também informativo, cultural e educativo. Então quando falamos de uma rádio majoritariamente musical, acredito que seja compreensível que as notas que acontecem entre momentos da planilha musical funcionem como uma espécie de respiro, de uma tomada de fôlego, de uma vírgula e que os momentos de programa realmente jornalísticos sejam momentos de 20 minutos, 30 minutos, uma hora, onde caberia realmente uma análise mais aprofundada. Então não interpretaria as notas como programas jornalísticos e acho que

alguns programas, nessas mesmas rádios, têm programas estritamente jornalísticos e tem outros que misturam jornalismo com música e as notas. Acho que talvez fosse interessante se nós, dentro desse contexto, separássemos os diferentes tipos de programas e analisássemos programa a programa. O detalhamento nos será favorável em termos de providências a tomar naquele horário, naquele programa ou aquele programa mudando de horário.

Também queria colocar à disposição da UnB os dados de audiência que temos dos últimos anos para cruzarmos esses dados. Queria me convidar a participar de algum desdobramento que aconteça desse estudo e outros que vierem a acontecer. Acho que precisamos unir mais forças internamente, sermos mais coesos. Acho que também caberia ao pessoal da rádio participar desses desdobramentos. Queria também deixar claro que vimos fazendo esses trabalhos de ponderação e amadurecimento já algum tempo. Em novembro, tivemos um encontro, uma imersão dentro dessas programações. Esse estudo nos será muito valioso dentro disso.

Na semana que vem, já teremos um desdobramento desse de novembro. Queria convidá-los a participar. Desculpe, Lili, acho que esse convite você que devia fazer, mas acho que nos será bastante útil. Gostaria de falar mais, mas só são três minutos. Pela primeira vez cumpri minha cronometragem.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Pela primeira vez. Muito bem. Obrigada pela tua contribuição. Taís Ladeira.

A SRA. TAÍS LADEIRA (Gerente Regional das Rádios) – Boa Tarde. Meu nome é Taís Ladeira. Sou gerente das rádios daqui de Brasília, das três emissoras. Falo em nome da Gerência Executiva

de Programação Rádio. A nossa gerente está aqui, Eliane Fernandes. Nossa equipe está em peso presente também, inclusive no Rio de Janeiro estão nos assistindo os coordenadores e o gerente do Rio de Janeiro.

É uma ótima oportunidade dada pela UnB e pela ouvidoria de conseguirmos pautar um tema tão pouco discutido, aqui no Conselho Curador, que são as rádios. Felicito a fala da conselheira Ana que está sempre muito preocupada em discutir mais profundamente o rádio e vai ser muito bem-vindo se tivermos outras oportunidades não só de fazer um recorte tão pequeno quanto esse que foi feito na programação das rádios. Vemos com muito bons olhos essas pesquisas. Gostaríamos, como nós fazemos para ações muito diversas, tanto na sua programação musical quanto de conteúdo. Sugeri que outras pesquisas fossem de fato feitas e esse seminário, citado pelo Adler, que aconteceu em novembro do ano passado, gerou inclusive uma reavaliação dos planos editoriais e de conteúdo das rádios. A Nacional FM, por exemplo, tem seu plano de editorial e de conteúdo desde 2003. Se o conselho quiser conhecer, ele está nesse momento em reformulação, mas seria interessante partilhar exatamente para ver que não é subjetiva a nossa planilha musical, não é montada ao sabor dos desejos individuais do programador ou da programadora. Existe um plano de editorial e de conteúdo que é seguido. Então há muita objetividade na escolha dessas músicas.

As músicas que tocam durante o dia, na nossa planilha, que não são os programas musicais, que têm inclusive um outro conteúdo e finalidade, são ao todo 300 por dia. Então são 9000 ao mês. Essas planilhas não foram solicitadas a nós. A pesquisa foi feita em cima de uma planilha que está sendo publicada e é uma planilha parcial, portanto. Então estamos nos debruçando sobre um

universo de 2.700 músicas, quando na verdade veiculamos 9.000 e talvez isso tenha interferido inclusive nos dados.

Outro ponto que gostaria de levantar é que vemos com muito bons olhos a pesquisa quando aponta a dificuldade da cultura brasileira de reconhecer as compositoras, as mulheres. Vemos que entre as intérpretes isso tem mais equilíbrio, mas mesmo assim, só para citar algumas, que inclusive tem a ver com a faixa etária, que também foi outro comentário do conselho. Tulipa Ruiz, Cel, Ana Rato, Malu Magalhães, Mariana Aydar, Roberta Sá, Carol Sabóia são alguma das compositoras e intérpretes que tocam na nossa programação. Só para citar de cabeça. Rascunhei agora. Não consultei nossa planilha musical.

Também queria destacar a presença da Rádio Nacional FM que, em 2015, faz 10 anos cobrindo os festivais de música do Brasil. Festivais como o Porto Musical, A Feira da Música, trazendo todos esses novos talentos, a produção independente que, para nós, é uma prioridade. E como cada rádio tem seu plano editorial de conteúdo, a nossa emissora valoriza – gostaria de sugerir que tivesse tido esse recorte dos compositores de Brasília – também a cultura local. O festival de música da Nacional FM completa, esse ano, 7 anos. No ano passado, foram 200 inscrições, trazendo uma moçada muito jovem para cá e movimentando a cena cultural da cidade.

As outras emissoras também têm seus festivais. A Nacional de Tabatinga, inclusive, tem uma premiação para a língua indígena e para a língua espanhola, uma vez que ela fica na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Inclusive, no ano passado, premiado como melhor intérprete foi Tikuna, que ganhou a melhor música e o melhor intérprete, cantando em Tikuna. Então há sim uma preocupação nos festivais de música para a valorização dessa adversidade cultural.

Queria destacar que os compositores são antigos, mas as versões tocadas são regravações, são releituras, são jovens intérpretes que cantaram o Canto de Ossanha várias vezes. Isso é um erro. Precisamos corrigir. Ficamos muito atentos a esse tipo de análise. Precisamos aumentar a diversidade nesses 300 títulos tocados diariamente. Às vezes nos escapa alguma coisa, mas podem ter certeza que não foi um tributo à Baden Powell.

Por fim, não sei se esqueci de dizer alguma coisa, mas fui anotando a partir do que os conselheiros e conselheiras foram falando. Gostaria de dizer que temos um aplicativo desenvolvido para qualquer celular que dá para ouvir a Rádio Nacional FM. Gostaria muito de convidar todos e todas vocês. Dizer inclusive que essa é uma forma de vocês conhecerem os programas. O Programa Acervo Origens, por exemplo, que toca forró, sertanejo de raiz, com Cacai Nunes, que é o nosso parceiro, ele definitivamente é muito diferente das nossas planilhas musicais. O Tanto Mar, o Conexão Brasil que é feito pela rede pública de rádios. Cada emissora pública desse país produz um mês um jovem talento local. A Rádio Inconfidência, a Rádio Difusora de Macapá. Todas elas participam. A Reeducadora da Bahia. Esse é o Conexão Brasil. Então os programas, o Tanto Mar, o Nossa América e o Café Nacional, que estreou a pouco, que só toca novos talentos daqui de Brasília. Então convidaria vocês. Vou fazer uma propaganda. Na semana passada, um repórter nosso entrevistou o Ministro Berzoini, ele disse que ouve duas emissoras: a Rádio Câmara e a Rádio Nacional FM. Gostaria de ter vocês como ouvintes da rádio 96.1. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Taís. A Mara Régia e depois o Corban.

A SRA. MARA RÉGIA (Radialista e jornalista) – Boa tarde. Prazer enorme estar aqui. Estou quase cantando como nós lá na Argentina “Paulino me diz com tu sentes”. E coisa boa e acompanhado desse nosso querido professor Luiz Martins. Tantas ondas navegadas. Continuo aqui navegando as ondas do rádio. Estou também navegando o jornalismo na Dijor.

Senti-me absolutamente contemplada pela fala dos que me antecederam, mas queria fazer uma versão cantada, muito em homenagem a você, querida Maria da Penha. Vou cantar como o Tião Simpatia: “sujeito valentão, a coisa ficou feia. A Lei Maria da Penha não é moleza não. Vai valentão, ainda bate em mulher? Se é a algema que tu queres, tem algema e camburão.” Onde é que você ouviu essa canção do Tião Simpatia? Só na Rádio Nacional. Onde é que você ouviu Maria Maia cantando lá no “nortão” do Mato Grosso? Na Rádio Nacional. Desculpe seus ouvidos, Wagner Tiso. Eu, Mara Régia, me metendo a cantar. Fico de joelho depois, no milho, para você me perdoar. Mas ela diz: “é uma grande potência em comunicação”. Aí ela vai falando. É um hino e nós tocamos.

Tocamos também Maria Maia, que já teve a terra dela devastada, queimada tantas e tantas vezes e ela, com aquela bravura de guerreira, canta assim: “tato do marrom, tato do marrom, o que era verde, agora está tudo marrom.” Ela vai cantando aquele sofrimento dela do plantio e sabe onde vamos buscar essas canções? Não é em nenhum *playlist*, é exatamente no contato com essa brava gente brasileira que resiste e que encontra, numa emissora pública, a oportunidade não só de pautar o nosso jornalismo, mas acima de tudo de cantar e falar desse Brasil profundo que emociona todas as pessoas que aqui estão e com a devida permissão da minha querida Lili – sempre muito bem-vinda nossa gerente executiva, uma pessoa da maior sensibilidade, que se encantou inclusive por Tabatinga –, estamos até pensando em fazer uma caravana mulher para

Tabatinga, porque ontem estive com a Ministra Menicucci e também com a Senadora Vanessa Grazziotin e conseguimos, em primeira mão, a notícia de que o terreno para a instalação do centro referência mulher Lana Micol, em homenagem a essa nossa saudosa companheira, já está devidamente acertado. Por tudo isso, vamos levantar essa autoestima da EBC, a Rádio Nacional para sempre. Amo rádio. Perdoa-me, Wagner.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Mara. Essa é a nossa Mara Régia. Corban, por favor.

O SR. CORBAN COSTA (Radialista) – Boa Tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Pensei que ele fosse desistir depois da Mara Régia.

O SR. CORBAN COSTA (Radialista) – Pois é, não sei cantar. Infelizmente essa não é a minha especialidade. Queria parabenizar o Paulino pela pesquisa. Debrucei-me sobre ela nos últimos dias. Olhei, analisei e vou levar agora para nossa equipe. Vamos discutir isso lá profundamente para vermos onde podemos nortear e melhorar ainda mais o nosso trabalho, que nós, no dia a dia, já perseguimos exatamente aquilo. Persequimos, todos os dias, chegar exatamente com a informação para o cidadão e cumprindo o nosso estatuto, cumprindo nosso manual, com todas as dificuldades que recebemos e que temos no dia a dia.

O relatório faz um corte de um produto final, ou seja, o que vai para o ar. Então temos, lá no jornalismo, algumas

peculiaridades que acho que não deu tempo de entrar nisso. Por exemplo, a questão da contextualização. Temos 15 noticiários ao longo do dia de três minutos cada um, três minutos na hora cheia. Não há tempo, nesse momento, de fazer isso. Ou seja, é a informação nua e crua, rápida para a pessoa pegar. Isso em rede, porque vai para todo o Brasil. São cinco mil e quinhentas e poucas emissoras que penduram no satélite, pegam o nosso material de graça e retransmitem. Os únicos espaços que temos no jornalismo para poder aumentar esse debate e contextualizar são os noticiários: Repórter Brasil pela manhã, de 7h às 7h45 e o Repórter Nacional, de 12h às 12h20, vinte minutos. É onde temos espaço para fazer o trabalho contextualizado e fazemos. Temos, por exemplo, nesses noticiários, quadros de até três minutos de duração, que levamos informação para o consumidor; levamos informação sobre ideias inovadoras, que são ideias novas que circulam pelo Brasil; notícias de cultura e também o História Hoje, que é um dos produtos que mais conseguimos divulgar via rádio agência, via *web*. É um dos programas mais baixados na *web*.

No ano passado, em 2014, foram 4.930 noticiários produzidos em rede. Somos 50 funcionários. Isso nos três turnos, de 6h às 00h, fora as variáveis: atestados, férias, folgas. Para chegarmos nesse produto final, de hora em hora, desde às 6h da manhã, 7h que é quando começa o jornal, até 00h, que é o último NI – Nossa Senhora –, o chão de fábrica lá, vou dizer, é um processo. E conseguimos. Conseguimos unificar a equipe em fevereiro do ano passado. Tem um ano que estamos nessa batalha e estamos conseguindo.

Com relação às parcerias, que é outra questão colocada no relatório, essa parceria existe. Por exemplo, o Repórter Brasil, desde o ano passado, já vem colocando ao vivo, das 7h30 às 7h45, entradas dos parceiros em Porto Alegre, Santa Catarina, Minas

Gerais, Ouro Preto, Bahia e Fortaleza, onde temos condições, fora a Região Norte do País, que já há um contrato que a rede pública – o Sartollero aqui já tinha formulado antes – participa dos jornais da Amazônia e sem falar dos jornais regionais da Amazônia, que é outra equipe que faz isso.

O nosso jornalismo está justamente correndo atrás de perseguir esse resultado. A ideia e essa sugestão de se ter essa pesquisa – e gostei, Paulino, da pergunta que você fez com relação ao que quer o nosso ouvinte, o que o nosso ouvinte está procurando – é isso que temos que saber realmente. Venho, em reuniões com pessoal da Dicop, com a Eliane, com a Taís, já vimos conversando, num grupo de trabalho, justamente para aprimorar isso, ou seja, tenho que ter um noticiário de rede no final do dia. Não tenho. O último noticiário de rede é 12h20. O outro, só 7h da manhã. Então tem uma lacuna muito grande de informação que tenho que preencher, mas preciso de um retorno, de uma pesquisa, algo que me diga o que o cidadão quer ouvir a respeito de tudo o que podemos fazer aqui em Brasília, que é eminentemente poder. Aqui, como dizia Juscelino: “Saem todas as decisões nacionais”.

Falam de muita fonte governamental, ouvimos, porque aqui todas as campanhas de dengue, de educação, de transporte, de mobilidade urbana, saem todas daqui. Todas as políticas saem daqui. Então temos que ouvir sim as fontes oficiais e ouvir sim o cidadão. É o que nós estamos procurando fazer dentro desse nosso trabalho no dia a dia.

Era isso que queria dizer. Espero que participemos dessa pesquisa até para ver como o cidadão está nos ouvindo e como nós podemos chegar ainda mais nesse cidadão. Na próxima, vejo se eu canto.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Corban. Ensaia depois. A Nereide e depois o Américo.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – E vocês viram que, apesar de ser de rádio, ele ficou nervoso.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Mas eles sabem se expressar. É uma vantagem.

A SRA. NEREIDE BEIRÃO (Diretora de Jornalismo) – Cumprimentar também a UnB. Dizer que o jornalismo adora essas pesquisas. Tivemos casos aqui – acho que vários dos conselheiros lembram –, da Universidade de Juiz de Fora que fez um estudo sobre o Repórter Brasil, que nos ajudou bastante e que ajuda. Eles continuam acompanhando. Tem um núcleo de pesquisa lá. Eles têm sempre contato e nós estamos sempre em contato com eles. Acho que é muito importante termos esse acompanhamento, essa avaliação do trabalho.

Falar para o Pola que eu nunca falo que é assim, viu Pola, porque nunca estou satisfeita com o é assim. Acho que sempre temos de melhorar, de aprimorar, de procurar qualidade. O Adler e o Corban explicaram pouco como vocês fizeram o levantamento global de tudo o que é feito no radiojornalismo, inclusive, com a Nacional Informa, que são programas curtos. Acaba pesando um pouco nesse conteúdo curto, apesar de também não fazermos matérias com padrão de um minuto, de trinta segundos. Sempre tentamos fazer as matérias com mais informação, tentando aprofundar.

A questão do internacional, se você der uma olhada aqui, nós temos do conteúdo de parceiras, 43% e 56% de produção própria e é na produção própria que conseguimos... dá muita América Latina, porque vamos atrás dos assuntos, nem sempre com repórter, mas a informação nós damos. O Emir Sader também, assim com o Nassif, está participando do radiojornalismo para exatamente dar mais informação. Tem também o Vozes del Sul, que ele está lembrando aqui, que também são fontes nossas.

Essa questão da gravação, temos – como o Corban falou – 50 pessoas, mas são editores, locutores, a parte técnica. Temos poucos repórteres para gravarmos sonoras, para podermos fazer matérias. Precisamos muito, para esse noticiário mais rápido, o conteúdo da Agência Brasil. Inclusive, os repórteres da Agência Brasil, quando podem, ajudam fazendo matérias para nós, mas temos essa informação que fala assim: “Dá muita nota.” Dá muita nota, porque queremos dar informação sempre correta, completa, da forma que é possível. Evidente que fazemos bastante especiais e gostaríamos de ter muito mais conteúdo gravado na rua, gravado com várias sonoras, mas contextualizado. Tentamos fazer o que é possível.

Acho que, de qualquer forma, esse trabalho vai servir de parâmetro. Como o Corban falou, vamos analisar, discutir. Unimo-nos também a toda a questão do rádio nessa discussão até para ver os espaços, para ver os outros conteúdos, porque têm os conteúdos jornalísticos. Participamos também de alguns outros programas. Temos essa conversa e esse compromisso de buscar sempre melhorar e fazer esse relatório que vocês estão propondo. Acrescentar informações, como essas dos parceiros, essas questões das séries, esse estudo e ver o que podemos fazer para melhorar o conteúdo que fazemos.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Nereide. Américo.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor Geral) – Muito rapidamente. É só para concluir. Vocês viram que o pessoal que trabalha no rádio, com a maior parte dos funcionários aqui, é completamente apaixonado pelo que faz e tenho certeza que vão usar isso, nós vamos usar isso, esse estudo que queria agradecer e dar os parabéns pela iniciativa e por ter feito. Joseti, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Na verdade, é uma iniciativa da auditoria.

O SR. AMÉRICO MARTINS (Diretor Geral) – Foi uma coisa conjunta. Como eles dizem, tem que usar isso como...já temos muita gente discutindo aqui. Como a Lili, a Taís, o Corban já dissera, tem muita gente discutindo isso e vou fazer uma forma de organizar isso, um pouco na linha do que discutimos da agência antes. Talvez mereça ser uma discussão mais ampla sobre rejuvenescer as rádios, a proposta de criar uma rádio *all news*. Acho que seria sensacional tentar fazer alguma coisa por aí. Comprometo-me a tentar coordenar, no âmbito da direção geral, esses esforços, que já estão acontecendo, dos funcionários para nós tratarmos com mais carinho o rádio.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Se vocês quiserem trazer essa discussão depois dos resultados e apresentar no conselho, seria ótimo para nós.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND –

Acho que o tema rádio mostrou a importância, pouco discutida aqui, e que coloquemos como ponto de discussão em toda reunião do conselho uma coisa de rádio. Acho que é muito importante e a rádio tem muito a se discutir, tem muito espaço a ser colocado em ação. Fica a sugestão de nas reuniões do conselho colocar o tema rádio como algum informe.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Essa é a ideia realmente.

Antes da gente...nem fiz intervalo hoje, porque achei que as discussões não poderiam ser cortadas. Imaginei que seria mais produtivo se continuássemos.

Só para fechar. Precisamos definir as datas das nossas duas próximas reuniões. Para maio, a proposta é para que façamos uma reunião conjunta das câmaras temáticas no dia 13, eu acho. É uma quarta-feira, dia 13. Ou dia 20. A de junho é no dia 17, já está marcado. Ainda não temos a confirmação. A ideia é que fôssemos fazer a reunião no Maranhão, mas ainda depende de algumas tratativas, logística e etc. Então, não posso avisar e definir isso agora. De qualquer maneira, dia 17 tem reunião. De junho. Não sei se aqui em Brasília ou no Maranhão. Qual é a data de maio? Vinte? Pode ser 20 de maio? Sim? Então está resolvido. Dia 20 de maio e dia 17 de junho. Ok?

Quero passar a palavra para o Paulino, já agradecendo e congratulando-me pela qualidade da pesquisa. Não sei quem foi que falou que nós tivemos umas ótimas, umas mais ou menos, outras péssimas. Essa não tinha dúvida que seria ótima. Eu te agradeço e tenho certeza que você ficará disponível para conversarmos mais

sobre isso sempre que precisarmos. Tenho certeza disso. Eu te agradeço e congratulo. O Luiz Martins também. Obrigada, Luiz.

O SR. FERNANDO PAULINO – É bem rapidinho. Sei que a agenda da reunião é cheia, mas só para não passar batido algumas questões, dentre elas a metodologia utilizada. Buscamos, no caso musical, a nos atermos ao meio com a planilha que existia. Acho que talvez, para uma próxima versão, podemos – como a Taís bem lembrou – utilizar uma planilha ainda mais completa que incluía os programas específicos, Acervos Origens, por exemplo, para até ter uma visão ainda maior, mais diversificada, mais clara do que é levado ao ar.

A Professora Ima que tinha perguntado, nós, no conteúdo musical, trabalhamos com uma margem de 90% em comparação com os conteúdos dos programas específicos. Na programação jornalística, buscamos trabalhar com pelo menos 25% de cada um dos programas analisados. Se os conselheiros quiserem e for de interesse da empresa, acho que seria interessante acessar e olhar os relatórios mensais, os boletins semanais, porque são mais específicos em cada um dos programas, em diálogo com a preocupação que o Corban tinha apresentado e que também é a nossa. Então, nessa primeira fase, era realmente olhar o produto final. Agora acho que é importante também estabelecer esses diálogos com os profissionais e observar a engrenagem. Estamos disponíveis para isso. Acho que vocês sabem da nossa disposição em outras parcerias com a nossa universidade.

Queria, por fim, também dar alguns créditos importantes. A Joseti tinha me soprado, e é verdade, não podemos deixar de falar da Professora Regina Lima que foi a grande entusiasta dessa parceria com as universidades e a ouvidora que estimulou para que o trabalho

acontecesse. Também não posso deixar de falar, como professor, da importância disso também na formação e aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos estudantes de graduação e de pós. Acho que uma experiência como essa é definitiva na formação, especialmente voltada para a comunicação pública. Então também agradeço à empresa por essa oportunidade e também, como eu disse, quanto mais dados tivermos facilidade de acesso, maior será a qualidade do trabalho de pesquisa desenvolvido.

Aí juro, só o último parágrafo, não vou cantar, porque também não sei, mas queria aqui fazer só uma....já que estamos em clima de aniversário não só de Brasília, mas da UnB que completa 52 anos no próximo dia 21 de abril, não queria deixar de fazer uma referência direta em homenagem aos criadores das universidades quando elencaram, dentre as missões da UnB, a importância de, por um lado, garantir à nova capital a capacidade de interagir com princípios e atividades culturais ensejando o desenvolvimento, mas também, aí vou ler ao pé da letra, porque acho que tem tudo a ver com esse nosso momento aqui: "Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover e dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer esse medíocre e provinciano no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo." Acho que gostaríamos, mais uma vez, de frisar a importância de estabelecer parcerias entre a universidade pública e a comunicação pública, porque acho que esse diálogo acaba sendo bom e produtivo para os dois lados do acordo e realmente obrigada pela atenção que vocês tiveram conosco. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Paulino. Só posso agradecer então e chamar a atenção de novo, lembrar que foi uma parceria da UnB com a

ouvidoria. Por favor, continuem nessas outras pesquisas. São muito importantes para nós.

A SRA. JOSETI MARQUES (Ouvidora-Geral) – Vamos continuar com as universidades e com o centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação em comunicação pública da EBC. Aí todo esse conhecimento teórico, básico, todo esse mapeamento que vem da universidade vai se juntar ao conhecimento que já está estabelecido aqui a partir dos momentos em que estamos fazendo comunicação pública diuturnamente há quase 8 anos. Estamos caminhando para lá. Acho que a junção vai ser muito importante nesse sentido, porque quando percebemos toda essa radiografia, precisamos agora tratar a doença. Isso só aqui dentro do nosso grande laboratório e o centro vem bem nessa direção. Agradeço todas as vezes que fez menção a isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Muito obrigada a todos. Acho que foi uma...

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Presidente, desculpe. Seria muito importante fecharmos com chave de ouro. Infelizmente não vou fazer isso, pois as circunstâncias me obrigam a dar uma informação que não é muito agradável.

Na hora do almoço, nós – digo eu, a conselheira Ana Veloso e a conselheira Eliane também – recebemos algumas denúncias de alguns funcionários e fiquei pensando como qualificar isso. Diria que está havendo um processo de assédio moral dentro da empresa. Alguns fatos para citar, por exemplo, alguns funcionários ou funcionárias têm recebidos apelidos pejorativos em comunicados

internos, objetos pessoais ou agenda de contatos têm sido furtados das mesas. Portanto não são objetos de valor, são objetos pessoais e objetos de uso profissional, que não faz sentido. Ninguém vai roubar uma agenda para sair vendendo no mercado paralelo. Existe uma situação grave para a qual gostaria de chamar a atenção da diretoria para que ela tome alguma providência para coibir esse processo de assédio moral. Uma das vítimas infelizmente é a Mara Régia. Não que as outras vítimas sejam menos importantes. Acho que é um processo grave que tem que ser imediatamente investigado e interrompido.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eu sempre procuro ser muito justa nas coisas e especialmente aqui presidindo esse conselho. Acho que se há uma denúncia, o senhor está fazendo a denúncia, acho que nós temos que fazer... não pode ficar no ar assim. Quer dizer, as pessoas que fizeram as denúncias para o senhor têm que se dirigir à direção, porque senão fica uma acusação vaga.

O SR. NELSON BREVE (Diretor Presidente) – Só uma coisa. Nós temos a comissão de ética. Tivemos aqui recentemente o Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, que veio dar uma palestra para toda a empresa a fim de esclarecer qual é diferença entre questões de ética e questões disciplinares. Esse auditório estava cheio. Essa comissão de ética está funcionando. Ela foi instalada no final do ano passado. Havia realmente um problema de compreensão do papel da comissão de ética que nós solicitamos uma inspeção da comissão de ética pública dentro da empresa. Tem todo um processo que estamos tratando a propósito disso. Isso tem que ser resolvido

no âmbito da comissão de ética, porque a direção da empresa é sempre tratada como suspeita para apurar as questões e essa comissão de ética é formada por empregados, que são todos concursados e que ela sim tem autoridade não só perante nós, mas perante a própria comissão de ética pública da presidência da república. Esse é o espaço. Separando da questão de furto.

A questão de furto é até uma questão complicada. Ontem vieram me dizer que as pessoas estão estranhando o fato de termos colocado câmeras nas redações. “Opa, o que eles querem colocar câmeras na redação?” Falei: “Gente, às vezes acontece furto de objetos pessoais. Precisamos apurar. Só o fato de haver a câmera já tem um efeito inibidor para esse tipo de situação acontecer.” Não sei se vocês perceberam que têm algumas câmeras que foram aqui que negociamos com o Venâncio. Estávamos sem condições financeiras, porque temos outras prioridades, mas essa era uma questão muito importante e nós negociamos com o próprio condomínio do prédio para que ele, sem custo adicional, instalasse - porque ele está instalando também nas suas outras dependências - um conjunto de câmeras aqui dentro.

São dois tipos de questões. Tem primeiro a comissão de ética. A pessoa corre em sigilo, não tem problema de ninguém revelar quem é que foi, problema, nome de fulano A, B ou C. A comissão apura e dá uma solução para o caso. Fica arquivado. Se precisar, a pessoa recorre a outras instâncias. Tem todo um processo em relação a isso. Fico até feliz – feliz não – de ser colocada essa questão, porque ontem vieram ao contrário. Por que estão colocando câmera dentro da redação? É por questão de segurança, para evitar esse tipo de coisa. Então dá mais uma justificativa para aquelas pessoas que estão insatisfeitas, achando que tem alguma coisa a mais além de tentarmos protegê-las em relação a esse tipo de situação.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Tinha esquecido da comissão de ética, mas acho que é o caminho natural das pessoas fazerem as denúncias na comissão de ética evidentemente.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – É uma breve replicação. Eu peço desculpa se fui mal interpretado, principalmente o Nelson no começo falou: “Parece que a diretoria está sendo acusada.” Muito pelo contrário. Não estou acusando ninguém, até mesmo porque não se sabe quem fez e muito menos a diretoria, que tenho certeza que é nossa parceira em querer esclarecer essa situação. Então, o que estou fazendo, na verdade, é o contrário. É um apelo para que a diretoria coloque atenção para essa situação e nós ficamos particularmente preocupados com a situação da Mara Régia, porque ela estava tão transtornada que estava até pensando em largar o ofício. Falei: “Não Mara, você não pode fazer.” Fico muito contente que vejo que a Mara já se recuperou do trauma, está até fazendo brincadeiras. Mas o que estou fazendo na verdade é um apelo, um pedido para que essa comissão de ética, ouvidoria e todos os instrumentos que a empresa dispõe, para que sejam investigados esses casos, que estão me parecendo, pelo relato, um pouco mais que uma mera questão de furto. Está me parecendo uma espécie de coação o assédio moral – por isso que usei o termo assédio moral –, no sentido de evitar que isso se propague. É esse o pedido que faço. É um pedido.

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
– Obrigada. Queria reforçar o pedido do conselheiro Takashi, porque há alguns termos que nós escutamos e houve a referência a esses

termos pejorativos. Eles são muito agressivos e, de certo modo, sendo divulgados dessa forma vão de encontro a todo uma história da nossa funcionária Mara Régia que tanto admiramos o trabalho dela, que tem uma contribuição fantástica, histórica dentro da comunicação pública.

E para dizer também que esses casos já foram encaminhados para a ouvidoria interna. Acho que o caminho é por aí. Agora o que nos preocupou é exatamente que os funcionários e funcionárias que têm um trabalho, um legado dentro da empresa, inclusive por conta da questão da idade – um dos termos pejorativos utilizados foi por conta da idade da pessoa –, sejam colocados dessa forma. Ficamos muito preocupados, porque não é assim que vamos construir as relações dentro de qualquer espaço de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Mas já foram encaminhadas então as questões para...

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO

– Para a ouvidoria interna.

A SRA. JOSETI MARQUES (Ouvidora-Geral) – Esse caso foi encaminhado para a ouvidoria interna. Nós observamos tudo e chamamos as pessoas, já que não é segredo – nenhuma das partes inclusive pediu segredo disso. Como foi no Sou mais EBC, que é um *facebook* da comunidade da EBC, chamei também os administradores do *site* e falei do que se tratava, que aquilo ali é o equivalente de estarmos todos na escada e alguém ofender publicamente alguém, porque todos os colegas estão ali. A pessoa se retratou. Disse que se retrataria publicamente caso houvesse solicitação por parte da

Mara, que foi ofendida. Ela abriu mão, mas ele assinou um compromisso com a ouvidoria e eu disse que o próximo passo seria evidentemente a comissão de ética caso essas coisas continuassem a se repetir, que a ouvidoria é uma instância de mediação inicial para que se finalize a coisa sem grandes prejuízos para nenhuma das partes, mas que pelo menos restaure a ética.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Bom, acho que já está bem esclarecido, encaminhado. Acho que as instâncias devidas devem tomar as decisões que acharem melhores.

Agradeço a todos pela presença. Acho que nossa reunião, apesar de estar cansativa, foi superprodutiva. Agradeço o pessoal das rádios que participou, que deu sugestões. Gostaria de convidá-los também para depois participar de uma reunião nas câmaras temáticas conosco para discutir com mais vagar essas questões todas. Agradecer muito o Paulino, a UnB pelo trabalho. Conselheiro Takashi, por favor.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Agora vou falar uma coisa agradável. Gostaria de fazer um convite a todos os conselheiros e outras pessoas aqui presentes para que vocês conhecessem o nosso sistema de transmissão da Rádio Nacional lá no Morro do Rodeador. É um equipamento, uma instalação histórica que todos precisam conhecer. Quem não conhece o Rodeador, não conhece, não sabe o que é a Rádio Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Brazilândia.

CONSELHEIRA ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO

– Só um convite. Só para reforçar. Já falei na reunião passada. Vamos realizar, em Pernambuco, a 3ª edição da Semana de Comunicação Pública. Começamos no dia 5. O presidente da empresa vai estar lá; Mariana Martins, que foi convidada para compor uma mesa, e outros colegas também. Vamos ter uma semana de comunicação pública itinerante em todas as universidades que têm cursos de comunicação no Estado de Pernambuco. Ela vai acontecer com debates, palestras, oficinas, lançamentos de publicações. Estamos com muito orgulho de estarmos organizando junto com as outras universidades. São universidades públicas e privadas que estão fazendo essa semana de comunicação sob a coordenação do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal de Pernambuco. Recebam o convite para ir à Pernambuco para participar da Semana de Comunicação Pública.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada. Convido para comermos o pão de queijo, que não sei se está queimado ou não está queimado essa hora. Por favor, temos um lanche ali. Muito obrigada.